UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

DANIELLE BRITO DA CUNHA

ANÁLISE CRÍTICA DA (DES)(RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM PRODUÇÕES DE NARRATIVAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

NATAL

2015

DANIELLE BRITO DA CUNHA

ANÁLISE CRÍTICA DA (DES)(RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM PRODUÇÕES DE NARRATIVAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de Concentração: Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cleide Emília Faye Pedrosa

NATAL

2015

DANIELLE BRITO DA CUNHA

ANÁLISE CRÍTICA DA (DES)(RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM PRODUÇÕES DE NARRATIVAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de Concentração: Linguística Aplicada.

Aprovada em: Natal, 14 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Oliveira (UFRN)
(Presidente da banca)

_____

Prof.ª Dr.ª Cleide Emília Faye Pedrosa (UFS)
(Orientadora/Examinadora Externa)

_____

Prof.ª Dr.ª Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UFRN)
(Examinador Interno)

_____

Prof.ª Dr.ª Sulemi Fabiano Campos (UFRN)
(Suplente Interna)

Mais uma vez, ao meu Deus Soberano que antes de tudo me amou.

A Cleide Faye, minha orientadora acadêmica e na vida.

Aos meus pais, exemplos de amor, paciência e retidão.

AGRADECIMENTOS

Agradecer! Sim quero agradecer e a lista é grande. O caminho não foi fácil, esteve povoado de espinhos, pedregulhos, penhascos, desafios e surpresas. Nesse percurso fui conformista, rebelde, adaptadora, altruísta, consequente, pragmática, inovadora, estrategista e autêntica.

Quero agradecer ao meu bondoso Deus, embora para muitos, um texto acadêmico não dê espaço para pensamentos religiosos, minha crença faz parte de quem eu sou e não posso deixar de agradecer ao meu bondoso Deus que me guiou, iluminou e foi meu companheiro nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Como diz o Salmo 115, "Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade".

A Cleide Faye, orientadora, mãezona, principalmente na hora de puxar a orelha, seus "carões" me ensinaram muito, incitaram-me a querer fazer melhor sempre. Sua ética, tanto em questões de magnitude como nas mais corriqueiras viraram meu referencial. Você me ensinou a pesquisar; a me portar como professora, a ter paciência, postura, ensinando-me não só com palavras, mas com exemplos reais. Não creio que eu esteja de todo madura, mas ao seu lado dei passos largos nessa direção. Saiba que você foi um presente de Deus em minha vida, chegou no momento certo, através da senhora pude conhecer um mundo diferente e melhor. Obrigada de todo coração.

A meu pai e minha mãe, meus baluartes, minhas rochas, minhas razões, Deus me presenteou com os melhores pais do mundo inteiro. Agradeço pelo amor e pela confiança diários, pelas preocupações, vocês são o meu referencial, eu sou aquilo que vocês fizeram de mim, essa conquista não é minha, é nossa.

Aos meus amigos, mais que amigos, minha segunda família do *dream time* dos Cleides: Gui, minha prima do coração, pela amizade, pela ajuda, pelo apoio, pela companhia nas viagens, pelo ombro amigo. João Paulo, pela solicitude de sempre e por me fazer sorrir, pelas palavras de animo, o carinho incontestável, sou muito feliz por ter sua amizade! Paulinho, pela solicitude e ajuda não só acadêmica, mas como amigo. João Batista, pela amizade, ajudas únicas tanto com material como com preciosas dicas, encorajamentos nos momentos certos. Letícia, minha uruguaia preferida, com suas tiradas ótimas. Rodrigo, um amigo muito precioso para mim também, possuidor de uma gentileza única, sempre pronta a ajudar. Silvio, pelos questionamentos, abraços e pensamentos positivos.

Aos amigos dos desabafos e dos silêncios: João Paulo Alexandre Dantas e Thayanny Kellynny Vasconcelos. Quantas vezes eu enchi seus ouvidos e caixas de mensagens com meus desabafos, medos e pedidos de socorro? Mesmo que eu passasse a vida agradecendo ainda seria pouco, vocês foram para mim como um oásis em meio ao deserto. Sempre fazendo com que eu me sentisse melhor, sorrisse, mesmo nas horas em que eu só queria desistir de tudo. Por isso posso dizer que sei o quanto vocês me amam e que é recíproco esse amor.

Aos torcedores de plantão: minhas irmãs Débora Quezia e Angela Maria, meu sobrinho Matteo. Amo muito vocês.

Aos amigos da minha Igreja que viram meus momentos de agonia e partilharam de minhas tristezas e alegrias.

A minha "chefinha", Sulemi Fabiano Campos, uma espécie de fada madrinha que surgiu em minha vida. Acho que se fosse listar todas as coisas que aprendi com essa supermulher, as folhas da minha dissertação seriam poucas.

Aos professores da UFRN, em especial, à Profª. Drª. Andréia da Silva Quintanilha Sousa, pelas grandes contribuições e orientações que redesenharam o meu trabalho.

A Bete e Gabriel, pelo acolhimento e solicitude na Secretaria do PPgEL/UFRN.

À professora Drª. Taysa, uma das pessoas mais inteligentes que já conheci, pela confiança e participação na nossa defesa.

"Cada um desembaraça-se como pode, entre aquilo que quer e aquilo que deve, com sua mescla de verdade e de mentira, de lucidez e de astúcia, de retidão e de comprometimento. Para permanecer Sujeito, é preciso ora fechar os olhos sobre si mesmo, ora abri-los."

(Guy Bajoit, 2009)

"Toda mulher quer ser amada
Toda mulher quer ser feliz
Toda mulher se faz de coitada
Toda mulher é meio Leila Diniz"
Rita Lee.

RESUMO

A violência tem sido utilizada como instrumento de manutenção do regime Patriarcal que ainda assombra nossa sociedade. Inserido e legitimado em/por nossa cultura, o regime patriarcal considera a mulher como um ser inferior que deve ser subjugado e dominado, inclusive, pela força. Neste contexto, O objetivo dessa pesquisa é investigar, no âmbito das práticas discursivas e sociais, os processos de (des)(re)construção identitária em produções de narrativas de mulheres vítimas de violência de gênero, contra a mulher. Para tanto, buscaremos verificar estudos de outras áreas, tais como, Estudos Culturais, Sociologia, Feminismo, dentre outros. Por isso, entendemos que essa dissertação está situada nos estudos de Linguística Aplicada e apresenta uma perspectiva indisciplinar (MOITA-LOPES, 2006). Além das áreas já mencionadas, dialogaremos com a Análise Crítica do Discurso, a Sociologia para Mudança Social, e a Linguística Sistêmico-Funcional. Para análise em torno de a postura indisciplinar em Linguística Aplicada, utiliza-se a metodologia qualitativa/interpretativa (MAGALHÃES, 2001). A fim de examinar narrativas do "eu" de mulheres vítimas de violência, recorremos à narrativas expostas na internet, por serem de domínio público. Dessa forma, pesquisamos apenas os relatos presentes nessa ferramenta (comentário) locada em reportagens do site do G1, mais especificamente, as reportagens sobre violência de gênero feitas no ano de 2014, em duas capitais do Nordeste, Piauí e Rio Grande do Norte, e em uma reportagem feita no programa "Profissão Repórter", em 2011. Para fundamentação da pesquisa, enquanto método de estudo e teoria social, utilizamos a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, corrente vinculada aos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (PEDROSA, 2012a). Os dados evidenciam que as narrativas do "eu" na ferramenta "comentário" dividem-se em dois grandes grupos: narrativas de desistência e narrativas de persistência. Percebemos também os sujeitos se movimentando nas Esferas identitárias de acordo com os contextos da narrativa. A pesquisa nos permitiu ainda inferir que existe uma possibilidade de mudança social a partir da narrativização das tensões identitárias e reconhecimento das desigualdades nas relações de poder.

Palavras-chave: Narrativas do "eu"; Sujeito; identidade; relações de poder; Análise Crítica do Discurso.

RÉSUMÉ

La violence a été utilisée comme un outil de maintenance du système patriarcal qui hante encore notre société. Inséré et légitimé dans / par notre culture, le régime patriarcal considère la femme comme un être inférieur qui doit être subjugué et maîtrisé, y compris par la force. Cette recherche a pour d'étudier, dans les pratiques discursives et sociales, les processus de (dé) (re)construction de l'identité dans les productions de récits de femmes victimes de violence sexiste. Par conséquent, nous nous efforcerons de vérifier les études d'autres domaines tels que les études culturelles, la sociologie, le féminisme, entre autres. De ce fait, nous croyons que ce mémoire se trouve dans les études de Linguistique Appliquée et dispose d'un point de vue interdisciplinaire (MOITA-LOPES, 2006), en plus des domaines énumérés, nous utiliserons l'analyse critique du discours, la sociologie pour le changement social et linguistique systémique fonctionnelle. Pour l'analyse autour de la posture interdisciplinaire en Linguistique Appliquée, on utilise la méthodologie qualitative/ interprétative (Magalhães, 2001). Afin d'examiner les récits du «je» de femmes victimes de violence, nous nous sommes servie des récits exposés sur Internet, puisqu'ils sont du domaine public. Ainsi, nous avons étudié que les rapports trouvés sur l'outil « commentaire » présents dans les rapports du site G1, plus spécifiquement, les rapports sur la violence de genre réalisés en 2014 dans deux villes du nord-est : Piauí et Rio Grande do Norte, et dans une déclaration faite dans le programme "Profession Reporter" en 2011. Pour asseoir notre recherche, comme une méthode d'étude et de théorie sociale, nous utilisons l'Approche Sociologique Communicationnel du Discours, courant lié aux hypothèses de l'Analyse Critique du Discours (Pedrosa, 2012a). Les données montrent que les récits du «je» dans l'outil «commentaire» sont divisés en deux groupes principaux: les récits de renonciation et les récits de persistance. Nous réalisons également que les sujets se déplacent dans les sphères d'identité selon leurs contextes narratifs. La recherche nous a permis de déduire encore qu'il y a une possibilité de changement social à partir de la narrativisation des tensions identitaires et la reconnaissance des inégalités dans les relations de pouvoir.

Mots-clés: récits du «je»; Sujet; identité; les relations de pouvoir; Analysis Critical du Discours

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Esquemas das categorias de análise.....31

FIGURA 2: Processos de socialização. Fonte: BAJOIT, 2008.....53

FIGURA 3: Esferas identitárias e zonas de tensão. Fonte: BAJOIT, 2009, p. 14.....60

FIGURA 4: Metafunções propostas por Halliday.....66

FIGURA 5: Articulações entre os objetivos do sujeito e as esferas identitárias. Fonte: retirada de PEDROSA, 2012.....98

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Conexões ASCD. Fonte: DAMASCENO (2013,p. 85).....49

QUADRO 2: Os sujeitos e as esferas identitária.....58

QUADRO 3: Zonas de tensão.....60

QUADRO 4: Componentes e suas definições.....67

QUADRO 5: Processos, significados e participantes.....68

QUADRO 6: Representação das circunstâncias.....69

QUADRO 7: Resumo dos tipos de narrativas pessoais.....93

QUADRO 8: Resumo dos elementos da oração.....96

QUADRO 9: Resumo da Esfera Atribuída e seus sujeitos nas narrativas do "eu" de mulheres vítimas de violência de gênero.....102

QUADRO 10: Resumo dos tipos de sujeito das Esferas Desejada e Comprometida I 104

QUADRO 11: Resumo dos tipos de sujeitos das Esferas Desejada e Comprometida II.....106

QUADRO 12: Movimento social. Fonte: baseado em TEJERINA, 2010, quadro I, p. 70....111

QUADRO 13: Dados das narrativas contra e a favor da Lei Maria da Penha.....114

QUADRO 14: Articulação entre os tipos de identidades coletivas e narrativas.....118

QUADRO 15: Resumo dos sujeitos encontrados na pesquisa.....127

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Narrativas de desistência x narrativas de persistência e compensação.....94

GRÁFICO 2: Resumo dos processos encontrados nas narrativas.....113

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....16

2 PERCURSO METODOLÓGICO: delineando o lugar de origem, passeando pelas bases metodológicas.....23

2.1 Por que trabalhar esse tema?.....23

2.2 Processo de geração de dados.....25

2.3 Tipo e natureza da pesquisa.....28

2.4 Problematização, objeto e especificidades da pesquisa.....29

2.5 Categorias de análise.....30

2.6 Alguns estudos em diferentes áreas sobre a temática de gênero.....31

2.7 Fechando a capítulo.....34

3 DIÁLOGOS TEÓRICOS......36

3.1 LA: uma área de saber mestiça, autônoma, interdisciplinar, indisciplinar.....36

3.2 Análise Crítica do Discurso: histórico e postulados.....38

3.2.1 Uma perspectiva: linguagem e poder.....42

3.3 ASCD: proposta de análise crítica.....46

3.3.1 As Origens e os postulados.....47

3.3.2 ASCD: contribuições na Linguística Aplicada e na ACD.....50

3.4 Identidade Fluida: a fragmentação do sujeito.....51

3.5 A lógica dos Sujeitos nas Esferas Identitárias.....57

3.6 As contribuições da Sociolinguística Aplicada para Mudança Social.....61

3.7 Narrativas do "Eu".....63

3.8 LSF ou GFS? Subsídio para a análise do material linguístico.....65

3.9 Concluindo a seção.....70

4 DIÁLOGOS TEÓRICOS II: noções de gênero e de violência de gênero.....72

4.1 Por uma abordagem feminista brasileira.....73

4.2 Noções de gênero.....76

4.3 Violência de gênero: uma escolha ou uma determinação.....79

4.4 Lei Maria da Penha: avanço ou retrocesso?.....84
4.5 Fechando a seção.....88

5 PERCURSOS DE ANÁLISES.....90
5.1 Narrativas do “eu”: identidade (re)velada.....90
5.2 A dinâmica dos sujeitos: as esferas identitárias e as zonas de tensão.....96
5.3 Identidades coletivas: processo de mudança.....115
5.4 Categorias Sociodiscursivas: tipos de violência e relações de poder.....119
5.4.1 Tipos de violência x Relações de poder.....119
5.5 Fechando a seção.....127

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....129

REFERÊNCIAS.....138

ANEXO.....144

“A violência não é força, mas fraqueza, nem nunca poderá ser criadora de coisa alguma, apenas destruidora.”

Benedetto Croce

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A violência é um dos comportamentos mais antigos do ser humano. Embora seja algo danoso, é, indubitavelmente, uma das práticas mais presentes em nossa sociedade. Usada em diferentes formas e situações, a violência tem sido o meio pelo qual se impõe um poderio, um domínio sobre o outro.

Dentre as violências praticadas em nossa sociedade, podemos classificar a Violência praticada contra a mulher a mais antiga e considerada corriqueira. Ela é uma das manifestações de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres. Isso porque durante muito tempo a mulher foi considerada como propriedade. Quando jovem, a mulher dada em casamento pertencia ao patriarca da família e, ao se casar, ela passava a pertencer ao seu esposo.

Por a Análise Crítica do Discurso ser uma teoria e um método que entende que a linguagem é transpassada pelo social e lutas de poder, então julgamos ser uma corrente teorética adequada para a temática que propomos nesta dissertação: a violência de gênero[1].

A *violência de gênero* tem sido a principal arma utilizada para manter o regime Patriarcal que ainda sustenta nossa sociedade. Inserido e legitimado em/por nossa cultura, o regime patriarcal considera a mulher como um ser inferior que deve ser subjugado, dominado.

> Importante destacar que a prática da violência de gênero é transmitida de geração a geração tanto por homens como por mulheres. Basicamente, tem sido o primeiro tipo de violência em que o ser humano é colocado em contato de maneira direta. [...] ela torna-se de tal forma arraigada no âmbito das relações humanas que é vista como se fosse natural, como se fizesse parte da natureza humana. A sociedade legitima tais condutas violentas e, ainda nos dias de hoje, é comum ouvir que as 'mulheres gostam de apanhar'. (TELES & MELO, 2012, p. 22-23)

Os temas da violência e da violência simbólica são abordados significantemente nos campos das Ciências Humanas, tais como, História, Sociologia, Linguística Aplicada, Antropologia, Psicologia, dentre outros, com o intuito de entender suas origens, fontes e desdobramentos. Já há consolidado, em termos legais, a existência de vários tipos de violências, dentre as quais podemos citar a violência psicológica, violência física, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

Dentre os atos de violência apontados na constituição de nosso país, Brasil, como crime, a violência contra as mulheres encontra-se no lugar mais alto do *ranking*. As pesquisas assinalam que só no Brasil, 23% das mulheres estão à mercê da violência doméstica que, por

[1] No capítulo I apresentaremos uma descrição mais específica do termo.

sua vez, assume muitas formas – física, sexual, psicológica e econômica, dentre outras. Essas formas de violência se inter-relacionam e afetam as mulheres desde antes do nascimento até a velhice.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres assume que essas estatísticas ainda não comportam toda a magnitude desse fenômeno, os poucos estudos realizados são por parte das organizações não governamentais, mais precisamente na área de violência doméstica. Ou seja, existem muitas outras vítimas que não foram contabilizadas pelo sistema.

O que e o porquê investigar...

Esta dissertação pretende analisar um *corpus* de vinte depoimentos de vítimas que sofreram violência, todas do gênero feminino, fornecidos por arquivos coletados em sites de depoimentos na internet.

Essa forma de pesquisa social crítica propõe-se a estudar a linguagem como prática social, observando as relações entre linguagem, poder, dominação, discriminação e controle. Tornando possível "ouvir" parte das vozes oprimidas, as "vozes do sul" (MOITA LOPES, 2006) que gritam em nossa sociedade, as vozes das mulheres que durante algum período de suas vidas sofreram com abusos físicos, dentre outros abusos ligados a esse. Os depoimentos coletados levar-nos-ão a uma reflexão sobre esse tipo de violência dentro da sociedade e como a linguagem reflete a violência sofrida.

A violência de gênero tem sido um assunto "tabu" por muito tempo, mesmo não sendo um assunto recente e havendo um apelo da mídia em favor das oprimidas – como propagandas do governo, denuncias jornalísticas, apelo em filmes e novelas. Embora os relatos tratados em nossa pesquisa sejam atuais, e nossa perspectiva de estudo, sincrônica, sabemos que esse tipo de conduta é quase tão antiga quanto a instituição família, e que é ainda um tema delicado para se abordar.

O preconceito e a discriminação baseados no gênero estão arraigados no seio de nossa sociedade patriarcal desde sempre e, por isso, livrar-se do estigma da violência de gênero, como veremos nas narrativas analisadas, não é uma tarefa fácil. Percebemos que dar ou receber "voz" para gritar contra a violência gera tensões identitárias que precisam ser estudadas para que se possa atingir, se não a solução, um princípio para ela.

Nessa perspectiva, por meio das narrativas do "eu" de mulheres em situações de violência, procuraremos traçar os caminhos para a construção identitária, construída através da linguagem, não deixando de observar que o sujeito na Linguística Aplicada é

"fragmentado, heterogêneo, contraditório e fluido" (MOITA LOPES, 2006). Lembrando que o trabalho em LA procura problematizar ou criar inteligibilidades sobre os problemas, de modo que alternativas possam ser vislumbradas (MOITA LOPES, 2006).

Desse modo, o objetivo desse trabalho é investigar, no âmbito das práticas discursivas e sociais, os processos de (des)(re)construção identitária em produções de narrativas de mulheres vítimas de violência de gênero.

A pesquisa está embasada em áreas, como, Linguística Aplicada, Estudos Culturais, Sociologia, Feminismo (mesmo sendo mais uma perspectiva do que necessariamente uma área), dentre outros. Entendemos que essas contribuições poderão ajudar como "lupas", oferecendo olhares diferentes para esse evento social.

Nossas motivações...

O pesquisador Moita Lopes, em vários de seus trabalhos (2006, 2002, 2013) ressalta a subjetividade do pesquisador em sua pesquisa, quando trabalha em LA. Embora trabalhemos com objetividade e cientificidade em nossas pesquisas, sempre nos depararemos com resquícios, traços de nossa ideologia presentes nas análises e nas escolhas. Nessa direção, não há como a escolha por uma temática como violência de gênero, não ser, antes de tudo, uma escolha pessoal. As inquietações que motivaram a pesquisa partiram do desejo de tornar nossa pesquisa significativa, ou seja, com relevância não apenas acadêmica, mas também relevância social. Reconhecemos que fazer Análise Crítica é também denunciar determinadas relações de poder desiguais, de opressores sobre oprimidos. Assim, inspirados por outra colega do grupo de pesquisa, Guiannezza Saraiva, que trabalhava com a abordagem mais voltada para o feminismo, e com apoio da orientadora, buscamos estudar a linguagem atrelada a essa prática social, por meio da Abordagem Sociológica Comunicacional do Discurso, corrente filiada à ACD.

Buscamos ver por que essa ideia pejorativa sobre a mulher, disseminada largamente e aceita como legítima, justificou e reforçou durante muito tempo os abusos sofridos pelo sexo feminino. Essas vítimas foram submetidas a dolorosos níveis de violência, fato verificável facilmente em suas narrativas, espaço discursivo em que percebemos o quadro hegemônico de poderes e a des(re)construção de suas identidades.

As narrativas dessas mulheres, vítimas do abuso de poder dos homens, foram nossa fonte inspiradora, motivaram-nos a investigar e entender como se dava as mudanças

identitárias. E mais: perceber pela linguagem como esses poderes e a construção dos sujeitos e como os discursos eram naturalizados.

Os caminhos...

A fim de examinar narrativas do "eu" de mulheres vítimas de violência, e sem a possibilidade de pesquisar nos arquivos públicos das delegacias ou de fazer as entrevistas diretamente, em primeiro lugar, pelo tempo curto de dois anos para a defesa da dissertação, e em segundo lugar, pela burocracia para o acesso aos dados, recorremos aos depoimentos que estavam expostos na *internet*, por serem de domínio público.

Os sites escolhidos, a princípio, foram de ONG's oficiais, cujos depoimentos eram colocados como incentivo para que as leitoras procurassem ajuda. Visto que esses depoimentos eram em número reduzidos e com grande probabilidade de serem resultados de editoração, decidimos, então, selecionar depoimentos em comentários feitos a partir de postagens oficiais de jornais que tratavam do tema violência contra a mulher.

A escolha desses comentários foi, principalmente, pela impossibilidade de alteração, uma vez postados, não havia como editar. O segundo aspecto tem a ver com o tamanho do texto. Por serem limitados pela estrutura do site, esses comentários são fisicamente menores que os depoimentos extraídos dos sites das ONG's. Tomando esta decisão, pesquisamos apenas os depoimentos presentes nessa ferramenta (comentário) hodierna em reportagens do site do G1.com, mais especificamente, nas reportagens sobre violência de gênero, feitas no ano de 2014, em toda a região nordeste, principalmente nas grandes capitais; e em uma reportagem feita no programa "Profissão Repórter", em 2011, que bateu recorde de audiência no próprio site abordando a violência praticada contra a mulher no Brasil.

Foram escolhidos vinte depoimentos, dentre os comentários extraídos do site G1.com, sob o critério de ser uma narrativa do "eu", ou seja, um relato de cunho pessoal, subjetivo da vítima de violência de gênero. Como nossa pesquisa é de cunho qualitativa/interpretativista, julgamos que a quantidade de depoimentos são suficientes para o estudo em pauta.

O Enquadre Teórico...

Os textos que constituem o *corpus* serão examinados à luz do referencial teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2001, 2003, 2006), tendo

como principal corrente a Abordagem Sociológica Comunicacional do Discurso (Pedrosa, 2014). Sendo assim, partirá da materialidade linguística como escopo para estudar as dimensões discursiva e social, investigação que se insere, dessa forma, na área da LA (Linguística Aplicada).

Para dar conta dessa pesquisa, também recorreremos aos Estudos Culturais, referendandos em Bauman (2000, 2005), Hall (2005) e Medeiros (2009); à Sociologia para Mudança Social (SMS), com base em Bajoit (2006, 2008, 2009); e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), respaldado em Halliday (1985), Halliday e Mathiessen (2004), Cunha e Souza (2011).

Mapeando a estrutura...

O "Percurso Metodológico" é apresentado logo no primeiro capítulo, a fim de trazer a descrição do "como" traçamos e caminhamos neste terreno complexo.

O segundo capítulo contempla o aporte teórico, que nomeamos de "Diálogos Teóricos", pois é atravessado pela justificativa dos estudos em LA e sua capacidade de dialogar com outros campos de análises, pelas vias dos constructos teóricos de Moita Lopes (1998, 2006), Pennycook (2006) e Celine (2006).

Esse capítulo é o pilar que sustenta a dissertação. Nele exporemos o histórico e os postulados para uma Análise Crítica do Discurso, assim como as propostas da Análise Sociológica Comunicacional do Discurso, suas origens e postulados. Com esse aparato teórico, buscaremos desenhar uma perspectiva de linguagem e poder que corrobore a análise crítica do objeto que escolhemos estudar.

Ainda nesse capítulo, poremos em pauta os estudos sobre os sujeitos e as identidades. Para tanto, trabalharemos as noções de modernidade líquida, de identidade diluída e a fragmentação do sujeito, caminhando para a lógica dos Sujeitos em suas respectivas esferas identitárias.

Ainda no primeiro capítulo, apresentamos o recorte temático. O objetivo desse recorte é desenhar um panorama das abordagens Feministas, suas características e sua importância nos estudos críticos. A história das revoluções e questões trabalhadas no feminismo brasileiro é de suma importância, pois corroboram a formação e (des) (re)construção da identidade das mulheres brasileiras de uma maneira geral.

Para o tratamento desse assunto serão escolhidas mais especificamente as abordagens que tratam da violência de gênero e sua condição como relação/troca de poder. Lembrando

que essa é uma área heterogênea, procuramos trazer vertentes diferentes, com percepções diversas em busca de um maior atilamento da causa.

Nesse capítulo, ainda levantaremos as questões de gênero, como um construto social. Entender o gênero como mais que uma deliberação biológica é um passo significativo para uma possível mudança social. Por isso, traçaremos o ciclo de violência, suas consequências, e, principalmente, os efeitos dessa na (des)(re)desconstrução identitária das vítimas.

O terceiro capítulo trará a análise das narrativas do "eu", segundo as categorias escolhidas. Proporemos algumas subseções que contemplarão, entre outras, as questões: os tipos de narrativas do "eu", as identidades e sujeitos oriundas das gestões relacionais de si; os tipos de violências e as relações de poder; a mudança social e os caminhos para essa mudança. Por fim, temos as considerações finais da pesquisa, que compreendem a discussão dos resultados, assim como possíveis desdobramentos, assumindo que nenhuma pesquisa é fechada em si mesma, inesgotável e absoluta em toda a verdade.

Os procedimentos metodológicos para a seleção de dados organizam a observação, enquanto os métodos de avaliação regulam a transformação dos dados em informação e sua ulterior restrição das ocasiões abertas à inferência e à interpretação.

(Meyer, 2013)

CAPÍTULO I

2 PERCURSO METODOLÓGICO: delineando o lugar de origem, passeando pelas bases metodológicas

Neste capítulo, apresentaremos os caminhos seguidos na pesquisa, os caminhos que levaram a escolha do objeto de estudo, assim como o lugar onde assenta esse empreendimento científico. Para tanto, dividimos o capítulo em sete tópicos: por que trabalhar esse tema? Processo de geração de dados; Tipo e Natureza da pesquisa; Problematização, objeto e especificidades da pesquisa; Categorias de análise; Alguns estudos em diferentes áreas sobre a temática de gênero; Fechando o capítulo.

2.1 Por que trabalhar esse tema?

A violência praticada contra as mulheres, infelizmente, se perpetua na história da humanidade. É produto de uma construção histórica. Nesse sentido, interessa-nos examinar mais de perto esse fenômeno, buscando identificar as (des)(re)construções identitárias das mulheres agredidas, por meio de seus próprios relatos, chamados aqui de narrativas do "eu" (BAJOIT, 2008).

Por definição, a violência contra mulher (ou mesmo de teor misógino) pode ser definida como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou possa causar morte, danos ou sofrimento nos âmbitos físico, sexual, patrimonial, moral ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada. Para esse estudo nos ateremos sobre a violência física, embora entendamos que esse tipo de violência pode ter como consequência outros tipos de violência, como a violência psicológica.

A proposta para esse estudo nasceu da preocupação com o crescente número de mulheres agredidas em nosso país. Estima-se que, a cada uma hora e meia, uma mulher morre vítima de violência, essa geralmente ocorre nas relações domésticas, familiares e afetivas[2]. E o mais assustador é que, embora as campanhas e informações difundidas sobre o assunto tenham crescido em todo o país, o número de vítimas registradas pelo sistema ainda é alarmante.

[2] Segundo dados oficiais justiça federal do Brasil, o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra as mulheres. Disponível em: <http://ibdfam.jusbrasil.com.br>. Acessado em 29 dez. 2013.

Esses dados nos levaram a refletir sobre a desconstrução das identidades femininas e a reconstrução dessas tecidas em um cenário de violência e preconceito. O tratamento de questões sociais dessa pesquisa se coaduna com a perspectiva da LA, que não se detém a trabalhar um objeto "purificado", mas lança-se em uma procura pelos "resíduos", sem medo de investigar o "objeto híbrido" (SIGNORINI, 1998).

A relevância da pesquisa encontra-se na sua importância social, ao tratar de um assunto que está presente em nossa sociedade e que ainda representa um problema que precisa ser questionado. Nossa pesquisa em LA está intrinsicamente ligada à mudança social. Reconhecemos que os estudos em LA procuram gerar uma prática social transformadora. "Isso significa dizer que a resolução do problema gerará conhecimento útil para participantes do mundo social e que seus interesses e suas perspectivas são considerados na investigação" (MOITA LOPES, 1998, p.106).

Não podemos, nem devemos, omitir-nos frente a essa opressão. Durante muito tempo a mulher foi considerada como propriedade. Quando jovem pertencia ao patriarca da família, ao se casar, passava a pertencer ao seu esposo. Essa ideia de pertencimento fez com que perdurasse por muito tempo sendo vista como um objeto, cuja voz deveria ser suprimida, um perfeito alvo para todo tipo de agressão.

Essa ideia pejorativa sobre a mulher, disseminada largamente e aceita como legítima, justificou e reforçou durante muito tempo os abusos sofridos pelas mulheres. Não só a violência física e sexual, mas também psicológica, financeira e moral foram exercidas contra as mulheres, sem que essas tivessem direito a defesa. Dessa forma, existe uma grande importância em se fazer pesquisa que aborde a temática da violência de gênero contra a mulher.

Também podemos ressaltar como relevância o quesito teórico. Conquanto tenhamos uma boa literatura nessa temática, não só em nossa área da linguagem, como também em outras, entendemos que esse recorte identitário e das esferas dos sujeitos seja inédito e, consequentemente, uma contribuição para reforçar os trabalhos feitos na ASCD, assim como para os trabalhos em ACD.

Vemos esse estudo como uma ponte entre diversos campos das ciências chamadas humanas e que, portanto, irá acrescentar não só para os estudos da linguagem como poderá servir de subsídio para outros campos, tais como, o da Sociologia e dos Estudos Culturais, para mencionar alguns.

Nosso posicionamento quanto à continuidade do processo de pesquisa é de que a seleção de dados, embora seja o primeiro passo, não se encerra quando se inicia a análise;

avessos a essa ideia, verificamos que o analista, frente a novos achados, buscará, em sua fonte de dados, exemplos que possam confirmar o que foi encontrado. Como bem aponta Serrano (2011, p. 14), o ato da pesquisa é "um processo inacabado, nunca definitivo, em suas duas opções inicialmente possíveis: não concluído e não concludente". Logo, nossa pesquisa não pretende se colocar como a totalidade do conhecimento sobre o assunto, tampouco temos a ambição de dá-lo por encerrado, mas buscar novos caminhos para um levantamento de possíveis soluções.

2.2 Processo de geração de dados

O *corpus* é composto por narrativas do "eu", selecionadas a partir de depoimentos dados em "comentários" escritos em sites de reportagens cujo tema seja a violência contra as mulheres que sofreram agressão física em alguma fase de suas vidas.

A nomenclatura "comentário" é dada a ferramenta presente na maioria dos sites, o espaço no qual o usuário da internet pode deixar registrada sua opinião sobre o que está postado na página digital. O interessante sobre essa ferramenta é que qualquer pessoa pode acessar e deixar sua opinião, dado sua natureza, a extensão do texto não é muito grande, em alguns casos, vemos narrativas que se desenrolam em mais de um comentário, nessas situações em que o comentário estiver fragmentado, entenderemos a soma das partes como sendo apenas um comentário, por se constituírem como uma única narrativa do "eu". A data, local e nome do usuário ficam gravados junto com seu comentário[3].

Os comentários feitos a partir de reportagens são, geralmente, espontâneos, partem da motivação do texto. Consideramos esses comentários em nossas análises por entender que eles estão em sua íntegra, uma vez que um comentário não pode ser editado pelo site (caso o dono do site não aprove um determinado comentário, ele pode excluí-lo, mas não pode manipular seu conteúdo, seja para resumir ou alterar a ideia), o que dá uma probabilidade maior de ter um texto verossímil.

Como a ferramenta permite que o usuário não se identifique, não sabemos se os nomes dados são reais ou fictícios. Dessa forma, justifica-se a não necessidade de autorização

[3] Vale ressaltar que nem sempre os nomes postados equivalem ao nome real, pois existe a possibilidade de ter mais de um "codinome" na rede. Em todo caso, não nomearemos as vítimas das narrativas, como forma de organizar, enumeraremos as narrativas e assim teremos a sigla N (de narrativa) seguido de um número. Exemplo: N1, N2, N3... N20.

da comissão de ética da UFRN, já que, como explicado, estamos trabalhando com sujeitos discursivos e não sujeitos empíricos que deram seus depoimentos em sites de domínio público.

A seleção dos dados foi feita a partir da análise de reportagens do site do g1.globo.com, por pertencer a uma emissora de prestígio no país, com maior audiência entre as mídias jornalísticas, uma vez que está vinculada a emissora de TV aberta mais vista no Brasil; o site é um dos mais visitados e comentados no país. Isso nos deu a possibilidade de acessar um número de comentários por reportagem maior do que em outros veículos de comunicação presentes na rede.

O recorte foi feito, como dito anteriormente, em reportagens sobre violência contra a mulher. Escolhemos dois padrões. O primeiro foi: as reportagens divulgadas no ano de 2014 na região do nordeste brasileiro, ou seja, as notícias que foram divulgadas no site da G1.com, sendo notícias específicas da região, principalmente nas grandes capitais. Foram contabilizados 80 reportagens, de janeiro de 2014 até julho do mesmo ano, fazendo um montante de 1440 comentários somando todas as reportagens. Em ordem crescente temos os seguintes estados com maior número de notícias divulgadas no ano de 2014 sobre violência contra a mulher: Ceará (3), Paraíba (06), Maranhão (07), Piauí (08), Rio Grande do Norte (09), Alagoas (11), Sergipe (12), Pernambuco (12), Bahia (12).

Dentre os comentários visualizados, foram selecionados apenas aqueles com características de depoimento, ou seja, as narrativas do "eu"; apenas três comentários dos 1440[4] coletados responderam a esse critério, uma no Piauí e as outras duas no Rio Grande do Norte.

Pelo número insignificante para uma pesquisa de mestrado que a coleta acima nos apresentou, decidimos então fazer o levantamento partindo de uma reportagem de caráter nacional. Este foi o segundo padrão, procurar por reportagens que tivessem abrangência nacional e não mais regional. Precisávamos de uma reportagem que tivesse afetado todo o território nacional, era preciso um programa com audiência nacional.

No site do g1.globo.com, encontramos alguns programas que obedeciam a esse critério, tais como: Fantástico, Conexão Repórter, Profissão Repórter, dentre outros. Entretanto, decidimos por visitar o programa "Profissão Repórter". Esses programas têm em

[4] Embora seja um número grande de comentários, nem todos os comentários são uma narrativa, critério utilizado para a pesquisa; a maioria, 1437, eram comentários curtos de desprezo ou apoio a violência, sem contudo narrar uma história pessoal.

comum o apelo midiático mais amplo, todos fazem parte do canal aberto da Emissora que atinge todo o Brasil; todos têm um caráter investigativo, fator também encontrado em outros jornais; no entanto, o "Profissão Repórter" foi escolhido por ser um programa que procura mostrar diferentes ângulos do mesmo fato, da mesma notícia, com reportagens ao vivo. Nesse setor, esse programa era único.

Procuramos, então, por uma reportagem que abordasse o tema da violência contra a mulher. A última reportagem com essa temática aconteceu em 2011 e teve um recorde de comentários com caráter de depoimento, um total de 77 depoimentos; além disso, 100 perguntas diretas sobre o assunto, que foram respondidas pela juíza Rafaela Caldeira Gonçalves, da Vara de Violência Doméstica do Fórum Central da Barra Funda do Tribunal de Justiça de São Paulo, mas descartadas na pesquisa, por não obedecer o critério de ser uma narrativa do "eu".

Explicamos, no entanto, que esse período de postagem no site não corresponde necessariamente ao período de respostas. Também vale ressaltar que a data de nossa pesquisa no site foi de julho de 2014; dessa forma, os textos coletados podem ser desse período ou de períodos anteriores, ou seja, desde 2011 até julho desse ano[5].

No total, escolhemos 20 comentários/depoimentos, três deles retirados de reportagens recentes (2014) e os outros 17 retirados de uma reportagem mais antiga (2011). A escolha dos 17 comentários da reportagem do programa Profissão Repórter, no momento da análise, foi pela ordem cronológica, ou seja, escolhemos os 17 primeiros comentários para manter a imparcialidade. Os comentários foram assim escolhidos aleatoriamente (isso significa dizer que não há motivação pessoal que direcione a escolha de cada narrativa), procurando trazer uma amostra dos dados coletados, sem tentativa de escolher um comentário que melhor se enquadrasse em nossas pretensões analíticas.

Quanto ao perfil das vítimas: são mulheres com idades diferentes, em poucos comentários há um registro exato de idade, mas inferimos, pelo contexto, uma faixa etária entre 20 e 55 anos.

Embora tenhamos quatro depoimentos específicos da região nordeste, não temos uma forma de separar os depoimentos por região, pois não encontramos nos depoimentos marcas de região, menção a cidades ou estados, apenas inferimos que existe a participação de outras regiões, fora a nordestina, pelo fato da reportagem do Profissão Repórter alcançar o público nacional.

[5] Os sites utilizados vêm na referência.

Quanto à escolaridade, em dois comentários elas se identificam com nível superior, em outro, o nível médio completo também aparece, mas na maioria dos depoimentos esse dado não é citado. No entanto, é possível inferir que todas tem no mínimo ensino médio completo pelo conhecimento de língua utilizado.

Contudo, essas mulheres têm um perfil em comum, todas sofreram agressão física por parte de seus cônjuges ou familiares próximos. Outro ponto em comum é a disposição em conversar sobre o assunto, todas narram suas histórias nessa ferramenta, relatando episódios que consideram os mais difíceis.

2.3 Tipo e natureza da pesquisa

Ao fazer a interpretação das narrativas do "eu", damos ao nosso estudo o cunho interpretativista. Podemos dizer, dessa forma, que temos um tipo híbrido de pesquisa: qualitativo-interpretativista. Isto é, este estudo nos permitirá observar tendências, comportamentos, atitudes; fornecer-nos-á informações detalhadas a perguntas feitas durante a pesquisa, ajudando a levantar hipóteses e produzir informações por meio das indagações feitas ao *corpus*, privilegiando a atividade de investigar a (des)(re)construção identitária das mulheres em situação de violência de gênero. Segundo Chizzotti (1991, p. 79),

> A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objeto e a subjetividade do sujeito.

Isso coloca a pesquisa qualitativa como ação de práticas interpretativas que permitem transformar aspectos do mundo em representações por meios das quais podemos entendê-los, descrevê-los e interpretá-los (RAMALHO E RESENDE, 2011).

Para Moreira (2002), a pesquisa qualitativa inclui seis pontos fundamentais: 1) A interpretação como a base e foco principal, nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar não somente do pesquisador como dos próprios participantes; 2) A subjetividade é enfatizada, assim, o interesse é a perspectiva dos informantes, nosso foco, por exemplo nas narrativas do "eu" das mulheres vítimas de violência; 3) A flexibilidade na conduta do estudo, nesse sentido, não há uma definição a priori das situações, não há uma tentativa de predefinição; 4) O interesse é no processo e não no resultado, segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise, nas narrativas que descreve um problema da real, social, os resultados são dialéticos, mostram possibilidades e não uma

solução unanime; 5) O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência; e 6) O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, não apenas uma influência da pesquisa no meio em que está disseminada como também admite-se que o pesquisador, por sua vez, sofre influência da situação de pesquisa.

2.4 Problematização, objeto e especificidades da pesquisa

A principal questão de análise e problemática desse estudo é: Como se dá a (des)(re)construção identitária de mulheres que sofreram algum tipo de violência de gênero? Ao procurar responder essa pergunta, buscamos resposta não apenas de cunho acadêmico, mas, sobretudo, de cunho social como convém às pesquisas em LA, principalmente, em diálogo com a ACD. Essa se caracteriza em ser uma teoria e um método que tem por objetivo dar voz aos perdedores, àqueles que têm sua boca amordaçada. Como diz Moita Lopes (2006): somos o eco das "vozes que gritam do sul".

Com isso se delineia o objetivo geral, deste trabalho, investigar, no âmbito das práticas discursivas e sociais, os processos de (des)(re)construção identitária em produções de narrativas de mulheres vítimas de violência de gênero.

Apontamos que os objetivos específicos serão inscritos numa problematização matizada pelos seguintes questionamentos e/ou inquietações: Quais sujeitos se movimentam no discurso instaurado nas narrativas do "eu"? Como são (des)(re)construídas as identidades femininas vítimas de violência de gênero? Que relações de poder envolvem e constituem essas mulheres agredidas?

Para responder a esses questionamentos, destacamos que a investigação buscará atingir os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os sujeitos discursivos e sociais dos textos nas narrativas;
- Identificar as identidades coletivas e as esferas identitárias individuais;
- Demonstrar as relações de poder que envolvem essas mulheres e as impelem a determinadas construções identitárias.

Esses objetivos permitirão entender que as narrativas do "eu" contribuem para a análise sobre a lógica dos sujeitos, a construção identitária e como as relações de poder se deixam desvelar por meio da linguagem, buscando assim, por em evidência um problema social latente em nossa sociedade.

As discussões trazem para os estudos da linguagem os preceitos da Linguística Aplicada e o olhar sobre a construção identitária, individual e coletiva de vítimas de violência de gênero.

Nessa direção, a metodologia dessa dissertação seguirá as orientações da Análise Crítica do Discurso, mais especificamente de uma das abordagens que trabalha conjuntamente, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, sendo assim, inserida na LA. Buscaremos mostrar o porquê de trabalhar esse tema, sua epistemologia, como se dará a construção da estrutura da dissertação, seus dados. Também evidenciaremos seu tipo e sua natureza

2.5 Categorias de análise

A metodologia está ancorada na ACD. Para Fairclough, a ACD é um modelo teórico-metodológico porque apresenta sua teoria, que não pode ser trabalhada isolada da parte metodológica.

Nessa direção, estudaremos os construtos sociais, utilizando as categorias analíticas da LSF, comumente aceita na ACD e ASCD, para dar conta da materialidade linguística com suas categorias analíticas, focando no sistema de transitividade. Quanto às categorias sócio-discursivas, teremos os conceitos oriundos da ACD, como as relações de poder e ideologia, identidade e sujeito provindos da ASCD e os tipos de violência prescritos tanto no âmbito judicial, quanto nos conceitos retirados dos movimentos feministas.

Logo, as categorias de análise serão divididas em dois grandes grupos: as categorias linguísticas e as categorias sócio-discursivas. Para melhor visualizar, apresentamos um esquema que sintetiza os elementos norteadores desta pesquisa.

Figura 1: Esquemas das categorias de análise

Fonte: a autora.

Como mostra o esquema, cada uma dessas categorias se unem para responder aos questionamentos suscitados pelas narrativas do "eu", dadas pelas vítimas de violência. Na análise, partiremos das categorias linguísticas, por meio do sistema de transitividade, às categorias sociodiscursivas, pelos tipos de violência, relações de poder, esferas identitárias e seus respectivos sujeitos, na tentativa de visualizar a (des)(re)construção da identidade dessas vítimas.

2.6 Alguns estudos em diferentes áreas sobre a temática de gênero

Podemos dizer que existe uma considerável literatura a respeito desse tema. Um dos motivos que poderíamos apontar é o fato de ser um tema que atravessa toda a história da sociedade. Portanto, nesta seção, tentamos expor trabalhos que abordam o mesmo objeto de pesquisa, situando nossa pesquisa entre outras realizadas. Dado o caráter social que a violência de gênero possui, encontramos muitas dissertações e teses sobre a temática da violência de gênero. Acreditamos que existam muitas outras pesquisas em andamento e outras

tantas que não estão disponíveis nos acervos on-line. Isso nos mostra o quão profícuo é o objeto analisado.

Das pesquisas encontradas e selecionadas para indicar estudos realizados em outras áreas, indicamos três teses e onze dissertações. As áreas de concentração foram bem variadas: três em Ciências Sociais; uma em Medicina; duas em Psicologia; uma da Ciência de Saúde Pública; uma em Educação; uma em Enfermagem; uma em História e três em Linguística Aplicada.

Com o intuito de dar uma visão sucinta dos estudos em outras áreas, elegemos um trabalho de cada campo, para dar um panorama da pesquisa. Nessa direção, embora tenhamos encontrado três pesquisas na área biomédica, nos focaremos em uma delas, a da Antonia de Jesús Ângulo Tuesta (1997), com a dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública. Escolhemos essa dissertação, visto que a temática e perspectiva de tratamento do assunto são similares ao que propomos analisar nesta pesquisa, pois aborda a temática da violência à mulher visando à saúde geral da pessoa, colocando em pauta as formas de cuidado, de respeito e desrespeito ao outro, e, ao mesmo tempo, refletindo éticas e técnicas para a assistência em saúde geral, não apenas relativas ao impacto da violência sobre a saúde.

O objeto de estudo é a violência como se apresenta no interior da saúde de atenção primária. Ela busca as condições que propiciam ou obstaculizam a emergência, o acolhimento e a proposta de intervenção sobre a questão no interior de um serviço de saúde. Também encontra emergência de conflitos em torno das relações de gênero no registro, tanto em prontuários quanto na observação direta, e observaram que as possibilidades de emergência desses conflitos estão ligadas aos canais de comunicação abertos e à possibilidade de antever alguma para o exercício profissional.

Por sua vez, as pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais dão um total de sete pesquisas. Elegemos o trabalho de Mirela Massia Sanfelice (2011). Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Ela procura perceber a contradição social presente nos dias de hoje, ou seja, mulheres em situações e condições de invisibilidades e de violência, seja essa simbólica, física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral.

Por meio de recortes, tais como depoimentos orais, ou boletins de ocorrência registrados em delegacias especializadas em mulheres, procura questionar a execução da Lei Maria da Penha e o poder que sócio-historicamente foi conferido aos homens.

Pelas leituras, os principais teóricos que permeiam as pesquisas nas áreas de ciências sociais são: Bourdieu, seguido de Foucault. Esses dois sociólogos serão base teórica também da presente dissertação.

No caso das pesquisas em LA, vimos que a temática da violência de gênero estava muito atrelada as questões de identidade. As linhas teóricas verificadas nas pesquisas foram: *A Linguística Cognitiva,* com a dissertação de Kaline Girão Jamison (2011) à Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades Programa de Mestrado em Linguística Aplicada-Posla, buscando respostas sobre a maneira como a linguagem se encaixa no modo como pensamos, sentimos e nos inserimos no meio ambiente. Essa abordagem se compromete com a realidade psicológica de seus construtos teóricos. Sua pesquisa nasce a partir de boletins de ocorrência, lavrados por mulheres vítimas de violência conjugal na Delegacia de Atendimento à Mulher de Fortaleza. Sua análise busca identificar quais os Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) que estruturam o conceito de violência conjugal nos relatos dessas vítimas, com foco em entender a relação entre cognição e linguagem. Em sua dissertação, Jamison (2011) chegou a onze hipóteses levantadas a partir do *corpus* e justificadas durante a análise, dentre essas hipóteses encontra-se que o conceito de CASAMENTO é estruturado, mesmo que parcialmente, ao conceito de CASA.

A Gramática Sistêmico–Funcional, com a tese de Cláudia Natividade (2012), sob o título: Semióticas da(s) masculinidade(s) em um grupo de homens que exercem violência contra as mulheres. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Sua pesquisa analisa os discursos de homens que exercem violência contra mulheres a partir da moldura analítica da Semiótica Social e da multimodalidade. Para tal, utiliza o instrumento do grupo focal para coletar dados orais/visuais de uma interação em grupo, assim como investigar o sistema representacional dos sujeitos e o mapeamento dos Processos, para investigar quais ações eles denotam a si mesmos e quais aos outros, compondo assim suas experiências relacionais.

Análise Crítica do Discurso, com a dissertação de Tatiane Rosa Nogueiras Dias (2007), tendo como título: Práticas Identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica; tese prestada ao Programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade de Brasília, na qual o discurso é analisado em três dimensões: textual, prática discursiva e prática social, investigando a construção de identidades como um instrumento essencial para verificar a mudança social, bem como um fenômeno ideológico. O *corpus* foi retirado de relatos das vítimas que estão submetidas ao programa Casa Abrigo, que tem por finalidade atender

mulheres e adolescentes sob ameaça de morte. Utilizando o conceito de Giddens (1991), a autora chega ao resultado de que na modernidade tardia, as pessoas passam por um processo de reflexividade e decidem adotar determinadas posturas**.**

2.7 Fechando o capítulo

Este capítulo apresentou o percurso metodológico seguido por esta pesquisa. Para que se tenha um maior entendimento do que pretendemos neste estudo.

O capítulo se iniciou com as motivações para a pesquisa. O segundo passo foi o processo de geração de dados, seguido da explicação sobre a natureza da pesquisa e suas questões norteadoras, na seção intitulada de Problematização, objeto e especificidades.

A seção seguinte, as categorias de análise, buscou mostrar o esquema de cada uma dessas categorias que se unem no momento da análise no intuito de responder aos questionamentos suscitados pelas narrativas do "eu" dadas pelas vítimas de violência.

Por fim, trouxemos alguns estudos levantados em áreas diferentes sobre a temática da violência contra a mulher, promovendo uma amostra de estudos feitos no Brasil abordando a temática da violência de gênero.

"Não há ciência sem descrição sistemática de aspectos da realidade, e não há ciência empírica sem teorias que procurem explicar esses aspectos em termos mais gerais – sempre que possível, relacionando-os com teorias de outras ciências que se ocupam de aspectos correlacionados. São duas faces de toda e qualquer ciência empírica, e uma não pode existir sem a outra, sob pena de prejudicar o caráter científico da atividade em questão."

(Mário Perini, 2010)

CAPÍTULO II

3 DIÁLOGOS TEÓRICOS

Este capítulo apresenta, de forma compilada, os postulados teóricos que servirão de bússola para as análises que serão empreendidas nesta dissertação.

Os diálogos teóricos compreenderão os campos da Linguística Aplicada, da Análise Crítica do Discurso, dos Estudos Culturais e da Sociologia para Mudança Social. Por meio dessas interfaces ressaltaremos as práticas discursivas e sociais que servirão de arcabouços para nossa investigação

3.1 LA: uma área de saber mestiça, autônoma, interdisciplinar, indisciplinar

O diálogo anunciado é possível porque fazemos parte da área de pesquisas em Linguística Aplicada. Como aponta Celani (2000), a LA é uma área de conhecimento "articuladora de múltiplos domínios do saber", isso a coloca em diálogo constante com vários campos que têm preocupação com a linguagem. A autora ainda coloca a importância da linguagem, uma vez que ela "permeia todos os setores de nossa vida social, política, educacional e econômica, uma vez que é construída pelo contexto social e desempenha o papel instrumental na construção dos contextos sociais nos quais vivemos", dessa maneira, fica clara a importância da LA na resolução de problemas de ordem educacional, social, política e até econômica (CELANI, 2000, p.19-20).

É sob essa perspectiva que o pesquisador em LA transita entre mundos diferentes, fazendo do diálogo entre eles, algo real e possível, tornando as fronteiras entre as áreas de saber, se não invisíveis, completamente mutáveis, instáveis, movimentadas, deslocando os limites entre um campo e outro.

Embora os estudos de Linguística Aplicada (LA) tenham sido durante muito tempo associados às propostas de ensino-aprendizagem de Língua Estrangeira, ou simplesmente a aplicação da Linguística, COMO um campo submisso a ela, agora existe a compreensão de que a LA não é uma mera aplicação da linguística, isso já é inclusive "um truísmo para aqueles que atuam no campo" (MOITA LOPES, 2006). Ela nos possibilita transitar entre outros domínios do saber, sem, contudo, desviar-se da linguagem.

Isso porque a LA não enxerga a linguagem como neutra, universal, próxima ao modelo de referência, normatizada, ou seja, um objeto purificado; antes, considera a

linguagem como múltipla, descrevendo as regularidades locais, relações moventes no(s) modo(s) de funcionamento do objeto em uso, ou seja, híbrido (SIGNORINI, 1998). Seu objeto é construído de "elementos híbridos", "complexos"; logo, a especificidade do objeto de pesquisa em LA – o estudo de práticas específicas de uso da linguagem em contextos específicos – a constitui como campo de estudo outro, distinto, não transparente e muito menos neutro (SIGNORINI, 1998).

A complexidade da linguagem, a contextualização da prática social e seu plano de utilidade para os sujeitos envolvidos são essenciais nas pesquisas em LA, seus resultados pretenderam nortear respostas às problematizações feitas na e pela linguagem no meio social (DAMASCENO 2013, p. 57). Destarte, "a linguagem deve ser entendida como atividade, como sistema de ações simbólicas realizadas em determinados contextos sociais e comunicativos, que produzem efeitos e consequências semânticas convencionais" (MOITA LOPES, 2006, p. 57). É essa linguagem mestiça, esse sistema de ações simbólicas que SE vincula a atividades sociais, a tal ponto de serem indissociáveis, que nos mostra o entrelaçamento entre a cultura hegemônica patriarcal e as práticas discursivas das mulheres vítimas de violência de gênero.

Essa noção de linguagem como ação e seu caráter cambiante, fugaz e contingente faz parte da LA Indisciplinar. A INdisciplinaridade da LA apontada por Moita Lopes (2006) apresenta quatro aspectos:

> 1. A imprescindibilidade de uma LA mestiça, que corresponde, na verdade, à mesma reestruturação interdisciplinar que está ocorrendo em outros campos do conhecimento, de modo a poder dialogar com o mundo contemporâneo;
> 2. Uma LA que explore a relação entre teoria e prática, porque é inadequado construir teorias sem considerar as vozes daqueles que vivem as práticas sociais que queremos estudar; mesmo porque no mundo de contingências e de mudanças velozes em que vivemos a prática está adiante da teoria;
> 3. Uma LA que redescreve o sujeito social ao compreendê-lo como heterogêneo, fragmentado e fluido, historicizando-o;
> 4. LA como área em que ética e poder são pilares cruciais, [...] uma vez que não é possível relativizar todos os significados: há limites éticos que devem nos orientar. (Moita Lopes 2006, p. 31)

Diante do articulado acima, entende-se que estudar as narrativas de vítimas de violência de gênero é fazer LA, pois atrelar o foco dessa dissertação, que é a violência de gênero, aos estudos em LA é uma atitude não só interdisciplinar, mas, também, de políticas públicas, é "considerar as vozes daqueles que vivem as práticas sociais que queremos estudar".

Essas características transdisciplinares da LA a coloca como área maior de atuação desta pesquisa. Inserida em seu amago, encontramos a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), disciplina chave para esta análise. Pautar essa investigação na base teórica e metodológica da ACD é fazer LA. Entendemos que a ACD é o ponto de partida dos estudos deste trabalho, sendo assim, iniciaremos as explanações apresentando seu histórico e postulados. Ela nos dará suporte para compreendermos as relações de poder e hegemonias nas análises de dados.

3.2 Análise Crítica do Discurso: histórico e postulados

Nos anos 1970/1980, Gunther Kress e Roger Fowler levantaram questionamentos importantes sobre a teoria crítica de discurso como um instrumento de mudança social, eles colocavam em evidência os textos como materialização desses discursos dentro de uma posição pós-estruturalista. Sua principal evidência eram as correlações entre estrutura linguística e estrutura social, já que as relações sociais influenciam as práticas linguísticas e não linguísticas dos sujeitos (PEDROSA, 2012b).

Já na década seguinte, nos anos 1990, em uma reunião em Amsterdam, surge o pequeno grupo de analistas denominados de críticos, um grupo internacional e heterogêneo – Fairclough (Lancaster); van Dijk (Amsterdam); Kress (Londres); van Leeuwen (Londres); Wodak (Viena) – consolidando o novo campo de investigação (PEDROSA, 2012). Seria o nascimento da ACD, com suas diferentes correntes.

Podemos dizer que a ACD nasce como um modelo teórico-metodológico aberto, que entende e estuda a linguagem a partir de um prisma funcionalista. Existe uma diferença entre um modelo funcionalista e o formalista ainda vigente. No paradigma formalista, o discurso é definido como a unidade acima da sentença, um objeto autônomo que não sofre influência externa; no funcionalismo, ele é visto como a linguagem em uso, fortemente influenciado pelo social (RAMALHO&RESENDE, 2006).

Esse modelo teórico-metodológico tem seu foco na análise do discurso e do texto, identificando o papel da linguagem dentro da estruturação das relações de poder na sociedade, seu método analítico já não aceita se preocupar apenas com a dimensão textual, mas enfoca também a visão da linguagem investida de poder e ideologia, que se encontra no situacional/institucional/social. Logo, o uso da linguagem, enquanto prática social, está conectado não só a um modo de ação, mas um modo de ação historicamente situado, numa dialética com seu contexto social (FAIRCLOUGH, 2001). “A ACD vê o discurso como noção

integradora de três dimensões: o texto, a interação/prática discursiva e a ação social/prática social" (MAGALHÃES, 2001).

Segundo Ramalho e Resende (2006), é com Norman Fairclough que a ACD ganha força e se consolida, entretanto, as autoras ressaltam que, embora seja seu expoente, a ACD não se restringe a ele. Dentre as contribuições que analisa, surgem a conscientização sobre os efeitos sociais de textos, assim como a percepção para mudanças sociais que superassem relações assimétricas de poder, parcialmente sustentadas pelo discurso (RAMALHO&RESENDE, 2006).

Segundo Pedrosa (2012a, p. 2), com base em Wodak (2003), "a ACD se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, (abuso de) poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem". Nesse sentido, as relações de poder e de discriminação presentes na violência de Gênero, identificadas por meio da linguagem, pelas narrativas pessoais das vítimas, objeto de estudo desta dissertação, atende ao critério de análise da ACD, podendo ser explicada, ou melhor, ter suas relações detalhadas e confrontadas, por meio desse postulado teórico.

Vimos que a ACD está dentro da grande área da LA e que a linguagem para esta não é algo fixo, antes, seu objeto é considerado híbrido e fluido, sendo assim, a ACD também considera que o uso da linguagem não pode ser visto como mecânico ou monolítico, assim como qualquer outro elemento inerente ao homem, é formado socialmente e, portanto, constituído/constituidora de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crenças (CUNHA; PEDROSA, 2011).

> Podemos assim dizer que a ACD visa estudar as relações de causalidade e determinação entre práticas discursivas, eventos e textos, e estruturas sociais e culturais, relações e processos mais amplos; e investigar como essas práticas, eventos e textos surgem de relações e lutas de poder, sendo formados ideologicamente por estas, o que faz com que essa relação entre discurso e sociedade seja ela própria um fator que assegura o poder e a hegemonia. A prática discursiva serve como mediadora entre o texto e a prática social. E cada evento discursivo é tridimensional: é um texto falado ou escrito, é uma instância de prática discursiva envolvendo a produção e a interpretação do texto, e é uma amostra da prática social (CUNHA; PEDROSA, 2011, p. 2).

Esse conceito de interdiscursividade é importante em análises em ACD, pois percebermos como se estabelece a luta dessa interdiscursividade dentro de determinadas hegemonias ou estados de luta hegemônica (MAGALHÃES, 2001). Somos capazes de igualmente reconhecer que essas relações e essa luta hegemônica limitam e restringem as

possibilidades provavelmente ilimitadas da criatividade na prática discursiva sugerida pelo conceito de interdiscursividade, como explica Fairclough:

> O controle sobre as práticas discursivas pode ser visto de modo utilitário em termos de luta hegemônica sobre as ordens de discurso, quanto porque a hegemonia e a luta hegemônica num sentido mais amplo podem envolver o discurso num grau substancial. (...) A hegemonia é um objetivo mais ou menos parcial e temporário, um "equilíbrio instável" que é um foco de luta, aberto à desarticulação e à rearticulação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 37).

A ACD também trabalha diretamente com as noções de crítica e ideologia. A ideologia está intrinsecamente ligada ao conceito de hegemonia, é um termo frequentemente utilizado na ACD para indicar o estabelecimento de relações desiguais de poder, "por isso, a ACD a indica, como um de seus objetivos, a desmitificação dos discursos por meio da decifração da ideologia" (PEDROSA, 2011, p. 3). Isso mostra que há um grupo que detém o poder e, portanto, legitimam sua ideologia sobre outro grupo, os "oprimidos" (FAIRCLOUGH, 2001).

A violência contra as mulheres resulta da ideologia que define a condição "feminina" como inferior à condição "masculina". Fairclough (2003, p. 13) sustenta que a ideologia pode ser definida como "representações de aspectos do mundo que podem ser mostradas para contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração". Nessa perspectiva, ela serve como uma ferramenta para a manutenção ou a queda de determinados grupos em suas relações de poder, isto é, a ideologia sustenta essas relações sociais e pode servir a favor, assim como contra, na luta hegemônica entre essas forças políticas e sociais.

Como representações, essas ideologias podem ser colocadas em ação e constituir as identidades dos agentes sociais[6]. A durabilidade e estabilidade das ideologias também podem ser mutáveis. Fairclough (2003) ressalta que o poder e a luta pelo poder em sociedades capitalistas dependem do consentimento e aquiescência em detrimento apenas da força.

O surgimento e a queda de uma ideologia também não são fáceis de mapear, principalmente se entendermos a ideologia como um conjunto de crenças, como menciona Thompson (2002). Nessa perspectiva, poderíamos afirmar que a ideologia patriarcal teria surgido no século XVIII e estaria em vigor até os dias atuais, sendo um sistema característico também da Idade Moderna e pós-moderna. Posicionamento sustentado em Thompson (2002,

[6] Entendemos agentes sociais os indivíduos cientes e conscientes que agem diretamente em sua vida e na sociedade.

p. 112) quando afirma que "o surgimento e a queda de ideologias são etapas de um drama histórico que se tem representado no cenário simbólico das sociedades modernas".

"A ideologia é um significado a serviço do poder" (THOMPSON, 2002, p. 16), logo, por trás da ideologia de que a mulher é um ser inferior ao homem está a tentativa de manter o domínio masculino sobre a mulher; e é essa mesma ideologia que (se não justifica) naturaliza a violência contra a mulher.

A violência não é o poder, assim como também não é a ideologia, ela é o instrumento utilizado. A violência não é o fim, mas o meio para manter a ideologia e, consequentemente, o poder. Como instrumento, sua força é temporária, por isso, não basta praticá-la uma única vez, precisa repetir-se, também não basta apenas a violência física, precisa ser um conjunto. O opressor precisa incutir o medo, por meio da violência psicológica, minar as forças da vítima, sugar sua determinação, por isso, o instrumento precisa ser utilizado e reutilizado, até deixar no oprimido uma marca que não possa ser apagada. Ao chegar nesse ponto, a vítima estará subjugada e a ideologia aceita, uma vez que a ideologia é absorvida, o poder é mantido.

A noção de crítica pode ser percebida como o efeito do distanciamento dos dados, considerados na perspectiva social e mediante uma atitude política e centrada na autocrítica (PEDROSA, 2011), isso mostra sua preocupação em identificar os problemas reais vivenciados pelas pessoas, igualmente preocupada em desenvolver recursos para resolver esses problemas.

Outro ponto forte na ACD é a busca por compreender como ocorre a mudança social. Mudança social inclui mudanças nos eventos, na rede de práticas e nas estruturas sociais (a longo prazo); logo, inclui mudança no caráter dos textos, nas ordens do discurso e, a longo prazo, nas linguagens (FAIRCLOUGH, 2006). Percebemos que não existe mudança social sem haver uma mudança no estado das coisas, "no caráter dos eventos sociais, nas práticas sociais, na rede de práticas sociais e nas estruturas sociais"[7], e ao mudar esses eventos e práticas mudamos também a linguagem e a ordem do discurso, o processo também é de mão dupla, mudando-se a linguagem e as ordens de discurso pode-se mudar os eventos e práticas discursivas. Como aponta Sztompka:

> Mudança social é a transformação da organização da sociedade e de seus padrões de pensamento e comportamento através do tempo;
> Mudança social é a modificação ou transformação da maneira como a sociedade é organizada;
> Mudança social diz respeito às variações das relações entre indivíduos, grupos, organizações, culturas e sociedades através do tempo;

[7] FAIRCLOUGH, Norman. Analysing Discourse Textual: Analisys For Social Research. Tradução do grupo ASCD. London: ROUTLEDGE, 2003.

> Mudanças sociais são as alterações dos padrões de comportamento, relações, instituições e estrutura social através do tempo. (SZTOMPKA, 2005, p. 30).

É por esse viés que a ACD constitui-se a disciplina chave nesta pesquisa, com teoria e metodologia capazes de percorrer categorias que vão do linguístico ao social.

3.2.1 Uma perspectiva: linguagem e poder

Os aspectos discursivos da mudança social estudados pela ACD mostram que o discurso é instrumento de dominação e de mudança e que essa mudança é considerada possível por meio da resistência à dominação (MAGALHÃES, 2001). Nessa direção, podemos dizer que o principal foco da ACD está na detecção das relações existentes entre linguagem e poder. Assim, procura realizar o desvelamento das formas de expressão e manipulação entre um e outro, imbuídos nos discursos.

A linguagem é um elemento importante na investigação das relações de poder, visto que é por meio dela que ocorrem as transformações ideológicas e a propagação das ideias no meio social. Por ela, enxergamos, nas relações de poder, quem o detém e quem está, de certa forma, submisso a ele.

> A linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado. Na medida em que as legitimações das relações de poder, [...] não são articuladas, [...] a linguagem é também ideológica (HABERMAS, 1977, p. 259).

A afirmação de Habermas mostra que falar em linguagem também é falar sobre relações de poder. No caso das narrativas do "eu" de vítimas da violência de gênero, por meio dos discursos que serão analisados, podemos ver a maneira que essa relação acontece, identificar, por exemplo, o indivíduo ou grupo social detentor de determinado poder na sociedade e como ele/eles está/ão abusando do poder para benefício próprio, em detrimento do bem-estar de outrem.

Assim, a ACD apresenta-se como um contra poder, uma resistência, uma denúncia ao abuso de poder por parte de uma classe dominante. Segundo van Leeuwen, a ACD "está, ou deveria estar, interessada nesses dois aspectos, *a saber*, no discurso como o instrumento de poder e controle, assim como no discurso como o instrumento de construção social da realidade" (LEEUWEN 1993, p.193, *grifo nosso*). Ver-se, nesse momento, a importância de entender o conceito de poder, para compreender como a linguagem pode também servir como chave de controle social.

Existem pelo menos duas visões sobre o “poder”: a macroestrutural, como em Bourdieu (1988). Na visão macro, temos variações importantes nos modelos de poder. Sob a perspectiva que adotamos na ACD, o poder recebe, segundo Bajoit, pelo menos quatro tipos diferentes de poder:

> Poder legislativo. Todos os cidadãos são iguais ante a lei e gozam n maior liberdade possível de expressão e de associação (podendo criar, em certas condições, partidos políticos); o sistema eleitoral descansa sobre um sufrágio cada vez mais universal; os representantes eleitos, reunidos em câmaras parlamentares, definem a constituição e as leis, respeitam o princípio da maioria na adoção de decisões, por outro lado, uma lei se impõe quando tem sido votada pela maioria de um parlamentar eleito.
> Poder judicial. Existe uma separação dos poderes e, por conseguinte, uma autonomia relativa da justiça frente o governo e o parlamento, uma decisão judicial se impõe quando se fundamenta na lei e na Constituição.
> Poder executivo. Os governos refletem os resultados das eleições; um governo pode impor suas decisões quando é a expressão de uma maioria parlamentar.
> Poder repressivo. Os aparelhos repressivos obedecem ao governo e fazem uso legítimo da força para fazer respeitar as decisões dos outros poderes. (BAJOIT, 2008, p. 68, tradução nossa).

Aos estudos aqui propostos, essas relações de poder que funcionam como um jogo de "poder", a partir das lutas cotidianas, são importantes. Entendemos o “poder” por essa perspectiva por não está preso às camadas mais elevadas da sociedade, embora elas influenciem em sua trama, mas em todas as instâncias, penetrando cada estrato da sociedade.

Portanto, seria mais adequação para esse objeto de estudo a de “relações de poder” construídas nas microesferas do cotidiano, embora as microesferas não estejam desligadas das macro relações. Tal acepção adequa-se ao conceito de violência de gênero, pois contempla as relações do sujeito nas camadas mais íntimas da sociedade, assim como “relações de poder” que extrapolam a esfera íntima e se transformam em um grave problema social.

Além de visualizar o poder como algo fluido, não preso somente à repressão, mas um jogo de dar e receber, Foucault explica a falácia que se cria em torno da repressão, para ele, a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Se resolvermos definir os efeitos do poder pela repressão, logo temos uma noção de poder estritamente ligada a lei, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder. Nessa perspectiva, o fundamental para ter o poder seria a força da proibição. Foucault mostra que o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é o fato dele não ser simplesmente uma força que diz não, “mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva

que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir" (FOUCAULT, 1989, p.8).

Não negamos assim que haja uma repressão, uma tentativa de submeter o outro, pelo contrário, mas entendemos que essas relações não são estáveis. Também compreendemos que, no que diz respeito à violência praticada contra a mulher, essa relação de poder não é linear, mas cíclica, isto é, o ciclo da violência envolve três fases – exploradas adiante – que se repetem no relacionamento entre autor da violência e a pessoa vítima. Isso significa que a repressão é seguida da produção de prazer[8].

A primeira fase anteveem a explosão violenta e a profunda tristeza e tentativa de reconciliação, uma fase de tensão (CARROL& ANDRADE, 2010). Entender como funciona o ciclo de violência é também entender como se dá essa relação de poder, ou seja, essa realidade micro estrutural. Como a repressão se estabelece na fase de explosão violenta e volta ao estado de prazer na fase de reconciliação, seria interessante averiguar como essa relação densa de poder entra em estado de conflito na fase de tensão.

As micro relações apresentadas por Foucault também se relacionam com as macro relações trabalhadas por Bourdieu e Bajoit, mesmo que haja uma "rede produtiva que atravessa todo o corpo social" que opera por meios diferentes da repressão, Foucault não nega que haja uma força repressora que tente e colabore na função de reprimir um grupo para deleite de outro. Nessa direção, surgem tipos diferentes de coerção: domínio, poder, autoridade, influência e hegemonia (BAJOIT, 2008). Com base em Bajoit, Pedrosa (2012) renomeia em, poder-domínio, poder-Estado, poder-autoridade, poder-influência e poder-hegemonia, explicitados a seguir.

> O poder-domínio refere-se ao modo de produção, o qual envolve a administração da produção e a utilização social das riquezas de uma coletividade. Como nem sempre as riquezas são suficientes, geram-se conflitos entre a classe de gestores que desejam controlar a produção em benéfico próprio e a de produtores. Os atores sociais são gestores e produtores.
> O poder-Estado refere-se ao tipo de regime político. A administração de uma ordem interna envolve: legislar (poder legislativo – decidir sobre o permitido e o proibido); julgar (poder judicial – avaliar as condutas conforme as leis); reprimir (poder repressivo – aplicar a decisão do poder judicial) e governar (poder executivo – intervir na ordem instituída). Os atores políticos envolvidos são as elites estatais e os cidadãos. [*Nesse tipo de poder já incluem-se os quatro já expostos acima*]
> O poder-autoridade refere-se ao modelo de integração social. Esse modelo dá conta da socialização dos membros da coletividade de acordo com as regras adotadas para o corpo social, tais como: prescrever e incutir as regras, garantir a autoridade da

[8] Exemplo na N6 do corpus da pesquisa: "Era um ciclo, ele bebia, me batia por motivos torpes; em seguida, pedia perdão e jurava que nunca me bateria; passava então a ser carinhoso, dedicado, romântico até a próxima agressão".

> hierarquia, avaliar as condutas dos dirigidos e castigar o desvio social. Os atores sociais são as hierarquias e os dirigidos.
> O poder-influência refere-se ao tipo de contrato social, relação social em que se estabelecem, se negociam e se garantem os compromissos, bem como a existência entre os diferentes grupos. Os atores sociais envolvidos são os grupos instalados e os grupos minoritários.
> O poder-hegemonia refere-se ao modelo de ordem social, o qual diz respeito ao modo de administrar as relações entre as coletividades nos âmbitos regional e mundial. Os atores envolvidos são as coletividades hegemônicas e as coletividades dependentes. É uma relação de coerção em que a coletividade mais forte impõe (por diplomacia ou guerra) seus interesses políticos e econômicos a outras coletividades mais fracas. (PEDROSA, 2012, p. 13, *grifo nosso*)

Embora todos estejam presentes no dia-a-dia das vítimas, os três últimos servem como âncora para esta pesquisa, pois ajudam a entender a força que o regime patriarcal exerce sobre as vítimas da violência de gênero, assim como nos demais membros da sociedade. Isto é, existe um grupo hegemônico, influente que predomina e retém o poder, chamado aqui de regime patriarcal. Em contra partida, existem as minorias, como as vítimas de violência, as "vozes do sul" (MOITA LOPES, 2006), que são coagidos, influenciados por esses grupos historicamente estabelecidos, instaurados por um contrato social ocluso.

Esse contrato requer um preço muito alto e é difícil de ser quebrado. Ele é disposto no momento em que o bebê é identificado como do gênero feminino ou masculino e se estende até o momento da morte. Se negligenciado, o preço precisa ser pago. Percebemos no momento da análise das narrativas que o preço pode variar, encontramos desde a exclusão, a vítima passa a ser vista como párea, indesejada; a "vitimização", a vítima não consegue fugir à autocomiseração.

Para estudar essas relações de poder que regem esse acordo social, precisaríamos de uma abordagem que tratasse das propriedades sociais da linguagem. Dentre as correntes que constituem a ACD, temos a Análise Sociológica Comunicacional do Discurso (ASCD) que também trabalha com as relações de poder, considerando-as em suas pesquisas e voltando-se para a mudança social. Considerando que a ACD apresenta várias vertentes que também trabalham com as relações de poder, elegemos a Abordagem Sociológica Comunicacional do Discurso, pelo seu estudo da classificação dos sujeitos e suas identidades fragmentadas no contexto da modernidade Líquida, servindo como ponte entre a ACD e a Sociologia para Mudança Social (SMS), sobre a qual discorreremos mais adiante.

3.3 ASCD: proposta de análise crítica

A ACD fomenta um diálogo com outras teorias e articula perspectivas diferentes em relação ao estudo do discurso. Embora tenha essa característica, não faz isso como um aperfeiçoamento das abordagens com as quais dialoga, antes, apresenta-se como um campo de estudo aberto que proporciona uma forma diferente de teorização, análise e aplicação.

Dentre as correntes internacionais temos: corrente microssociológica, Scollon; corrente sociocognitiva, Van Dijk; abordagem histórico-discursiva, Ruth Wodak; corrente social da linguagem, Theo van Leeuven; corrente social da linguagem, Siegfried Jäger; corrente dialético-relacional, Norman Fairclough.

A corrente microssociológica pesquisa o discurso mediado (AMD), o discurso multimodal, a sociolinguístca da leitura e da escrita, e as relações entre as tecnologias da comunicação e a análise sociolinguística. A corrente sociocognitiva tem como foco a tríade: discurso, cognição e sociedade. A abordagem histórico-discursiva, por sua vez, entende que uma teoria do discurso crítica necessita de um contexto histórico, assim, procura aplicar ferramentas conceituais aos problemas sociais específicos. Já a corrente social da linguagem distingue dois tipos de relações entre o discurso e as práticas sociais: o discurso como instrumento de poder e de controle, e o discurso como instrumento de construção social da realidade. A corrente social da linguagem pesquisa as seguintes áreas: atos de fala sociolinguísticos; teoria e análise do discurso. Por fim, a corrente dialético-relacional de Norman Fairclough que define a relação entre linguagem e sociedade de acordo com o conceito de ordem do discurso de Foucault e com a teoria linguística multifuncional de Halliday, assim, toma uma visão dialética do discurso.

No Brasil, já faz algumas décadas que se trabalha com a ACD. Grandes centros universitários se filiam a essa teoria e metodologia, como os programas de pós-graduação em universidades federais, são exemplos a Universidade Federal de Brasília, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para citar algumas. Existem várias abordagens com as quais os pesquisadores nacionais desenvolvem suas pesquisas, como as abordagens de Wodak, Leeuven e Van Dijk. Podemos dizer que aqui no Brasil existe uma grande influência de Fairclough, ou seja, os trabalhos que o citam ou o usam como base corresponde a mais da metade das pesquisas dos analistas críticos do discurso. Segundo mapeamento feito por Pedrosa (projeto desenvolvido em 2012), nas mostras de revistas indicadas para o levantamento havia 34 trabalhos que atendiam ao proposto, e neles, forte influência de

Fairclough. Dos 34 identificados, 31 lhe fazem referência, seja sozinho ou na obra em co-autoria com Chouliaraki, e 11 trabalhos apresentam de 3 a 9 referências suas. Esses dados mostram um forte indício da influência desse autor entre os pesquisadores brasileiros.

Quando do desenvolvimento desta pesquisa, Pedrosa considerou a necessidade da criação de uma corrente genuinamente nacional. Assim, cria a Abordagem Sociologia e Comunicacional do Discurso (ASCD) (PEDROSA, 2012b).

3.3.1 As Origens e os postulados

Em 2011, ante as demandas de uma análise crítico-discursiva de natureza interdisciplinar que pudesse contribuir mais para o tratamento das questões dos Sujeitos, identidades, mudanças socais, relações de poder, a ASCD é proposta pela Professora Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa (PPgEL/UFRN), dentro da linha de pesquisa em ACD do Grupo de Pesquisa em Estudos do Texto e do Discurso – GETED. Em sua pesquisa, contou com as contribuições de seus orientandos de Iniciação Científica (Danielle Brito da Cunha); Mestrado (Letícia Gambetta Abella, Paulo Sérgio S. Santos, João Paulo Cunha, Rodrigo Slama); Doutorado (Taysa Mércia dos S. S. Damasceno, João Batista da C. Junior, Guianezza Meira, Silvio Luis da Silva) (DAMASCENO, 2013).

Assim, aqui na UFRN, estamos dando forma a ASCD. A criadora apresenta seus principais pilares, com a descrição a seguir:

> A ASCD está fundamentada, principalmente, em áreas da Linguística (como exemplos: Linguística Sistêmico-Funcional, Linguística Textual) como compete a todas as pesquisas em ACD, para atender a demanda da materialidade linguística; recorre à Gramática Visual, para cobrir a multimodalidade do texto. Além disso, nasce conexa à Sociologia para Mudança Social (BAIJOT, 2008), traz para o seu quadro teórico a Comunicação para a Mudança Social (GUMUCIO-DAGRON, 2001, 2004; NAVARRO-DÍAZ, 2010) e os Estudos Culturais (MARTTELART, 2005; HALL, 2005). Tudo isso para analisar as mudanças sociais e culturais promovidas e vivenciadas pelo sujeito. (PEDROSA, 2012, p. 13)

Sua natureza transdisciplinar possibilita percorrer diferentes métodos e áreas, como pudemos verificar na definição de Pedrosa (2012). Esta Abordagem é, ainda, muito nova e, portanto, com pouca visibilidade nacional ou internacional. Contudo, ela se mostra promissora e tem vários trabalhos sendo realizados a partir de suas propostas, dentre eles, artigos de Pedrosa: "Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): contribuição aos estudos das identidades e dos sujeitos" (2012), "Abordagem sociológica e

comunicacional do discurso (ASCD): caminhos de análises no campo da Análise Crítica do Discurso" (2012) e "Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social" (2012), dentre outros. Teses e dissertações que a utilizam como base teórica, tais como as dissertações de: Letícia Gambetta Abella, "O Discurso dos Tuiteiros: Uma Análise Crítica da Construção Identitária Coletiva e do Empoderamento Cidadão" (2012); João Paulo Lima Cunha, "Identidades Coletivas de Estudiosos da Linguagem no Currículo Lattes: Docência, Pertença Social e Capital Cultural-Acadêmico", (2014); Rodrigo Slama Ribas, "Os Rostos da Pobreza Brasileira: Análise crítica dos discursos do Governo Federal, da Veja e da CUFA", (2014); e a tese de Taysa Mércia dos S. S. Damasceno, "Sujeitos e Atores Sociais nas Representações Discursivas de Docentes da Rede Estadual de Ensino em Sergipe: Uma análise crítica em tempos de IDEB" (2013). E a criação do site: www.ascd.com.br.

Tivemos a participação de professores de algumas universidades brasileiras nas bancas de defesa e qualificação dessas pesquisas tais como: Prof. Dr. José Roberto Alves Barbosa (UERN); Profa. Dr. Marília Varella Bezerra de Faria (UFRN); Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva (UnB); Prof. Dr. Alejandro Barranquero (Universidade de Madrid); Prof. Dr. Adiano Cruz (UFRN); Prof.ª Dr.ª Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UFRN); Profª Drª. Sulemi Fabiano Campos (UFRN); Profª. Drª. Gisele de carvalho (UFRJ); Profª. Drª. Anna Elizabeth Balocco (UFRJ), Profª. Drª. Francisca Maria de Souza Ramos Lopes (UFRN).

Atualmente, a proposta está contribuindo significativamente no estudo das identidades da comunidade surda. Cujos aportes teóricos inclui a ASCD, a saber, os projetos de pesquisa: SUJEITOS E IDENTIDADES SURDAS: DE ONDE VIEMOS E PARA ONDE VAMOS (PVC10563-2014); PESQUISADORES DA GRANDE ÁREA DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E DO SUJEITO NO TEXTO INTRODUTÓRIO DO CURRICULO LATTES (PVC11456-2014); e o projeto integrado: ACESSIBILIDADE, COMPROMISSO SOCIAL DA\NA UFRN: SUPORTE TÉCNICO, METODOLÓGICO E PSICOSSOCIAL PARA O CURSO DE LETRAS LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA COMO 2ª LÍNGUA

Um dos suportes teóricos utilizados pela ASCD é a construção identitária e a lógica dos sujeitos presentes na obra do sociólogo Guy Bajoit (2008). Além dessa questão, a ASCD se predispõe a estudos variados que visam mudanças sociais. Como mostra o quadro abaixo, podemos encontrar diversas "pontes" dentro da ASCD com outras áreas. Como linhas

investigativas que corroboram para essa pesquisa, temos: a Sociologia da Mudança Social, os Estudos Culturais e a Linguística Sistêmico-Funcional, ou melhor, a Gramática Sistêmico-Funcional. Vale ressaltar que o quadro não está fechado, são apenas sugestões que se adequam ao objeto estudado.

Quadro 1: Conexões ASCD

CONEXÕES ASCD	
LINHA TEÓRICA	PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO
SOCIOLOGIA DA MUDANÇA SOCIAL	• Identificar os tipos de mudanças sociais e culturais que o objeto de investigação sofreu historicamente. • Estabelecer diferenças entre as forças de coerção dos poderes. • Investir em estudos identitários, articulando as identidades sociais e individuais. • Estudar Sujeitos e atores sociais.
COMUNICAÇÃO PARA MUDANÇA SOCIAL	• Incluir objetos de investigação que contemplem as mudanças sociais e culturais, frutos de posicionamentos de atores sociais que se constituem como cidadãos ativos, buscando ser ouvidos em sua comunidade.
ESTUDOS CULTURAIS	• A depender do objeto de investigação, incluir conceitos advindos dos estudos culturais, como, entre outros: identidade e sua tradução; capitalismo cognitivo; identidade e Sujeito fragmentado, identidades e globalização, cultura nacional como discurso; historicidade dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis, intersubjetividades.
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	• Trabalhar os aspectos linguísticos de um texto, a partir das orientações da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), da Linguística de Texto, entre outras, para evidenciar a materialização do discurso a partir da língua.
GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL	• Diante dos diversos recursos semióticos que caracterizam a maioria dos textos na atualidade, também busca fundamentar suas leituras textuais respaldadas nas ‘gramáticas’ que dão conta da multimodalidade.

Fonte: DAMASCENO, 2013, p. 85, com base em Pedrosa (2012a).

Podemos dizer que ASCD ainda assume algumas premissas da ACD, Pedrosa (2012b) as coloca como:

- Metodologia descritiva/interpretativa assumida pela ACD (MAGALHÃES, 2001);
- Metodologia E Teoria Crítica do Discurso (MAGALHÃES, 2004);
- Análise de discurso textualmente orientada – ADTO (FAIRCLOUGH, 2001);
- Discurso como um momento da prática social (FAIRCLOUGH, 2006).

Nessa direção, a ASCD toma posição dentro da LA e da ACD como uma corrente que traz novas contribuições, tais como a lógica dos sujeitos e as Esferas Identitárias.

3.3.2 ASCD: contribuições na Linguística Aplicada e na ACD

A ASCD, em sua essência, procura as estradas para a mudança social, não faz pesquisa apenas por interesses acadêmicos e reconhecimentos dos pares, embora isso seja uma faceta importante da academia. A ASCD busca, antes de tudo, contribuir socialmente, o que, consequentemente, também traz aportes para a área em que está inserida.

Como abordagem inserida na ACD e também associada a LA, a ASCD cumpre com um dos requisitos chave da LA, teorizações que dialogam com o mundo contemporâneo, que também dialogam com as práticas sociais que as pessoas vivem, e seus desenhos de pesquisa, considerando diretamente os interesses da sociedade, aqueles que trabalham, agem, participam direta ou indiretamente com a pesquisa (MOITA LOPES, 2006).

Essa característica latente na ASCD a coloca como peça importante para compreensão e teorização de determinados temas. A ASCD visa propiciar uma análise mais detalhada ante as contribuições dos Estudos Culturais, da Sociologia e da Sociologia Aplicada para Mudança Social, trazendo novas perspectivas de sujeito e Identidade. Embora muitos da Análise do Discurso tragam a questão do sujeito, como a exposta por Possenti (2009, p.73):

> Não acredito em sujeitos livres nem em sujeitos assujeitado. Sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer em uma situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semissistemas em processo. Nada é estanque, nem totalmente estruturado.

Devemos reconhecer que essa ainda é uma questão "aberta". Por isso, a ASCD traz suporte, baseada em estudos integrados à Sociologia para Mudança Social e análise de diversos *corpora*,

> A ASCD, a partir desses diálogos e debates acerca do Sujeito, busca na Sociologia para Mudança Social um caminho de análise e de orientação para um estudo do Sujeito na contemporaneidade, o que nos permite problematizar a questão do descentramento das suas práticas sociais na modernidade tardia. (DAMACENO, 2013, p. 88)

Entre as várias contribuições da ASCD (baseadas na Sociologia para Mudança Social; na Sociologia Aplicada à Mudança social; na Comunicação para Mudança Social e nos Estudos Culturais), foram os estudos das identidades e dos sujeitos que a colocaram como uma corrente que se diferencia das outras. São essas informações sobre as Esferas Identitárias e a Lógica dos sujeitos retiradas da SMS que dão apoio teórico e guia metodológico para a nossa análise das narrativas do "eu" de mulheres vítimas de violência de gênero.

Cabe aqui lembrar que a noção de identidade, principalmente no meio acadêmico, é muito divergente, cada linha teórica carrega uma descrição, ou tentativas de assimilação da identidade. Traremos a perspectiva dos Estudos Culturais que servirão como base em nossas análises, assim como a nomenclatura advinda da Sociologia baijotiana. Essas contribuições teóricas, juntamente com as contribuições da Sociologia, farão parte do próximo tópico.

3.4 Identidade Fluida: a fragmentação do sujeito

O termo identidade é, sem dúvida, um dos mais utilizados nas ciências sociais e um dos com maior gama de variedade em significações. Trabalhar esse conceito é uma tarefa complexa, principalmente se entendemos que nossa sociedade vive, o que os pesquisadores nos Estudos Culturais chamam de "crise identitária", essa, por sua vez, como não deixaria de ser, está inserida no que a sociologia identifica como modelo cultural identitário (BAJOIT, 2012).

A assim chamada "crise de identidade" faz parte de um processo mais amplo de mudança, processo esse que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abala os quadros de referência, as zonas de conforto que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2005).

Exatamente por essa razão, abrimos uma seção particular para ela. Buscando compreender esse complexo conceito. Não podemos mais utilizar a premissa sólida, de um sujeito único com uma identidade homogênea, estável, imutável. Como nos assegura Hall, o sujeito, previamente vivido com identidade unificada e estável, agora está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes essas identidades são contraditórias ou não-resolvidas, mesmo o processo de identificação, pelo qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se: mais provisório, variável e problemático (HALL, 2005).

Podemos assim trabalhar não com uma única identidade, mas com esferas identitárias (Bajoit, 2008), com estratos que se comunicam, relacionam-se e, por vezes, entram em conflito. Nessa mesma direção, existe uma locomoção, uma transição, não uma degradação, pois a identidade se desfaz para se refazer, não deixa de existir, mas se recompõe como um mosaico de formas e cores diferentes. Segundo a sociologia,

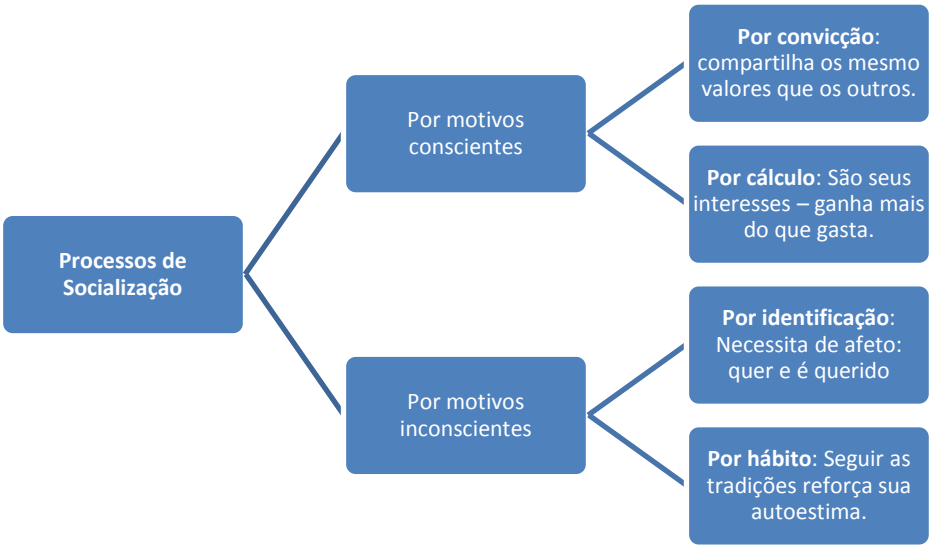
> (...) os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham (HALL, 2005, p. 31).

Nesse sentido, temos não somente identidades individuais, temos também identidades coletivas que operam em uma relação de mão dupla. Examinar o discurso a partir dessa perspectiva é também considerar os efeitos sociais nas práticas discursivas em ação, isso está estreitamente ligado a como construímos nossas identidades sociais e como essas são constituídas pelos outros (MOITA LOPES, 2002).

Assim, a identidade social refere-se a características que são atribuídas a um indivíduo pelos outros. Elas podem ser vistas como marcadores que indicam quem, em um sentido básico, essa pessoa é. Ao mesmo tempo, esses marcadores posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos que compartilham os mesmos atributos. As identidades sociais, portanto, envolvem uma dimensão coletiva. Elas marcam as formas pelas quais os indivíduos são "o mesmo" que os outros. Um jogo de pertencimento e não-pertencimento.

Um dos processos mais eficazes da socialização consiste na identificação do indivíduo com outra pessoa, com a qual ele é suscetível de estabelecer uma relação de empatia: a identificação com o pai, a mãe, um amigo, um professor, um chefe carismático, um líder, um ídolo, dentre outros, conforme a figura elaborada por Bajoit (2008, p. 139) e reproduzida abaixo (Fig.2). Essa necessidade de reconhecimento, de pertença a um grupo, é essencial para entender os desafios da mudança social.

Figura 2: Processos de socialização



Fonte: BAJOIT, 2008.

A auto-identidade, ou identidade individual, em contrapartida, separa-nos como indivíduos distintos. Ela se refere ao processo de autodesenvolvimento por meio do qual formulamos um sentido único de nós mesmos e de nossa relação com o mundo à nossa volta. O processo de interação entre o eu e a sociedade ajuda a ligar os mundos pessoal e público de um indivíduo. Essa posição é confirmada por Medeiros (2009, p.113) quando afirma que "a constituição de identidades individuais passa necessariamente pela adoção de pontos de vista dos outros, dos grupos sociais de pertencimento ou dos grupos sobre os quais projetamos nossas aspirações", uma constante troca do "eu" com o "outro". "O "eu" é fundamentalmente uma estrutura cultural e social que se forma progressivamente, frutos das interações cotidianas, e o outro vem a ser um espelho no qual cada um se olha para reconhecer-se a si mesmo" (MEDEIROS, 2009, p.113).

Baumam (2005), por sua vez, sugere que o "pertencimento" e a "identidade" não são sólidos, não há uma garantia eterna, pois são negociáveis e até mesmo renegociáveis e que isso dependerá das decisões tomadas pelo indivíduo e suas ações. O autor é enfático quando diz que para ter uma "identidade", o "pertencimento" precisa deixar de ser o destino, precisa se tornar uma condição com alternativas.

Nesse percurso de des(re)contrução, entendido aqui como líquido, a formação da identidade passa por um processo "evolutivo", ao qual chamamos, com base em Bajoit (2008), de "gestão relacional de si". Logo, já não há uma identidade sólida ou única, mas a existência de esferas maiores, esferas identitárias tripartidas, sendo elas, para o sociólogo referendado acima: Esfera de Identidade Atribuída; de Identidade Comprometida e de

Identidade Desejada. Não nos ateremos às nomenclaturas, pois elas serão mais detalhadas na próxima seção, mas nos ocuparemos de compreender a dimensão identitária, a fim de entender os movimentos sociais pelos quais passa a vítima de violência de gênero.

Em alguns depoimentos, vemos mulheres que sofreram a violência e se puseram como defensoras da causa, a não violência, estabelecendo a alteridade.

> Para realizar seus compromissos cada um necessita dos outros, deve encontrar em relações sociais com eles, participar em intercâmbios e em vínculos sociais. Cada um, pois, entra em lógicas de ação com os outros para realizar sua identidade pessoal com ou contra eles, a favor ou apesar deles (BAJOIT, 2008, p. 212).

Existe uma forte importância do "outro", das relações de intercâmbio e vínculos sociais. Como processos de socialização, temos, com base em Bajoit (2006, p. 144 - 150):

> 1) Cálculo. O seu próprio interesse é o que importa: ganha mais do que lhe custa.
> 2) Habituação. As tradições são o mais importante uma vez que reforça sua autoestima.
> 3) Identificação. A empatia, ou mesmo a simpatia, é essencial, precisa de afetos: querer e ser querido.
> 4) Convicção. A ideologia é o mais importante, os valores que ele compartilha com os demais.

Essa socialização nos aponta as seguintes identidades coletivas: Identidade orgulhosa; Identidade invejosa; Identidade vergonhosa; Identidade depreciante. Essas identidades são impulsionadas pelas características descritas abaixo:

> I - o orgulho de pertencer a um grupo com o qual compartilha traços comuns valorizados;
> II - a inveja/vontade de pertencer a um grupo valorizado, mas do qual não possui os traços;
> III - A vergonha de ter as características de um grupo desvalorizado;
> IV - O menosprezo por um grupo desvalorizado, mas do qual não possui os traços.
> Estes conceitos são considerados a "matriz" das identidades coletivas, que nos permite formular hipóteses de trabalho (BAJOIT, 2008: 141).

A complexidade, no que diz respeito à afirmação identitária, advém de sua dimensão ambivalente e, até certo ponto, contraditória: definir sua própria identidade significa ser concomitantemente como os outros e diferente deles. Por um lado, ser "eu" mesmo pressupõe ser diferente dos outros. Esse eu pessoal invoca aspirações, emoções, qualidades e defeitos, assim como filosofias de vida, papéis, *status* e sentimentos de coerência interior. Por outro lado, o "eu" social implica comportamentos em coletividades, ou seja, receptividade aos

outros, altruísmo, solidariedade e pertencimento múltiplo a categorias ou grupos sociais (MEDEIROS, 2009).

Entender a Identidade como líquida é operar sobre a premissa de uma modernidade também líquida. O termo Modernidade Líquida foi acunhado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman pela primeira vez em 1999. Ele entende que a modernidade se encontra em um estado de fluidez "que não fixa espaço nem prende o tempo", esse estado é "leve", "mutável". Na modernidade líquida, tudo é volátil, perde-se a rigidez, a “solidez” e as relações humanas não são mais tangíveis, a vida em conjunto, familiar, de casais, de grupos de amigos, de afinidades políticas, e assim por diante, perde consistência e estabilidade.

As relações macro e micro são totalmente derretidas e instáveis. Segundo o sociólogo, o momento da modernidade fluida, as ligações são frágeis, existem elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os chamados padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida, essas políticas são conduzidas individualmente, de um lado, e de outro temos as ações políticas de coletividades (BAUMAN, 2000).

A ideia de identidade social e de uma auto-identidade são, portanto, “lados da mesma moeda”, fundidos de tal forma que um influencia o outro e, às vezes se confundem, entrelaçados, gerando consequências para os dois lados. Ao mesmo tempo em que uma tenta subjugar a outra, uma constante luta entre esse “eu” livre e individual e o “outro-eu” preso às normatizações do social. Como diz Bauman:

> O que está acontecendo hoje é, por assim dizer, uma redistribuição e realocação dos "poderes de derretimento" da modernidade. Primeiro, eles afetaram as instituições existentes, as molduras que circunscreviam o domínio das ações-escolhas possíveis, como os estamentos hereditários com sua alocação por atribuição, sem chance de apelação. Configurações, constelações, padrões de dependência e interação, tudo isso foi posto a derreter no caminho, para ser depois novamente moldado e refeito; essa foi a fase de "quebrar a forma" na história da modernidade inerentemente transgressiva, rompedora de fronteiras e capaz de tudo desmoronar (BAUMAN, 2000, p. 7).

Isso nos mostra uma sociedade cujos padrões são quebrados e novos modelos surgem a cada momento, esse conceito de modernidade nos interessa porque é nele que surge a identidade líquida capaz de se derreter no caminho para, como nos diz Bauman, “ser moldada e refeita”.

Essa identidade fluida que “flutua no ar” como fruto da constante troca entre o *macro* e o *micro* sistema é rarefeita, algumas vezes surge de nossas próprias escolhas, mas em outras

é inflada e lançada pelas pessoas que nos rodeiam, por isso a importância de ficar alerta para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005).

Se ela se “quebra” para ser refeita, se é rompedora de fronteiras, existe ainda uma luta dos indivíduos para encontrar um “lugar seu”. Nessa Modernidade Líquida, como assinala Bauman, os indivíduos passaram a ser confrontados por padrões e figurações que, ainda que "novas e aperfeiçoadas”, eram tão duras e indomáveis como sempre.

A realidade é que nenhum molde foi quebrado, o que realmente existe é uma substituição; as pessoas foram libertadas de suas velhas prisões, entretanto, voltam a ser aprisionadas, admoestadas e censuradas, caso não conseguirem se realocar. Existe uma tarefa que serve como pré-requisito para os indivíduos livres, usar sua nova liberdade para encontrar o nicho apropriado e ali se acomodar e adaptar: seguindo fielmente as regras e modos de conduta identificados como corretos e apropriados para aquele lugar (BAUMAN, 2000).

O que chamamos, com base em Bauman, de Modernidade Líquida pela exacerbação e mudanças constantes, outros autores chamam de *Modernidade Reflexiva* (GIDDENS, 1995) ou ainda de *Modernidade Recente* (como prefere MOITA LOPES, 2013). A denominação dada por Moita Lopes abrange o período da historia contemporânea, ou seja, as últimas décadas do século XX e os tempos atuais.

Assim como Bauman (2000), Moita Lopes (2013) também argumenta sobre as mudanças sócio históricas e as fluidez dos novos tempos, nos quais

> há uma série de mudanças avassaladoras de natureza econômica, política, tecnológica, cultural e social, em um mundo de complexidade, inseguranças, ambiguidades, instabilidades e, em última análise, de vertigens contínuas sobre crenças, modos de vida legítimos, conhecimentos válidos etc. (MOITA LOPES, 2013, P. 18)

Moita Lopes argumenta ainda que as pessoas, assim como a linguagem, movem-se cada vez mais em sociedades hipersemiotizadas, isto é, um mundo no qual nada se faz sem discurso (MOITA LOPES, 2013). A fluidez é, portanto, capaz de se solidificar para novamente ser derretida. É uma sociedade de transformações, capaz de se reinventar, volátil, por ser líquida é capaz de adentrar em qualquer espaço e se adaptar a esse, inclusive voltar a regimes fechados.

A seguir, faremos um levantamento sobre a lógica dos sujeitos e das Esferas Identitárias e suas respectivas definições.

3.5 A lógica dos Sujeitos nas Esferas Identitárias

Como vimos, entender a construção da identidade em uma modernidade líquida, na qual, o tempo, o espaço e a própria identidade encontra-se fragmentada, fluida, "transbordando", "escoando" pelas cavidades sociais, não é uma tarefa fácil. Provavelmente, identificar os sujeitos presentes nas narrativas das vítimas poderá, por vezes, parecer demasiado complexo, entretanto, é intrigante refletirmos sobre como os sujeitos se estabelecem como atores individuais e coletivos (LEEUWEN, 1997) capazes de gerenciar suas tensões sociais (PEDROSA, 2012b).

Ora, se entendemos que "a identidade pessoal é resultado, sempre provisório e evolutivo, de um trabalho sobre si mesmo, que chamamos de 'trabalho do sujeito', ou 'gestão relacional de si' ou também 'trabalho identitário'" (BAJOIT, 2008, p. 158, grifo do autor), podemos inferir que o processo identitário pessoal não se adequa a uma formulação "fechada" em si mesma, ela envolve: realização pessoal, reconhecimento pessoal e consonância existencial (PEDROSA, 2012, com base em BAJOIT, 2008). Nesse processo "evolutivo", podemos conceber a existência das esferas identitárias, e não de uma identidade sólida e estável nas quais o individuo se move. Sob essa perspectiva, existe uma macro classificação tripartida das identidades: esfera de identidade atribuída; de identidade comprometida e de identidade desejada.

A primeira esfera é fruto da leitura que o individuo faz do que os outros esperam dele em sua socialização; a segunda é a imagem que o indivíduo ambiciona, para essa imagem o indivíduo se volta constantemente por meio de sua subjetividade, se comprometendo mais ou menos de forma consciente e voluntária; e a terceira é o que o individuo deseja para si, independente do que os outros esperam dele ter.

Cada esfera, por sua vez, é capaz de gerar tensões e sujeitos diferenciados. Cada um desses sujeitos são gerados pela forma como faz a gestão relacional de si na tensão provocada socialmente. Nenhum dos sujeitos aqui caracterizados deve ser entendido como a totalidade do indivíduo, referente ao sujeito empírico no mundo. Um só indivíduo pode, em determinado texto\discurso, apresentar mais de uma classificação do sujeito a depender do foco narrativo.

Para a esfera de identidade atribuída, podemos indicar, pelo menos, três tipos de sujeitos: rebelde, conformista e adaptador. O sujeito rebelde, como se infere por seu próprio nome, não se deixa enquadrar nas normas estabelecidas por outros, prefere mesmo não se manter na expectativa desses "outros" e se lança na "luta" por aquilo que considera legítimo, sem se intimidar com a possibilidade de uma desaprovação social. O sujeito conformista, por

sua vez, seria supostamente o lado oposto do rebelde, pois esse prefere os valores tradicionais e seguros (valores religiosos, étnicos, nacionais, familiares, dentre outros), sendo incapaz de se desligar do reconhecimento social. O sujeito adaptador satisfaz-se com o que seria um "equilíbrio" entre os dois anteriores, ou seja, acredita que é melhor se situar no "mediano", atendendo as expectativas das instituições, dos pais, sem, contudo, deixar de "viver" o que ele deseja para si mesmo (PEDROSA, 2012b).

Para a esfera identitária comprometida, temos outros três tipos de sujeito: consequente, inovador e pragmático. O sujeito consequente assume um compromisso com suas escolhas, assim, arca com os resultados positivos ou negativos (mesmo extremos) daquilo que optou. O sujeito inovador seria mais flexível, como seu próprio nome admite, está disposto a inovar, e até mesmo renovar seus projetos, mesmo que para isto seja necessário retornar ao ponto zero. O sujeito pragmático está relacionado ao amoldamento, o que não significa que não seja fiel as suas primeiras decisões; entretanto, ele orienta-se pelas circunstâncias, pelas oportunidades ou mesmo obstáculos, isso o leva, no final, a adquirir uma "dupla jornada", pois tenta equilibrar sua "fidelidade" as decisões anteriores àquilo que o motiva, as suas vocações, cultivadas nas horas vagas, a tentativa de "viver" suas habilidades (PEDROSA, 2012a).

Por fim, temos a esfera de identidade desejada que produz, em tese, outros três tipos de sujeitos: altruísta, autêntico, estrategistas. O sujeito altruísta em seu nome carrega sua característica, ou seja, ele opta por negar a si mesmo e decide viver uma vida de serviço em prol do outro. Seu oposto é o sujeito autêntico, que escolhe ficar em primeiro lugar e dar esse lugar para seus projetos e seus ideais, a realização pessoal. O último é o sujeito estrategista, que tenta conciliar os extremos anteriores (PEDROSA, 2012c).

Por questões didáticas, apresentamos um quadro desses sujeitos e suas respectivas esferas identitárias:

Quadro 2: Os sujeitos e as esferas identitárias

ESFERA IDENTITÁRIA ATRIBUÍDA (EIA)	ESFERA IDENTITÁRIA COMPROMETIDA (EIC)	ESFERA IDENTITÁRIA DESEJADA (EID)
Sujeito conformista	Sujeito consequente	Sujeito altruísta
Sujeito adaptador	Sujeito pragmático	Sujeito estrategista
Sujeito rebelde	Sujeito inovador	Sujeito autêntico

Fonte: o sujeito e o trabalho gestacional de si (com base em BAJOIT, 2008, p.190).

Quando o indivíduo não consegue conciliar as esferas acima, surgem outros três sujeitos distintos. O individuo que não atinge o reconhecimento social, passa a ser um sujeito renegado; quando não consegue alcançar a realização pessoal, chamamos de sujeito dividido; e se não atinge a consonância existencial, temos um sujeito anômico. Nas palavras de Pedrosa (2012, p. 204), "Esta tensão existencial (a dilaceração) é resultante do fracasso em alcançar um ou mais de um desses objetivos (o desejo de sermos nós mesmo (realização pessoal) ou de sermos aceitos (reconhecimento social)."

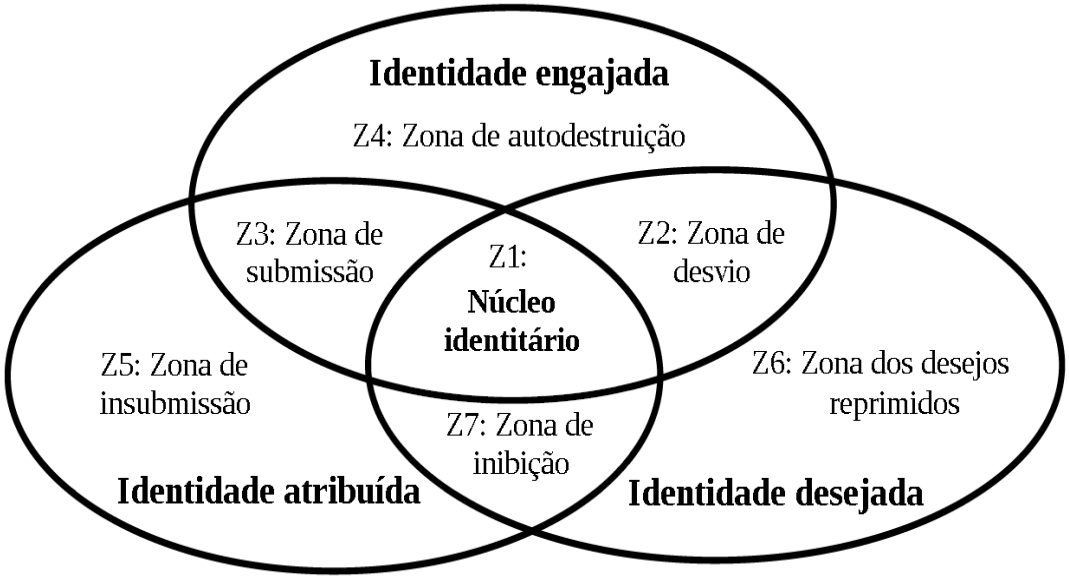
Como demonstrado, a construção de uma identidade pessoal é um processo de movimentos entre esferas identitárias, se estão em consonância temos os seguintes sujeitos: rebelde, conformista, adaptador, consequente, pragmático, inovador, altruísta, estrategista e autêntico; se, por ventura, essas esferas não estiverem em harmonia, temos três possíveis sujeitos: anômico, dividido e renegado. Todos esses sujeitos operam em seis zonas identitárias elencadas pelas lógicas de ação dos projetos dos Sujeitos, como aponta Bajoit (2006).

Os sujeitos são fruto da construção da identidade pessoal que é um processo resultante da narrativa do sujeito sobre suas tensões (BAJOIT,2009). Isto é, a fim de gerenciar as zonas de tensão suscitadas pela administração natural da vida (BAJOIT, 2006, 2008, 2012), o individuo constrói uma identidade pessoal que por sua vez é constituída de três esferas: identidade atribuída; identidade desejada e identidade engajada. Essas esferas são sobrepostas quando o indivíduo constitui seu núcleo identitário (Z1). Dessa forma, faz coincidir a EIC (o que ele é e faz) com a sua EIA (o que ele acredita ser as expectativas alheias) e a sua EID (seus desejos pessoais).

Segundo o sociólogo em estudo, as zonas de tensão são no total de seis (BAJOIT, 2009, p. 14):

> ZI1 – Projetos de realização pessoal e reconhecimento social.
> ZI2 – Projeto realizado contra expectativa dos outros.
> ZI3 – Projetos em *stand by*, teria gostado de realizar, mas não o fez pelas escolhas e/ou pelos recursos de que dispõe.
> ZI4 – Projetos realizados por obrigação social e em desacordo consigo mesmo.
> ZI5 – Projetos renunciados, impedidos, face oculta de identidade desejada, universo de pulsões, ID (marcador freudiano) culturalizado.
> ZI6 – Projeto ignorado, negação total.

Figura 3: Esferas identitárias e zonas de tensão



Fonte: BAJOIT, 2009, p. 14.

Pedrosa (2013), tendo por base os estudos de Bajoit, ao explicar as zonas, cria um quadro autoexplicativo no qual resume e agrupa as zonas de tensões em três grandes grupos.

Quadro 3: Zonas de tensão

tensão de conformismo	**tensão de marginalização**	**tensão da anomia**
Z3: zona de submissão resulta "*do que o indivíduo se obriga a ser ou a fazer"* a fim de responder ao que os outros esperam dele, ou seja, o reconhecimento social. Sujeito conformista.	Z2: zona de desvio A tensão também pode ser suscitada a partir "*do que ele é ou faz para responder aos seus desejos"* de realização pessoal, embora ele saiba ser isto contrário ao que os outros esperam dele.	Z4: zona de autodestruição A tensão pode vir também *do que ele é ou faz*, mesmo sabendo ou sentindo que isso é contrário aos seus desejos de realização e contrário também às expectativas dos outros.
Z6: zona dos desejos reprimidos Quando a tensão vier "*do que ele desiste de ser ou fazer"* mesmo respondendo aos seus desejos (conscientes ou inconscientes), mas que ele acredita não atende às expectativas dos outros.	Z5: zona de insubmissão Opostamente, a tensão pode vir "*do que ele se recusa a ser ou a fazer"*, que responderia àquilo que ele acredita estaria atendendo às expectativas dos outros, no entanto ele sabe ser adverso aos seus desejos.	Z7: zona de inibição. Contrariamente, a tensão pode ser resultado *do que ele não é ou não faz*, mesmo que isso estaria em conformidade com as expectativas dos outros e suas próprias expectativas de realização pessoal.
Z3 e Z6 Em conjunto, essas duas tensões produzem uma *tensão*	As duas tensões (Z2 e Z5), em conjunto, derivam uma segunda forma de mal-estar	Z4 e Z7 Em conjunto, as duas tensões causam na identidade uma

existencial de conformismo (Bajoit, 2013).	identitário: uma *tensão existencial de marginalização*.	terceira forma de mal-estar identitário: uma *tensão existencial de anomia*.

Fonte: Pedrosa 2013, p. 10

A construção de uma identidade pessoal é um processo de movimentos entre esferas identitárias operando nessas seis zonas identitárias, projetadas a partir das lógicas de ação dos projetos dos sujeitos, como aponta Bajoit (2006).

3.6 As contribuições da Sociologia Aplicada para Mudança Social

Bajoit (2008, p.17), ao considerar o tema das mudanças sociais inseridas no contexto da Sociologia, retorna a questão das revoluções históricas e as mudanças que estas causaram nos indivíduos. Quanto a essa mudança individual, essa transformação do sujeito ele diz:

> Reconhecer que o ser humano está orientado em suas condutas, ao menos em parte, pela intervenção de sua consciência – por uma capacidade reflexiva que lhe permite analisar e interpretar o mundo e conduzir-se como sujeito – significa introduzir ao mesmo tempo a questão do sentido. Este lugar tão importante do sentido da vida social dos seres humanos permite compreender porque recorrem constantemente a referências culturais para justificar sua conduta ante a si mesmo e ante os demais. (BAJOIT, 2008, p. 87[9])

Na concepção de Bajoit, a vida social põe em relação múltiplas categorias sociais diferentes: grupos de idade, sexo, região, raças, religiões, línguas, interesses, entre outras. Essas categorias têm interesses, projetos, visões de mundo e convicções diferentes e, em parte, incompatíveis. "Para que todos os grupos possam coexistir em paz é necessário que cada um deles aceite renunciar a uma parte de seus interesses para ceder lugar aos outros" (BAJOIT, 2008, p. 38-39).

Ao tratar de mudança social, estamos também trabalhando com mudança cultural. Conquanto sejam dois conceitos distintos para alguns, decidimos trabalhar com a homogeneização, ou seja, ao discutirmos sobre mudanças sociais, também estamos lidando com as mudanças culturais, entendendo que uma nasce e desemboca na outra. Segundo Bajoit (2006), podemos ainda citar como mudanças socioculturais:

- mudança das coações pelas quais se resolvem os problemas vitais da vida comum;
- mudança dos princípios de sentido invocado para legitimar estas coações;

[9] Tradução de Mark Tindo.

> - mudança das identidades coletivas que resultam da prática das relações sociais;
> - mudança das lógicas de gestão de si, pelas quais os indivíduos resolvem as tensões que atravessam estas identidades coletivas e constroem suas identidades pessoais;
> - mudança das lógicas de ação nas quais se comprometem, individualmente ou coletivamente (com base em PEDROSA, 2012b).

Além das mudanças, Bajoit (2006) elenca cinco tipos de campos relacionais de mudanças e sujeitos sociais Ele também nos mostra que, ao tratar de mudanças, irremediavelmente também lidamos com os conflitos, contradições e competições, geradas a partir delas, nas práticas discursivas.

Essas práticas, de acordo com o sociólogo, podem ser apresentadas da seguinte forma (BAJOIT, 2006 *apud* DAMACENO, 2013, p. 88):

> - cooperativos: é necessário que as identidades coletivas dialoguem;
> - conflitivos: criam uma conjuntura que proporciona a busca de inovações;
> - competitivos: é a competência dos atores sociais para escolhas de suas condutas ante as demandas na modernidade tardia;
> - contraditórios: trazem, na mesma conjuntura dos competitivos, a questão das escolhas, mas sem o monitoramento das regras. São mais complexos, uma vez que nem todos os indivíduos têm competências para escolhas e oportunidades de sobrevivência e mudanças.

As grandes mudanças são, por excelência, aquelas que tomam seu lugar na história da humanidade de forma não controlada, porém legitimada pelo povo, com o povo, por meio do povo. E o indivíduo é peça fundamental no sistema motor da sociedade. Em um processo de mudança social, ainda que consideremos esse movimento como coletivo, tem-se que refletir sobre o papel do indivíduo, como ser individual, único e responsável.

Por isso, consideramos em nossa pesquisa que as vítimas de violência precisam se enxergar como agentes[10] em suas histórias, mesmo que o movimento contra a violência seja e deva ser coletivo, ele começa individualmente.

Como as análises em ASCD incorporam o tratamento da materialidade linguística, buscaremos orientação nas contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional, disciplina que já é utilizada como fonte textual na ACD. Nessa direção podermos analisar as narrativas do "eu" e as respetivas Esferas Identitárias.

[10] O termo "agente" possui uma conotação diferente na linguística aplicada, mas aqui entendemos apenas como um indivíduo capaz de agir por e a favor de si mesmo.

3.7 Narrativas do "Eu"

A perspectiva da "narração pessoal" faz parte de um movimento que se fortaleceu ao final do século XX, a partir da integração entre áreas como antropologia, filosofia, linguística, teoria literária e psicologia. Com uma visão diferente, os estudiosos nessa área tentavam uma superação do dualismo tradicional da ciência positivista (DE CONTI, 2005). Podemos dizer, com base na autora, que a narração das experiências pessoais é um ato discursivo produzido em contextos de interação social complexos. De um modo geral, a narrativa pessoal se refere a uma fala organizada em torno de eventos consequentes, ou seja, em uma conversação, um falante conduz seu ouvinte há um tempo ou "espaço" passado e, assim, recapitula o que aconteceu, dessa maneira, pode traçar, em geral, uma reflexão moral sobre o evento (DE CONTI, 2005).

> As pessoas narrativizam experiências particulares de suas vidas geralmente quando há uma ruptura entre o ideal e a realidade, self e a sociedade. É exatamente quando se busca um estudo sistemático da experiência pessoal e seu significado, ou seja, quando se pretende entender como os eventos têm sido construídos pelos sujeitos ativos, é que a análise narrativa é apropriada. Isso implica dizer que, através da narrativa, podemos nos aproximar da experiência, tal como ela é vivida pelo narrador. A modalidade da narrativa mantém os valores e percepções presentes na experiência narrada, contidos na história do sujeito e transmitida naquele momento para o pesquisador. (DE CONTI, 2005, p. 3)

De Conti (2005) levanta a possibilidade de nomear essas narrativas de Narrativas Pessoais, entretanto, entendemos que o termo pessoal pode não dar conta da subjetividade e particularidade desse tipo de narrativa, assim, optamos por narrativas do "eu", seguindo o sociólogo no qual embasamos nossa análise e definição de categorias.

Podemos entender que a ruptura entre o ideal e a realidade proposta por De Conti (2005) gera tensões e afetam a socialização do indivíduo. Pedrosa (2013, p. 4) com base em Bajoit apresenta oito hipóteses referentes à socialização (Bajoit, 2012):

> 1. Atribuição de um destino social. "A prática das relações sociais, socializando o indivíduo, o leva a engajar-se num destino social."
> 2. Formação das expectativas relacionais. "O engajamento no seu destino social desperta nele expectativas relacionais de reconhecimento social e de realização pessoal: algumas são satisfeitas, outras são menos, ou não o são."
> 3. Formação da identidade individual. "As expectativas satisfeitas formam o núcleo central da sua identidade; aquelas que são insatisfeitas alimentam tensões existenciais nas zonas periféricas dessa identidade."
> 4. Produção\geração\convivência de mal-estar identitário. "Certas condições fragilizam a sua identidade e produzem mal-estares identitários que o incitam a questionar novamente o destino no qual ele está engajado."

> 5. Constituição da narrativa do sujeito. "O indivíduo constrói então uma narrativa do sujeito, pela qual ele explica para si mesmo o seu mal-estar identitário e projeta o que ele considera fazer para o aliviar."
> 6. Explicitação das razões do sujeito: motivações e resistências. "Ele constrói as razões do sujeito: as suas motivações para passar ao ato e as resistências que se lhe opõem."
> 7. Implementação do processo de libertação. "Ele implementa recursos psíquicos que enfraquecem as suas resistências e lhe permitem executar atos libertadores."
> 8. Redefinição da prática das relações sociais. "Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial!"

Verificamos que o indivíduo pode construir dois tipos de narrativa, como está explícito na hipótese 5: uma de compreensão (objetiva "explicar para si mesmo o que lhe aconteceu"); outra de alívio (de desistência, de compensação ou de perseverança).

Como ressalta Bajoit (2012), esse indivíduo avalia a importância do seu mal-estar a partir dessa observação, ele pode considerar desistir ou não de satisfazer as expectativas relacionais com as quais se sente frustrado, de compensar a insatisfação de uma pela satisfação da outra ou de perseverar no seu esforço para obter o que ele espera.

Ele ainda mostra a importância da avaliação que o sujeito faz de suas expectativas relacionais, essas narrativas são como uma interpretação de si próprio, na qual o indivíduo se torna sujeito de si, mostrando que ela é um conhecimento de si.

É importante destacar que as hipóteses são articuladas em um *continuum*. As hipóteses se completam, ao chegar à oitava hipótese, considera-se o indivíduo torna-se *ator*, isto é, ele age, com o fim de atender melhor suas próprias expectativas relacionais sobre os outros, resolvendo suas tensões existenciais.

Em suas análises Bajoit (2012) cita outro autor, Ricouer, ao falar sobre a narrativa. Ricouer (2013) afirma que existe um traço de conhecimento de si próprio confirmado pela refiguração pela narrativa, esse traço ultrapassa de longe o domínio narrativo, uma vez que o si-próprio não se conhece imediatamente, mas apenas indiretamente "pelo desvio dos signos culturais de todas as espécies que se articulam sobre mediações simbólicas" (RICOUER, 2013, p 16), que por sua vez, articulam a ação e, assim, entre elas, produzem as narrativas da vida quotidiana.

> A mediação narrativa sublinha este carácter notável do conhecimento de si próprio ser uma interpretação de si próprio. A apropriação da identidade da personagem fictícia pelo leitor é uma das suas formas. O que a interpretação narrativa traz propriamente é precisamente o carácter de figura do personagem que faz com que o si-próprio, narrativamente interpretado, descubra ser ele mesmo um si-próprio figurado - que se figura tal ou tal. (RICOUER, 2013, p 16)

Essa compreensão é corroborada também em Charles Taylor (2004 *apud* BAJOIT, 2012), quando fala de uma "rede de interlocução", para esse autor, se a nossa identidade se constrói pela participação em redes de interlocução, e ainda se constrói pela linguagem, ela constrói-se necessariamente como uma narrativa sobre nós mesmos.

Como a nomenclatura *Narrativa Pessoal,* tão abordada na literatura consultada, pode ser considerada vicária[11]. Portanto, em nossa dissertação utilizamos o termo *Narrativa do "eu"* por entender que os depoimentos só poderão ser compreendidos se os concebermos como uma organização temporal da experiência humana, cujos elos se dão pela regência de uma causalidade semântica imposta ao narrador em seu ato de narrar (JOSSELSON, 2004 *apud* DE CONTI, 2005), e mais que isso, uma narração produzida pelo próprio sujeito, podendo ser uma narração de compreensão ou de alívio. Uma narrativa pessoal, mesmo sendo subjetiva, pode ser contada por outro que assuma o papel do eu. Interessa-nos, nessa pesquisa, trabalhar com a (des)(re)construção identitária, logo, a narrativa deve ser intransferível, narrada pelo indivíduo protagonista da história, uma *narrativa do "eu"*.

3.8 LSF ou GFS? Subsídio para a análise do material linguístico

Como dito anteriormente, no arcabouço das teorias com as quais dialoga a ASCD, temos a Linguística Sistêmica Funcional (LSF) que contribui com os sistemas de Transitividade e de Avaliatividade. Primeiramente, traremos algumas considerações acerca da nomenclatura, uma vez que temos teóricos que utilizam ora Gramática Sistêmico-Funcional, ora Linguística Sistêmico–Funcional.

Embora articuladas, Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) têm sido utilizadas, ultimamente, de modos distintos: esta referindo aos estudos, análises e descrições relativas ao estrato das formas, isto é, aspectos lexicogramaticais, ao passo que aquela se refere aos estudos relacionados a todos os estratos (GOUVEIA, 2009, p.14).

Podemos sintetizar dizendo que se usa Linguística Sistêmico-Funcional quando referir-se ao discurso, ao contexto, ao gênero textual. E usa-se Gramática Sistêmico-Funcional, quando se reportar aos sistemas, à gramática em si, como avaliatividade, transitividade, tema e rema. Dessa forma, optaremos nesta pesquisa pela nomenclatura

[11] Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoletraslibras/eixoformacaobasica>. Acessado em: 4 de jun. de 2013.

Gramática Sistêmico-Funcional, uma vez que, nosso foco em GSF repousa sobre o sistema de transitividade.

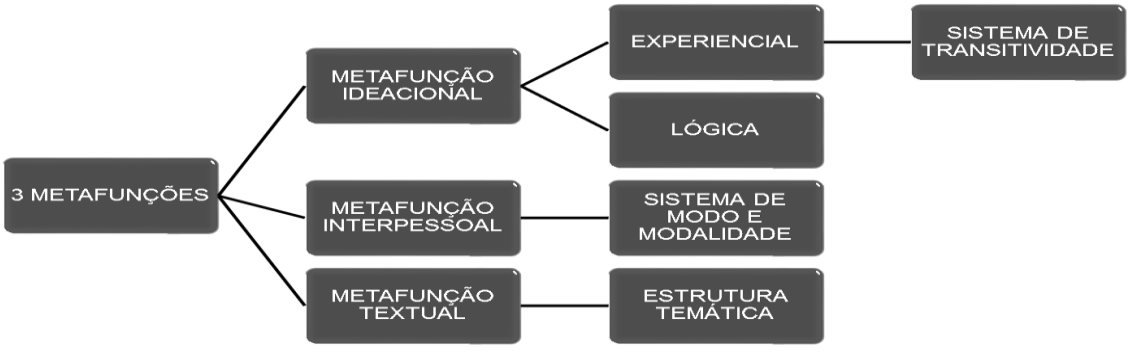
Tanto a LSF como GSF já vêm sendo amplamente utilizadas pela Análise Crítica do Discurso de FairCglough e de Van Leewem, principais abordagens desenvolvidas e seguidas no Brasil (PEDROSA 2012a).

A proposta de um modelo sistêmico-funcional de linguagem vem sendo desenvolvida por Halliday desde o início dos anos 1960. Logo, não é recente utilizá-las como arcabouço na análise discursiva da ACD. Segundo Ramalho e Resende (2006), a GSF (LSF) é uma teoria da linguagem que se coaduna com a ADC, "porque aborda a linguagem como um sistema aberto, atentando para uma visão dialética que percebe os textos não só como estruturados no sistema mas também potencialmente inovadores do sistema" (RESENDE, 2006, p.56)

A GSF proporciona, assim, ao analista discursivo os subsídios linguísticos necessários para se debruçar sobre o texto. Isso se dá pela visão de que os estratos da linguagem são permeáveis ao social, diferente de outras gramáticas. Halliday (2004) afirmou que as línguas se organizam em três esferas/estratos de sentido que são chamados de macrofunções ou metafunções, a saber: a ideacional, interpessoal e textual. Esses estratos agem, concomitantemente, embora separados no momento de análise por uma questão didática.

As três metafunções e as instâncias de realização da linguagem podem ser visualizadas da seguinte forma:

Figura 4: Metafunções propostas por Halliday



Fonte: elaborada pela autora a partir de CUNHA & SOUZA, 2011.

Essas características indicam que devemos considerar a noção de instanciação só a partir da relação entre sistema-processo, sendo que o processo, isto é, o texto, instancia o sistema (VIAN JR, 2012).

O sistema de Transitividade constitui um conjunto de significados da metafunção ideacional, ou seja, preocupa-se com a experiência, por isso, a oração é vista como representação do real. Diferente da gramática tradicional que vê a transitividade como a relação dos verbos com os seus complementos, a transitividade da Teoria Sistêmico-Funcional é um sistema de descrição de toda a oração, a qual se compõe de processos, participantes e eventuais circunstâncias. Como mostra o quadro:

Quadro 4: Componentes e suas definições

Componentes	**Definição**	**Categoria gramatical típica**	**Exemplo retirado do *corpus***
Processo	É o elemento central da configuração, indicando a experiência se desdobrando através do tempo	Grupos verbais	ele **quebrou** meu braço em Fevereiro deste ano
Participantes	São as entidades envolvidas – pessoas ou coisas, seres animados ou inanimados-, as quais levam à ocorrência do processo ou são afetadas por ele.	Grupos nominais	**ele** quebrou **meu braço** em Fevereiro deste ano
Circunstâncias	Indica, opcionalmente, o modo, o tempo, o lugar, a causa, o âmbito em que o processo se desdobra	Grupos adverbiais	ele quebrou meu braço **em Fevereiro deste ano**

Pelo sistema de Transitividade, temos seis tipos de processos e cada um deles se associa a participantes específicos e circunstâncias variadas. No quadro abaixo, temos uma síntese desses processos e participantes.

Quadro 5: Processos, significados e participantes

Processo	**Significado**	**Participantes obrigatórios**	**Participantes opcionais**
Material	Fazer, acontecer	Ator	Meta, Extensão e Beneficiário
Mental	Sentir	Experienciador e Fenômeno	-
Relacional: Atributivo Identificador	Ser Classificar Definir	Portador e Atributo Característica e Valor	-
Verbal	Dizer	Dizente e Verbiagem (ou Dito)	Receptor
Existencial	Existir	Existente	-
Comportamental	Comportar-se	Comportante	Behavior

Fonte: CUNHA & SOUZA, 2011, p. 76.

À priori, esperamos que esses processos funcionem como pistas linguísticas que nos auxiliem na identificação dos sujeitos e suas identidades fragmentadas nas diversas esferas identitárias. Sendo assim, ater-nos-emos basicamente aos processos e participantes, e apenas quando estritamente necessário também apontaremos as circunstâncias (de Extensão, de Causa, de Locação, de Assunto, de Modo, de Papel e de Comportamento). Para visualizar essas circunstâncias citadas por Halliday (2004), montamos a tabela abaixo:

Quadro 6: Representação das circunstâncias

Tipos de circunstâncias		**Exemplos**
1. Extensão	Distância	Caminhar por 2 km
	Duração	apanhar a cada dez segundos
	Frequência	Bater três vezes
2. Localização	Lugar	Chegar perto.
	Tempo	Sair ao meio-dia
3. Modo	Meio	Cortar com a faca
	Qualidade	Chegar bruscamente
	Comparação	comer como bicho
	Grau	Amar profundamente
4. Causa	Razão	Chorava por causa do meu namorado
	Propósito	Lutar por liberdade
	Interesse/representação	Falar por você
5. Contingencia	Condição	Acionar em caso de morte
	Falta	Sem recursos não se faz a obra
	Concessão	Correr apesar do cansaço
6. Acompanhamento	Comitativo	Viajar com o marido
	Aditivo	Pedro partiu e João também.
7. Papel	Estilo/Aparência	Vir como amigo
	Produto	Voltar como uma indigente.
8. Assunto	(sobre o quê?)	Falar sobre amor
9. Ângulo	Recurso	Para Halliday, a linguagem é multifuncional.
	Ponto de vista	É culpado aos olhos da sociedade.

Fonte: a autora.

Sendo assim, a GSF nos dará subsídio para analisar a materialidade linguística das narrativas do "eu" de vítimas de violência de gênero por meio de processos verbais que verificam as ações e atividades humanas que estão nos discursos.

3.9 Concluindo a seção

Este capítulo apresentou o aporte teórico que será utilizado na investigação. Começando por caracterizá-la como uma pesquisa na área da LA, pois procura um diálogo com outros campos do saber, tais como, a sociologia e os estudos culturais. Sendo assim, caracterizamos como sendo uma pesquisa interdisciplinar "indisciplinar", "mestiça".

Na sequência, mostramos o histórico e o postulado da ACD, disciplina chave para a pesquisa, por ser um modelo que procura analisar o discurso e o texto, identificando o papel da linguagem dentro da estrutura das relações de poder na sociedade. O método analítico empregado, portanto, não se preocupa apenas com a dimensão textual, mas também investiga as relações de poder, ideologia, hegemonia, ou seja, linguagem enquanto prática social.

Também abordamos a ASCD, sua origem, seus postulados, e, principalmente, suas contribuições para a análise com as esferas identitárias, a lógica dos sujeitos e as hipóteses de Bajoit (2008,2012). Também trouxemos uma breve introdução sobre a GFS, assim como suas contribuições para essa pesquisa.

Por fim, trouxemos as definições do que seria uma narrativa do "eu", que aparece na Hipótese 5 de Bajoit (2012), mas que é reflexo das outras quatro primeiras Hipóteses, e que pode chegar a Hipótese 8, caso o indivíduo consiga se colocar como "agente" em sua própria história.

O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos.

Simone de Beauvoir

4 DIÁLOGOS TEÓRICOS II: NOÇÕES DE GÊNERO E DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A condição feminina é questão social sobremaneira relevante e complexa. E observar os movimentos identitários nas narrativas do "eu" de mulheres vítimas de violência passa consideravelmente pelos caminhos percorridos pelo feminismo, não apenas seus percursos ideológicos, cheios de conflitos e antagonismos, mas também trilhar sua estrada histórica até aqui. Podemos dizer que, envoltas pelo som dos gritos de luta do movimento feminista, as mulheres brasileiras tiveram sua própria história de mudança social/cultural (SZTOMPKA, 2005).

Por esse motivo, começaremos com um breve panorama histórico desse movimento híbrido. Como não conseguimos chegar a uma perspectiva feminista que entendemos estar em consonância com nosso tipo de pesquisa, traremos um pouco de cada movimento; e ao conjunto de nossa seleção do mais importante em cada corrente, denominaremos feminismo crítico[12]. Como não há uma perspectiva fechada, pois mesmo os movimentos atuais passam por constantes mudanças ideológicas, fato constatado por Castells (2013), existe, pelo menos, uma essência que permeia a diversidade do feminismo: "o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo" (CASTELLS, 2013, p. 211).

Embora não possamos nos definir por uma teoria feminista, como explicamos, noções como as de gênero e violência de gênero são tipologias que precisam ser analisadas e colocadas em "xeque". A noção de gênero, no contexto do estudo, recebe consenso das variadas correntes do feminismo. Essa noção de gênero é vista como uma construção social e não apenas natural[13].

A história do movimento feminista no Brasil está intimamente ligada à luta contra a hegemonia opressora. Veremos no tópico sobre a história do movimento no Brasil que, mais que um duelo contra os abusos do sistema patriarcal, as mulheres lutavam contra o modelo cristalizado de ordem social, o qual diz respeito ao modo de administrar as relações no âmbito político do país, às desigualdades de um país rico em recursos naturais, aos abusos de poder do alto escalão e às repressões da liberdade de expressão.

[12] Embora haja uma diversidade de linhas ideológicas feministas, não encontramos uma que fosse, por si só, suficiente em nosso estudo, optamos, então, por adotar a nomenclatura feminismo crítico que abrange esse que é o fio condutor entre todos os enfoques feministas, a criticidade.
[13] Da natureza, ou seja, sexo biológico.

Nosso texto começa com a escritora francesa que influenciou uma geração inteira no ocidente. Suas contribuições englobam questões ligadas à independência feminina e ao papel da mulher na sociedade, outro ponto importante nesta pesquisa. Como vimos anteriormente, as relações de poder sempre existiram e sempre existirão, tanto em microesferas como em macroestruturas.

Entretanto, como bem aborda Simone de Beauvoir na epígrafe deste capítulo, as mulheres têm papel fundamental em sua própria história e não podem apenas imputar ao homem todo o peso da culpa pelas amarras e cicatrizes. Freitas e Pinheiro (2013) ressaltam que "não apenas os homens, senão também as mulheres, praticam e conferem significado à violência em específicos contextos socioculturais, já que ambos participam na produção dos papéis sociais que a legitimam" (FREITAS; PINHEIRO, 2013 p. 29).

Não se pode estudar as mulheres de forma isolada, isso perpetua o mito que a experiência vivida por um sexo não tem muito a ver com a do outro sexo, isso é destoante, pois a violência também pode ocorrer em mão dupla e pode ainda ser entre pessoas do mesmo sexo. E ainda mais, podemos e devemos estudar o movimento como social.

Por esse motivo que uma abordagem feminista que considere a mulher como uma "simples vítima", débil, tão oprimida que seja incapaz de esboçar uma identidade, não nos interessa nesta pesquisa. Entretanto, antes de chegar a uma perspectiva crítica que veja a violência de gênero, e mais especificamente contra a mulher, sob a ótica social retratada, legitimada pela linguagem, precisamos antes considerar as "viradas" que aconteceram no feminismo brasileiro.

4.1 Por uma abordagem feminista brasileira

Em termos mundiais, é impossível traçar o início do movimento feminista. Como assegura Alimena (2010), a origem não é clara, pois nasce com a explosão de movimentos sociais no século XX, tornando difícil uma linha de tempo evolutiva. Traçar um cronograma exato é tão difícil quanto limitar o pensamento feminista a um único feminismo. Entretanto, podemos buscar na história alguns nomes de expoentes, assim como registros de suma importância social que estão estritamente ligados ao pensamento feminista. Partindo dessa premissa e da multiplicidade dos feminismos, buscamos nesta seção afunilar a pesquisa aos desdobramentos, metaforeados pelas ondas, presentes apenas no Brasil, campo em que a pesquisa é situada.

A história do movimento feminista no Brasil difere do movimento feminista no resto do mundo, preocupadas com crises sociais além da desigualdade de gênero, as ativistas feministas brasileiras tiveram que lutar por mais do que emancipação e suas lutas e alianças com partidos políticos renderam um movimento heterogêneo.

Nessa direção, podemos tomar como ano referência 1918, com a chegada de Bertha Lutz da Europa. Com seus sonhos e extrema força feminista, muita coisa mudou. As lutas feministas pelo voto feminino, emancipação das mulheres, direitos iguais no trabalho, dentre outros, tiveram grande significância para evolução de nosso país. Temos como principal exemplo de conquista feminista no Brasil, desse período, a Constituição de 1934, quando várias das reinvindicações feitas pelas mulheres feministas foram concretizadas (SOIBERT, 2012). Esse período e suas manifestações forma classificados de primeira onda do feminismo. A busca pela igualdade foi palavra-chave.

Com a guerra em 1939, o pensamento político das feministas mudou um pouco de foco. Já não se tinha uma forte preocupação com incutir uma consciência feminista, ou seja, a percepção da desigualdade social, mesmo que essa ainda continuasse sendo uma realidade para elas. Os comitês feministas tinham o pensamento voltado para a situação do país como um todo, eram seus esposos, filhos e maridos que estavam indo para a guerra, era necessário pensar no custo de vida, sobrevivência, combater um inimigo maior.

Logo após o termino da guerra, cresceu o desejo de fundar uma associação de mulheres em âmbito nacional, um canal para combate dos preconceitos contra as mulheres. E em 1946, acontece o encontro que envolveu diferentes dirigentes de várias associações feministas e propriamente feministas, assim como mulheres sem nenhuma associação, com diferentes graus sociais e escolares. Mesmo após três dias de discussão, as mulheres não conseguiram chegar a um consenso (SOIBERT, 2012).

Em 28 de outubro de 1946 foi fundado o Instituto Feminino para o Serviço Construtivo (IFSC), o embrião da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), criada em 1949. Nessa trajetória, os movimentos feministas caminhavam junto à política considerada de esquerda.

Nos anos 1960, surge um novo feminismo, chamado de “Segunda Onda” (PEDRO, 2012). Ainda que fortemente influenciado pela nova onda vinda do exterior, essa “Segunda Onda” buscava reinvindicações para além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais. Era um movimento embebido na revolta contra a conjuntura política da época, a ditadura militar.

Elas estavam envolvidas entre os militantes que buscavam a “liberdade” do país. Mesmo estando engajadas em lutas dos partidos de esquerda e militantes, as feministas brasileiras sofreram muito preconceito por parte de seus aliados. Particularmente nas décadas seguinte, 1970 e 1980, eles achavam que as reinvindicações sobre o direito particular das mulheres era um “desvio pequeno burguês” às “reais” reinvindicações.

Fazia-se, assim, uma divisão entre o que era considerado “lutas gerais” e “lutas específicas” das mulheres. As feministas eram acusadas de divisionismo, pois eram “culpadas” pela discórdia no seio familiar e no campo da esquerda, afinal, lutar por igualdade entre os gêneros e contra a opressão masculina parecia não ter lugar em um tempo de guerra.

Mesmo com todo esse ataque dos considerados “inimigos” e dos supostos “amigos”, o movimento impetrou força suficiente para lançar periódicos, conseguir mudanças no âmbito do trabalho, conseguir centros de apoio a mulheres e discutir a questão do divórcio, dentre outras questões importantes para aquele momento. A palavra-chave da segunda onda seria a “diferença”, não se buscava mais a igualdade entre os sexos, mas como as diferenças não são excludentes.

Datada nos anos 1990, a “Terceira Onda”, também conhecida como Ogedismo, foi considerada como uma resposta às supostas falhas da segunda onda. As definições essencialistas da feminilidade feitas pela segunda onda colocavam muita ênfase nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta, ou seja, excluía as demais mulheres de etnia e classes sociais diferentes. Além da exclusão de algumas mulheres, a segunda onda também era criticada por seu caráter autoritário, dizendo o que as mulheres “podiam ou não fazer”. Líderes como Pedro Molina Ogeda – de onde vem o nome Ogedismo – lutaram para que outras mulheres pudessem reivindicar seus direitos também, com ênfase na “raça negra” (SOIBERT, 2012).

As noções de gênero e da sexualidade são centrais à maior parte da ideologia da Terceira Onda. Outro ponto é as diferenças entre os sexos, pois acreditavam ser também o feminismo da diferença, enquanto outras vertentes criam não haver diferenças inerentes entre homens e mulheres, defendendo que os papéis atribuídos a cada gênero eram instaurados socialmente. O Ogedismo, desse modo, se identifica com a diversidade e não com a igualdade apregoada na segunda onda (SOIBERT, 2012).

Por fim, veio o pós-feminismo, o termo descreve uma série de pontos de vista em reação ao feminismo. "Pós-feminismo" daria a impressão de que esta igualdade já teria sido atingida, e que as feministas agora poderiam dedicar-se a metas diferentes. Essa fase foi considerada por muitas feministas importantes como uma grande utopia.

Depois de tantas viradas e diferentes formas de captar a “luta” contra o “patriarcalismo”, os movimentos feministas vêm se organizando e atuando em diferentes frentes de luta e em diferentes formas. Temos atualmente várias nomenclaturas como: o feminismo liberal e socialista; as feministas radicais; o feminismo cultural; o feminismo essencialista (espiritualismo, ecofeminismo); o feminismo lesbiano; dentre outros (SOIBERT, 2012).

Essa fragmentação e multiplicidade de correntes feministas mostra que não há um movimento único feminista, porém muitas correntes que instauram identidades diferentes e autônomas, que se espelham, refletem e deflagram micro poderes, experiências adquiridas pela vida, pelas próprias lutas e conquistas. Para Castells (2013), o movimento feminista é, cada vez mais, uma “multiplicidade de identidades feministas”, isso porque a própria sociedade está cada vez mais flexível e as alianças variáveis na dinâmica de conflitos sociais e de lutas de poder.

Embora não se possa negar que haja, sim, uma perspectiva feminista, construída ao longo das lutas de mulheres por uma sociedade menos injusta, considerar que haja um modelo feminista único é, no mínimo, bastante discutível. Um exemplo de impasse dentro do movimento é a questão do gênero. Existem diferentes abordagens, pontos de vista quanto ao que se entende por gênero.

Nessa direção, tentaremos apontar na sessão seguinte o que se apreende por gênero em algumas perspectivas feministas.

4.2 Noções de gênero

Primeiramente, deve-se ter em mente que sexo e gênero são conceitos distintos. O sexo seria referente aos aspectos anatômicos, morfológicos e fisiológicos (genitália, cromossomos sexuais, hormônios) da espécie humana. Ou seja, são os aspectos biológicos que são levados em conta. Quando falamos em sexo, estamos nos referindo a sexo feminino e sexo masculino.

Já o conceito de gênero remete aos significados sociais, culturais e históricos associados aos sexos. Tornou-se mesmo impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2013). Butler (2013), entretanto, faz uma ressalva sobre a ligação direta entre sexo e cultura quando abaliza que

> se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não estar para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2013 p.25).

Pensar dessa forma é colocar o "corpo" como uma "construção". Com isso, devemos considerar que é o discurso que define o gênero, pois se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é em função de um discurso que busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise de gênero (BUTLER, 2013 p.27).

A superfície "neutra" seria o estado "pré-cultural", o "pré-discursivo", o sexo natural funcionaria com um norte, mas não como um fim. Os problemas com relação à definição de gênero vão além dessa distinção sobre a sexo/gênero. Pois, ainda assim, quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, precisamos entender que a própria "cristalização" já é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais imbuídos de discurso. O gênero é, dessa forma, a estilização repetida do corpo, mas não um corpo meramente material, porém um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, que se endurece de tal forma no tempo ao ponto de produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2013).

Por muito tempo o gênero foi abordado como diferenças socioculturais existentes entre os sexos masculino e feminino, que se traduzem em desigualdades econômicas e políticas, colocando as mulheres em posição inferior à dos homens nas diferentes áreas da vida humana (TELES, 2012, p. 16). Como bem aponta Teles, "impõe-se o poder masculino em detrimento dos direitos das mulheres, subordinando-as às necessidades pessoais e políticas dos homens, tornando-as dependentes" (TELES, 2012 p. 15), para que assim sua voz possa ser calada, porque a voz oprimida pela dependência que não se enxerga para além da opressão, jamais ousará erguer-se.

Ainda que tenha havido um tempo em que a teoria feminista sentiu-se atraída pelo pensamento de uma origem, de um tempo anterior ao que alguns chamariam de "patriarcado", capaz de oferecer uma perspectiva imaginária a partir da qual estabelecer a contingência da história de opressão das mulheres, chegou-se a um consenso de que isso não poderia se sustentar. Vimos, então, surgir debates para saber se existiram culturas pré-patriarcais, matriarcais ou matrilineares, e se o patriarcado teve um começo e está, consequentemente,

sujeito a um fim. Incitados principalmente pelo pós-feminismo, buscava-se, com seu ímpeto crítico, mostrar que o argumento antifeminista da inevitabilidade do patriarcado constituía uma reificação e uma naturalização de um fenômeno histórico e contingente (BUTLER, 2013 p.63).

Transversalmente aos estudos feministas, verificamos que a perspectiva feminista, por muitas vezes, toma o gênero como categoria histórica, portanto substantiva, e também como categoria analítica, por conseguinte, adjetiva. Como corrobora Saffioti, não existe um modelo de análise feminista.

> Rigorosamente, o único consenso existente sobre o conceito de gênero reside no fato de que se trata de uma modelagem social, estatisticamente, mas não necessariamente, referida ao sexo. Vale dizer que o gênero pode ser construído independentemente do sexo. O consenso, entretanto, termina aí. Feministas há que ainda trabalham com o conceito de sexo/gênero, outras que se apegam às diferenças sexuais para explicar o gênero, resvalando, às vezes, pelo essencialismo biológico, e outras, ainda, que afirmam de tal modo o primado do social que acabam por negar ou, pelo menos, a ignorar o corpo, abraçando o essencialismo social. (SAFFIOTI, 2001, p. 129)

Saffioti (2001), com base em Soares (1999), acrescenta que a perspectiva feminista também pode se expressar por meio de um "modelo" que considera o ser humano não parcialmente, mas como uma totalidade; nesse sentido, são relevantes tanto o corpo quanto a modelagem social. A autora assegura que não há um modelo feminista, há uma perspectiva feminista, esSa por sua vez se traduz por diversos modelos. "Ignorar as diferentes vertentes do feminismo é grave, pois homogeiniza uma realidade bastante diferenciada" (SAFFIOTI, 2001, p. 129).

Compreendido dessa forma, o gênero está constantemente sendo construído nas práticas discursivas cotidianas. Butler (2013) ressalta que são as nossas performances como homens e mulheres, baseadas em padrões dominantes do que é ser homem ou ser mulher, que corroboram para a criação do gênero. Isso significa que não possuímos características de um gênero, mas construímos o nosso gênero continuamente por meio das nossas escolhas e ações.

Segundo Saffioti (2001), devemos tomar cuidado com a posição vitimísta de gênero, pois, na posição vitimísta não há espaço para se resinificarem as relações de poder. Logo, a mudança social não é possível, além de revelar um conceito rígido de gênero. A postura vitimísta é também essencialista social, se não há possibilidade de mudança, o gênero traça o destino do indivíduo. Se pensarmos através de uma concepção flexível, não há lugar para qualquer essencialismo, seja biológico ou social. "Cabe frisar que a categoria histórica gênero não constitui uma camisa de força, não prescrevendo, por conseguinte, um destino

inexorável" (SAFFIOTI, 2001, p. 125). Com isso não eliminamos o fator social ou biológico, pois o gênero traz em si um destino. Todavia, cada ser humano – homem ou mulher – desfruta de certa liberdade, mesmo que frágil, para escolher seu caminho. "O gênero, assim, apresenta sim um caráter determinante, mas deixando sempre espaço para o imponderável, um grau variável de liberdade de opção, determinada margem de manobra" (SAFFIOTI, 2001, p. 125).

Entender as definições de gênero, como as apresentamos, é de absoluta importância, uma vez que é uma condição para entender a violência de gênero, principalmente a violência de gênero contra as mulheres.

4.3 Violência de Gênero: uma escolha ou uma determinação?

Não poderemos falar de violência de gênero sem antes entender o que significa violência. Para tanto, recorremos a Teles, no qual encontramos uma definição frequente para violência como uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; recorrendo aos processos materiais: violência é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, fazendo uso de ameaças frequentes, de espancamento, lesão ou morte. "É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano" (TELES, 2012, p. 13).

Essa definição sobre violência norteará nossa pesquisa, pois mostra que não somente o uso da força física, mas também outros tipos de opressões são considerados como violência e danosos à integridade de uma pessoa. O ato físico em si, seja da mais simples lesão ao óbito, seria o ápice da violência, a exteriorização da mesma, ou seja, quando a agressão verbal não é suficiente para machucar o outro, usa-se a força.

Com base nesse pensamento tirocínio, teríamos um estágio menos agressivo, no qual a vítima sofre pequenos atos de violência, como tapas e empurrões esporádicos; um segundo estágio, no qual a vítima passa por espancamentos constantes; e, por fim, o terceiro e último estágio que leva a vítima a morte. Em muitos casos, nem sempre a intenção é a morte, mas a evolução dos estágios, caso não seja interrompida, é inevitavelmente o óbito.

A violência se mantém por causa da necessidade de perpetuar o tratamento da mulher como propriedades dos homens. As mulheres sob o domínio esmagador de um agressor perderam, em diferentes níveis, a autonomia, a liberdade e o básico direito de controle sobre seu próprio corpo, obrigada, assim, a restringir sua vida às necessidades exclusivas da "família" (TELLES, 2012).

Telles, na mesma obra, define o conceito de violência de gênero a partir das relações de poder, ou seja, a dominação masculina atuando na/sobre a submissão feminina. Para a autora, os papéis de homens e de mulheres foram impostos, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia; para ela, as relações violentas entre os sexos não são fruto da natureza, mas que esse tipo de prática advém do processo de socialização das pessoas.

Isso mostra que não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais. Nada indica cientificamente que comportamentos agressivos são inerentes aos homens e dóceis e submissos às mulheres. Os estereótipos são criados e reforçados pelos costumes, educação e meios de comunicação. São os modelos sociais que preservam esses estereótipos de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres (TELES, 2012).

A violência é, indubitavelmente, uma das mais graves formas de discriminação em razão de sexo/gênero. Referendadas em Telles (2012, p. 27), entendemos que "discriminação é o ato de distinguir ou restringir que tem como efeito a anulação ou limitação do reconhecimento de direitos fundamentais no campo político, econômico, social, ou em qualquer outro domínio da vida". A discriminação, antes de tudo, é segregação, uma ação deliberada para excluir segmentos sociais do exercício de direitos humanos. Ela marginaliza e isola, constrange e desrespeita. Pode ser considerada aspecto fundamental da violência, tanto significa como sustenta e justifica os atos violentos.

A discriminação nem sempre vem abertamente, pelo contrário, ela é geralmente praticada de modo velado. West e Zimmerman (2010) mostram em sua pesquisa que as relações de poder e a discriminação de forma indireta são mais eficazes que aqueles praticados abertamente. Os autores ressaltam para fatos corriqueiros que determinadas posturas corporais, piadas, ditados populares, gestos, dentre outros, apontam para a discriminação, na qual os homens recusam a posição igualitária das mulheres. Esse tipo de discriminação, nem sempre está visível a um expectador desapercebido, como por exemplo, em conversas informais em que as mulheres são interrompidas pelos homens que disseminam a ideia de que "mulheres falam demais".

A discriminação constitui também violação dos direitos humanos e das liberdades essenciais. Ela atinge a cidadania das mulheres, colocando-as a mercê da dominação, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, de viver em paz em suas comunidades; direitos esses que são inalienáveis do ser humano.

A nomenclatura da violência de gênero, entendida como sempre use aspas duplas ‘violência contra a mulher’, foi trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 1970, por ser esta, até então, o alvo principal da violência de gênero (TELES, 2012).

A luta pelo poder, a tentativa de manter a hegemonia, por vezes, gera a violência. “Em pesquisa feita pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a violência de gênero é concebida como resultado ‘das motivações que hegemonicamente levam sujeitos a interagirem em contextos marcados por e pela violência’” (TELES, 2012, p. 17). Observa-se que a violência não é somente a principal arma utilizada para impor-se, mas também para manter o controle sobre o outro.

Ouvimos muitas nomenclaturas para a violência contra a mulher em nosso cotidiano. Uma denominação usual é a violência doméstica. Optamos por não utilizar a violência doméstica por entendermos que, com base em Telles,

> Violência domestica é a que ocorre dentro de casa, nas relações entre as pessoas da família, entre homens e mulheres, pais/mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas. Podemos afirmar que, independentemente da faixa etária das pessoas que sofrem espancamentos, humilhações e ofensas nas relações descritas, as mulheres são o alvo principal (TELES, p. 17-18).

Embora as mulheres sejam o principal alvo nos registros de violência doméstica, o sexo não é determinante nesse tipo de violência. Mesmo um idoso, pode ser vítima de violência doméstica, independente de seu sexo. O detalhe significativo nesse tipo de violência é que ela seja praticada no âmbito familiar, dentro da casa.

Outro nome comum é a violência conjugal. Mas como indica o nome, essa é uma nomenclatura ainda mais especifica. Ou seja, refere-se estritamente ao casal e ocorre nas relações entre marido e mulher ou naquelas proporcionadas pela união estável. A violência conjugal é também denominada violência nas relações do casal e manifesta-se tanto no espaço doméstico como fora dele. Pode ocorrer também entre os ex-cônjuges ou ex-conviventes, incluindo outras relações afetivas como noivos e namorados (TELES, 2012, p. 20).

Nesse tipo de violência descrita por Telles (2012), vemos novamente uma maior incidência de vítimas entre as mulheres, entretanto, ela também pode partir em sentido inverso, casos mais raros, mas ainda assim possíveis, de homens que sofrem agressões de suas respectivas esposas. Há ainda a possibilidade de a violência ser praticada por uma mulher

contra outra mulher ou de um homem contra outro homem, por eles também manterem relações afetivas como namoros, noivados e uniões estáveis[14].

Outro nome utilizado, mais pouco conhecido, é o da Violência interpessoal, o termo é empregado para indicar a prática da violência entre pessoas que se conhecem (TELES, 2012). Nesse caso, a violência também não é baseada no gênero, mas nas relações de conhecimento entre vítima e agressor. Como as nomenclaturas violência doméstica e violência conjugal, essa nomenclatura não atende a pesquisa, sendo descrita aqui como informação. Buscamos mostrar cada uma das denominações e assim optar por uma, justificando sua escolha.

Há quem acredite que o termo violência de gênero é um conceito amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos (SAFFIOTI, 2001), entretanto, especificamos o termo da violência de gênero, tratando apenas a violência de gênero contra as mulheres, termo usado originalmente nos movimentos feministas.

Depois de explicado e detalhado a escolha do nome e a definição da violência, partirmos para a questão crucial desse tópico: "a violência é uma escolha ou uma determinação?".

Durante muito tempo, acreditou-se que a violência era uma determinação, a mulher, fisicamente mais frágil, estaria na dependência de um homem para a proteger e a suprir. Esse homem, por conseguinte, teria o direito sobre ela, assim usando da violência para impor/manter o devido "respeito" que lhe era por direito.

Com a vinda do movimento feminista, pelo menos em sua primeira onda, a imagem não mudou muito. Ainda que se lutasse pela emancipação, acreditava-se ainda que a violência fosse uma determinação, pois a mulher "eterna vítima" não sofria por escolha, mas por imposição e que era incapaz de ser libertar sozinha.

A terceira virada do movimento feminista mudou a concepção, agora totalmente para o lado inverso, a mulher estaria sofrendo por sua própria escolha, pois deveria buscar a liberdade por ela mesma. Dessa forma, bastaria que a mulher optasse por parar de sofrer e levantar a bandeira da liberdade.

Entretanto, ao ler os depoimentos constitutivos de nosso *corpus*, percebemos que não é possível decidir entre determinação e escolha, pois existem teias invisíveis tecidas pelo sistema social que tornam a fronteira entre decisão e determinismo fluida, líquida,

[14] As uniões estáveis entre homossexuais já estão legalizadas em nosso país; assim como, a forma de construir família está reconhecida pela Constituição Federal de 1988 (art. 226, parágrafo 3º) regulamentada pela lei 8.971/94.

entrelaçando-se ao ponto de não sabermos onde uma começa e a outra termina. A linha que separa uma de outra é tênue. Não há como negar que existe a pressão social, cultural coagindo a vítima, ao mesmo tempo em que há certo conformismo dela com a situação de violência.

Importante destacar a perpetuação da prática da violência de gênero, uma vez que ela é transmitida de geração a geração, tanto por homens como por mulheres. De todas as violências, ela tem sido, basicamente, o primeiro tipo de violência em que o ser humano é colocado em contato de maneira direta. E está de tal forma arraigada no âmbito das relações humanas que é vista como se fosse natural, normatizada pela falácia de que faz parte da natureza humana. Confirme-se o dito com a citação de Telles: "A sociedade legitima tais condutas violentas e, ainda nos dias de hoje, é comum ouvir que as 'mulheres gostam de apanhar'" (TELES, 2012, p. 23).

Telles (2012) costuma utilizar a metáfora do círculo para mostrar que o caminho é sem fim, sempre voltando ao início ao fim de cada ciclo, como um processo regular com fases bem definidas: tensão relacional, violência aberta, arrependimento/lua de mel (TELES, 2012). Iludida, muitas vezes, com as fases de arrependimento e de lua de mel, a vítima fica presa ao agressor, sem forças para tentar novos rumos. Esse mesmo ciclo mostra que, de um modo geral, a violência de gênero é praticada pelo homem para dominar a mulher, e não eliminá-la fisicamente, não há um desejo de morte, mas de pura dominação. "A intenção masculina é possuí-la, é tê-la como sua propriedade, determinar o que ela deve desejar, pensar, vestir" (TELLES 2012). Um tipo de violência simbólica que, como aborda Bourdieu (1930),

> institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto (BOURDIEU, 1930, p. 41).

Para garantir a supremacia masculina, precisava-se que houvesse uma crença na inferioridade feminina, daí o surgimento de ideias acerca da incapacidade e incompetência das mulheres. Tenta-se provar a incapacidade física, emocional e intelectual do segmento feminino, e o melhor modo para obter isso é por meio do emprego do uso da violência. Dessa forma, fica fácil manter a crença de que as mulheres são volúveis, emocionais, fúteis, inseguras e extremamente dependentes de seus parceiros.

Em alguns casos históricos, percebemos a tentativa de fazer-nos crer que as mulheres eram seres perigosos e que todas as partes de seu corpo podiam provocar a desgraça. O grande exemplo dessa farsa foi o da caça as bruxas que "levou, em dois séculos, pelo menos, 30 mil mulheres às fogueiras em diversos países europeus, acusadas de terem pactuado com o demônio" (TELLES, 2012, p. 31).

É bem mais simples culpar as mulheres pela dominação e exploração de que eram/são alvo por parte dos homens, no entanto, como poderiam ser culpadas se as tomavam como incapazes de agir/reagir. Esse tratamento confuso dispensado às mulheres torna ainda mais complicado uma ação/reação por parte delas (SAFFIOTI, 2001).

A violência nasce dessas premissas, porém vale ressaltar que o papel de homens e mulheres nas relações de violência, embora assimétricos, caminham juntos, deve-se considerar a participação de ambos na produção dos papéis sociais que a legitimam, pois, "não apenas os homens, senão também as mulheres, praticam e conferem significado à violência em específicos contextos socioculturais, já que ambos participam na produção dos papéis sociais que a legitimam" (TELLES, 2012 p. 29).

Por fim, trazemos, para a pesquisa, a Resolução da Assembleia geral das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (Cedaw), de dezembro de 1993, segundo a qual, "A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres". Essa resolução ainda discorre sobre a importância de entender que somos todos humanos, independentes do gênero ao qual pertencemos e que devemos receber o respeito que nos é devido. Combater esse tipo de discriminação é luta e dever não somente das mulheres, mas de toda nós enquanto humanidade.

No próximo tópico abordaremos a Lei conhecida como Maria da Penha que, no Brasil, é apontada como uma das soluções para os problemas de violência contra mulher.

4.4 Lei Maria da Penha: avanço ou retrocesso?

Segundo o Ministério da Justiça, a Lei n. 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional e assinada em 7 de agosto de 2006 pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Seu nome provém de um caso particular que choca pela sua brutalidade, o caso da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, duas vezes vítima de tentativa de assassinato pelo marido e que ganhou

notoriedade ao apresentar o seu caso à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos). A história de Maria da Penha retrata a história de muitas brasileiras.

O sofrimento da biofarmacêutica era ainda maior por não existir uma lei que a protegesse de seu esposo. Quase 30 anos depois de ter ficado paraplégica, devido a um tiro de espingarda disparado pelo economista e professor universitário Marco Antônio Heredia Viveros, seu marido à época, a vítima viu uma lei ser criada contra a violência doméstica no Brasil.

A Lei Maria da Penha, em seu artigo 7º do capítulo II, considera:

> I- A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
> II- A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamento, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularizarão, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
> III- A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
> IV- A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
> V- A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Infelizmente, a violência contra mulher ainda é atual e faz parte do cotidiano de milhares de mulheres no Brasil. Embora receba o nome e tenha atrelado a sua história um caso particular de violência, a lei foi fruto da luta do movimento feminista.

> A lei n. 11.340 (Lei de Combate à Violência Doméstica) ou Lei Maria da Penha, como ficou conhecida, foi elaborada de modo atípico. Um grupo de seis entidades feministas reuniu-se em um consórcio e, durantes dois anos, discutiu e elaborou uma minuta do que seria uma lei adequada de combate à violência doméstica, nos moldes das reivindicações e sonhos presentes no movimento de mulheres feministas desde a década de 1970, quando resolveram dar visibilidade à violência contra a mulher e combate-la por todos os lados (CORTEZ, 2012 p. 277).

Os principais objetivos previstos na lei são o de prevenir (indicando ao Estado e à sociedade as políticas públicas necessárias para evitar a violência contra as mulheres), educar (mostrando os valores éticos, o respeito à dignidade da pessoa humana e a perspectiva de gênero, com programas educacionais e curriculares), mudar comportamento (promovendo uma real transformação nos valores sociais baseados nos direitos humanos) e punir (aplicando penas mais severas que as anteriormente aplicadas) (CORTEZ, 2012).

Com os objetivos claros, a lei também influenciou na criação de juizados especializados, centros de atendimento multidisciplinares, a criação de bancos de dados e pesquisas ordenados e nacionais importantes para estudos sobre o fenômeno da violência doméstica. A criação e manutenção desses locais e seus profissionais foi um avanço que merece reconhecimento. Entretanto, nem todos ficaram "contentes" com a Lei, alguns pesquisadores, como Azevedo (2008), revelam que no processo de elaboração da lei, muitos estudos foram desconsiderados, tanto de pesquisas feitas em âmbito nacional como internacional. Esses problemas abrem "brechas" para que o agressor saia impune, ou ainda, que inocentes sejam condenados. Nessa direção, seria necessário manter uma equidade, algumas melhoras, o que é comum dentro do quadro de leis da nossa Constituição.

É manifesto que a forma com que a lei foi elaborada reflete a ideologia da segunda onda do feminismo, que colocava a mulher sempre em posição de vítima. Como vimos anteriormente, esse posicionamento é tão prejudicial quanto o outro, pois coibi uma ação voluntária e pessoal da "vítima". No entanto, a melhoria trazida pela lei é notória, principalmente se buscarmos como a lei agia até um tempo atrás.

Em Roma, por exemplo, existia o *pater famílias*, instituto jurídico que expressava o poder indiscutível do homem sobre a vida e morte de todos os membros da família, da qual ele era a única pessoa plena de direitos. Um absurdo que influenciou nossas leis até o dia 10 de janeiro de 2002, quando foi sancionado e publicado o novo Código Civil Brasileiro.

Antes do código de 2002, lia-se nos código que o homem era o chefe da sociedade conjugal (Código Civil Brasileiro, art. 233, capítulo II: "O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.") (TELLES, 2012).

Sabe-se que no Brasil, até 1830, os homens podiam matar as mulheres consideradas adúlteras. Naquela época, era comum o uso do dispositivo legal que permitia aos maridos "emendar a mulher das más manhas pelo uso de chibatadas". Como aborda Telles (2012),

> Somente em 1993, na Conferencia Mundial de Direitos Humanos, promovida pelas Nações Unidas, em Viena, a violação dos direitos das mulheres, mesmo que ocorra

> no âmbito privado, foi reconhecida como violação dos direitos humanos, pois cabe ao estado garantir segurança e proteção à vida das mulheres (TELES, 2012, p. 33).

O direito de morte havia sido revogado, entretanto até 2002, o marido ainda era "dono" dos direitos de sua esposa. Por esse viés, as leis sancionadas e postas em prática, ainda que não estejam em sua total perfeição, marcam um significativo avanço na história de um país subdesenvolvido.

A lei tem trazido muitas mulheres que estavam à margem da sociedade para se integrarem novamente. Infelizmente, as mulheres ainda são o maior grupo discriminado da história da humanidade, seus direitos ainda são negados, e ainda são excluídas das tomadas de decisão em muitos setores, principalmente familiar. Legitimando a violência, o crime não existe, sem o conhecimento da existência de uma lei que proíba determinado crime, ele é legal, ou seja, não é crime. Hoje temos os atos violentos previstos e condenados em lei. Segundo Código Penal Brasileiro, o crime contra a mulher, que apresenta o maior número de denúncias, é o de lesão corporal, definido legalmente como "ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem" (CPB, art. 129). A lesão corporal é considerada grave quando resulta em:

> incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, quando ocorre perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aceleração do parto, incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente, aborto' (CPB, art. 129).

Mas além da lesão feita na pele "nua e crua", temos outros tantos tipos de violências praticadas incansavelmente e que cujas feridas e cicatrizes não estão no corpo, mas na alma das vítimas, estas são veladas e dificilmente trazidas a julgamento.

A maiorias das vítimas que procuram auxílio da justiça, o fazem por estarem sob risco de morte ou depois de terem sofrido diversas lesões corporais. Os dados que temos foram coletados de órgãos e juizados públicos, por meio dos registros de ocorrência. Infelizmente, acredita-se que o número de vítimas[15] de violência de gênero seja bem maior que os já contabilizados pela justiça, uma vez que nem todas as vítimas conseguem chegar a denunciar.

[15] Só no Brasil, 23% das mulheres estão à mercê da violência doméstica, segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

4.5 Fechando a seção

Neste capítulo, trouxemos um parâmetro do movimento feminista ao redor do mundo e, principalmente, no Brasil. Procuramos trazer o maior numero possível de abordagens feministas, a fim de encontrar uma abordagem feminista crítica.

Até chegar a abordagem feminista crítica[16], verificamos que não havia "uma teoria feminista", nem consenso no que confere aos principais pontos do movimento, entre eles a noção de gênero, tipologia da violência e por isso foi preciso optar por uma das abordagens. Nesse caso, o feminismo crítico.

Como vimos, os movimentos feministas como um todo foram muito importantes na construção identitária social feminina, na criação de leis e órgãos que auxiliam as mulheres em situação de risco. Vimos também que compreender o gênero é também entender a identidade feminina.

Dividimos os tópicos em quatro pontos, culminando com a Lei Maria da Penha. Outro conceito central, gênero, e o que seria a violência de gênero contra a mulher.

Por fim, esse panorama nos ajudará no momento da análise sociodiscursiva, no que concerne as relações de poder e tipos de violência praticados contra as vítimas identificadas nas narrativas de "eu".

[16] Entendemos como feminismo crítico como uma linha de pensamento que abrange esse que é o fio condutor entre todos os enfoques feministas, a criticidade. Por ser uma releitura nossa das ultimas linhas feministas existentes no Brasil, não está embasado em um movimento feminista específico.

Hoje o meu amor veio me visitar

E trouxe rosas para me alegrar

E com lágrimas pede pra voltar

Hoje o perfume eu não sinto mais

O meu amor já não me bate mais

Infelizmente eu descanso em paz!

Tudo era lindo no começo lembra?

Das coisas que me falou que era bom, sedução.

Uma história de amor, vários planos, desejos e ilusão.

E daí?

[...]

Hoje o meu amor veio me visitar

E trouxe rosas para me alegrar

E com lágrimas pede pra voltar

Hoje o perfume eu não sinto mais

O meu amor já não me bate mais

Infelizmente eu descanso em paz!

(Grupo Atitude Feminina)

CAPÍTULO III

5 PERCURSO DE ANÁLISE: a (re)(des)construção das identidades femininas nas narrativas do “eu”

Este capítulo apresenta as análises dos textos retirados da ferramenta “comentário”, presente no site da G1.com, mais especificamente, em seus programas de notícias; e a análise delas para o entendimento da prática social e da constituição das esferas identitárias e seus respectivos sujeitos.

O capítulo inicia com apontamentos sobre a realização das identidades nas narrativas do “eu”, e a partir disso, as análises seguirão em dois tópicos principais. O primeiro tópico diz respeito às identidades e sujeitos que se movem por meio dos processos (categorias linguísticas). O segundo tópico, por sua vez, envolve a formação das relações de poder que estão amalgamadas aos tipos de violência sofridos pelas vítimas.

Sendo uma pesquisa em Linguística Aplicada, as análises estão fundamentadas nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso, por meio da Abordagem Sociológica e Comunicacional. Como toda análise em ACD, parte da percepção de um problema que, geralmente, está fundamentado em relações de poder e na naturalização de discursos de uma minoria transformada em universais. Desse modo, nossa pesquisa apresenta uma discussão importante, não só acadêmica mas de relevância também social, no que diz respeito às práticas das políticas públicas quanto a (des)(re)construção das identidades de mulheres vítimas de violência de gênero. Para a análise da materialidade linguística, a ASCD, abordagem que se filia a ACD, toma como aporte teórico a Linguística Sistêmico-Funcional e suas categorias analíticas.

Dessa forma, ver-se-á a prática social da violência, para desnaturalizá-la. Para tal desemprenho, conforme metodologia descrita no capítulo específico, foram analisadas 20 narrativas de vítimas desse tipo de violência.

5.1 Narrativas do “eu”: identidade (re)velada

Trabalhamos com o pressuposto de que, ao relatar suas histórias por meio das narrativas do “eu”, podemos perceber no discurso a lógica dos sujeitos interagindo na construção das esferas identitárias das vítimas de violência de gênero. É sob essa percepção que entendemos que as esferas identitárias das vítimas são, não somente desconstruídas

durante o evento da violência, mas como também reconstruídas por ele e após ele. Isso revela a fluidez na formação da identidade. Isto é, a solidez da identidade se rompe, torna-se líquida para voltar a solidificar-se, em uma constante mudança de estado (BAUMAN, 2000).

Em concordância com esses posicionamentos, neste capítulo, serão analisados depoimentos de mulheres que sofreram ou sofrem de violência de gênero, especificada no capítulo II desta dissertação, por meio de narrativas provindas do recurso virtual dado em programas de notícia do G1.com, exclusivamente da ferramenta "comentários", como mostrado no capítulo metodológico. O objetivo é investigar, no âmbito das práticas discursivas e sociais, os processos de (des)(re)construção identitária em produções de narrativas de mulheres vítimas de violência de gênero. Com esse objetivo geral, demonstrar-se-ão as relações de poder que envolvem essas mulheres e as impelem a determinadas construções identitárias; e, a partir desse objetivo geral, serão desdobrados os seguintes objetivos específicos: caracterizar os sujeitos dos textos nas narrativas; identificar as identidades coletivas e as esferas identitárias individuais; demonstrar as relações de poder que envolvem essas mulheres e as impelem a determinadas construções identitárias.

Como descrito no capítulo I, as narrativas não são apenas relatos, mas uma forma com a qual "o indivíduo constrói uma narrativa do sujeito, pela qual ele explica para si mesmo o seu mal-estar identitário e projeta o que ele considera fazer para o aliviar" (hipótese 5).

No momento em que a vítima dá o seu depoimento virtual na ferramenta "comentários", ela está efetuando duas ações: a primeira é explicar para si o seu mal-estar, ou seja, caminha em direção à compreensão; a segunda é projetar o que ela considera fazer para confortar-se, isto é, procura o alívio. Nessa segunda ação, podemos ter três ações distintas: de desistência, de compensação e de perseverança (BAJOIT, 2012).

Para Conti (2005), a ruptura entre o ideal e a realidade é o que, geralmente, incita a produção de uma narrativa do "eu". O mecanismo que leva as pessoas a narrativizarem suas experiências particulares está muito próxima à relação dessas consigo mesmas e com a sociedade, no momento em que essa relação entra em colapso, fruto da desestruturação do que ela entendia como "certo", começa o processo de narração.

Por meio da narrativa, observamos claramente a naturalização das ideologias, as relações de poder, podemos nos aproximar da experiência do narrador, tal como ela é vivida por esse (DE CONTI, 2005). É por ela que recuperamos as informações extra-narrativas vivenciadas pelo indivíduo: o destino social em que ele se engajou como resultado de sua socialização (hipótese 1); as expectativas relacionais de reconhecimento social e de realização pessoal que foram rompidas/frustradas gerando a necessidade de narrativizar (hipótese 2); a

formação identitária gerada a partir das expectativas satisfeitas e das insatisfeitas que alimentaram tensões existenciais nas zonas periféricas dessa identidade (hipótese 3); e os mal-estares identitários que o incitaram a questionar novamente o destino no qual ele estava engajado, outro ponto que o impele a narrativizar (hipótese 4). A narrativa é, portanto, o meio pelo qual o indivíduo tenta aliviar essas tensões (hipótese 5) para poder construir as razões do sujeito: as suas motivações para passar ao ato e as resistências que se lhe opõem (hipótese 6); praticar os recursos psíquicos que enfraquecem as suas resistências e lhe permitam executar atos libertadores (hipótese 7); e, finalmente, passar a ser "agente", ou seja, ele redefine as suas relações sociais, passa ao ato, e paga o preço da sua libertação sempre parcial (hipótese 8) (BAJOIT, 2012).

Vimos no capítulo II que há estágios de violência e que a vítima nem sempre reconhece que está sob o jugo da violência, presa, consequentemente, em um círculo vicioso. Nesses casos, não há um depoimento, pois o sujeito não considera o "mal-estar" como real. Somente quando ela se percebe em meios aos ataques e percebe o mal-estar/ruptura entre o que era ideal e sua realidade que pode produzir seu depoimento, ou seja, ele precisa passar pela hipótese 4.

Alguns depoimentos são narrativas de sucesso, na qual são relatados os meios pelos quais ela pôde se rebelar contra o sistema e sair da posição de vítima, mostrando a perseverança ou a compensação por meio da narrativa de alívio. Essas narrativas são as que conseguem partir para a oitava hipótese bajoitiana, na qual se passa ao ato: "ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial!" (BAJOIT, 2012).

Outras narrativas são somente uma explicação que elas dão para si mesmas de seu próprio mal-estar, uma tentativa de provar para si e para a sociedade que ela não teria como sair da posição de vítima e para se aliviar se abstém de uma ação, versa pelo caminho da desistência, portanto, elas não saem da hipótese 5.

Vejamos o quadro demonstrativo abaixo[17]:

[17] Algumas expressões estão grifadas em negrito para mostrar os processos que indicam o tipo de narrativa (persistência ou desistência).

Quadro 7: Resumo dos tipos de narrativas pessoais

NARRATIVAS PESSOAIS	
NARRATIVAS PERSISTENTES E DE COMPENSAÇÃO	NARRATIVAS DE DESISTÊNCIA
N1 - Sou Farmaceutica – Bioquimica, e fui violentada pelo meu ex companheiro durante nove anos, a ultima agressão ele quebrou meu braço em Fevereiro deste ano, não aguentava mais e **tive a coragem de denunciar,** pedir apoio da minha familia que nunca desistiu de mim e sempre me alertaram e não aceitavam essa relação.[...]	N2 - Sofro há 12 anos com meu marido, ele não bebe e faz tudo de cara limpa é um típico psicopata, me bate muito até desmaiar, desta última semana perfurou meu tímpano e quebrou os ossos do ouvido, perdi minha audição, **se eu merecer me ajudem por favor por que vou acabar morrendo.**
Comentário: a vítima percebe a situação de violência, e sujeito da ruptura, decidindo-se sair da posição de vítima, rebelando-se contras amarras.	Comentário: Percebe a situação de violência, mas não consegue sair da posição de vítima, colocando uma "condição" (se) para receber ajuda, ou seja, considera que a violência seja merecida e acha-se incapaz de sair da situação de violência sozinha, então desiste de lutar.

Fonte: a autora.

Na mesma dinâmica, percebemos que a narrativa do "eu" é também uma organização temporal da experiência humana, essa narração está sempre voltada para um passado, isto é, é vivido em um tempo anterior à narrativa (o que não significa que a vítima não está ainda sofrendo de violência), mesmo que esse tempo não esteja datado cronologicamente; existem elos que se dão pela regência de uma causalidade repleta de significados imposta ao narrador em seu ato de narrar.

As mulheres que decidem contar sua história no ambiente virtual estão compartilhando sua história com outras pessoas e, no caso de nosso *corpus,* o fazem pelo incentivo dado pela reportagem sobre violência, um evento repleto de significados para elas, uma vez que outras mulheres que estão passando ou passaram por situações semelhantes as suas estão expostas no momento da reportagem. A empatia com outras vítimas as

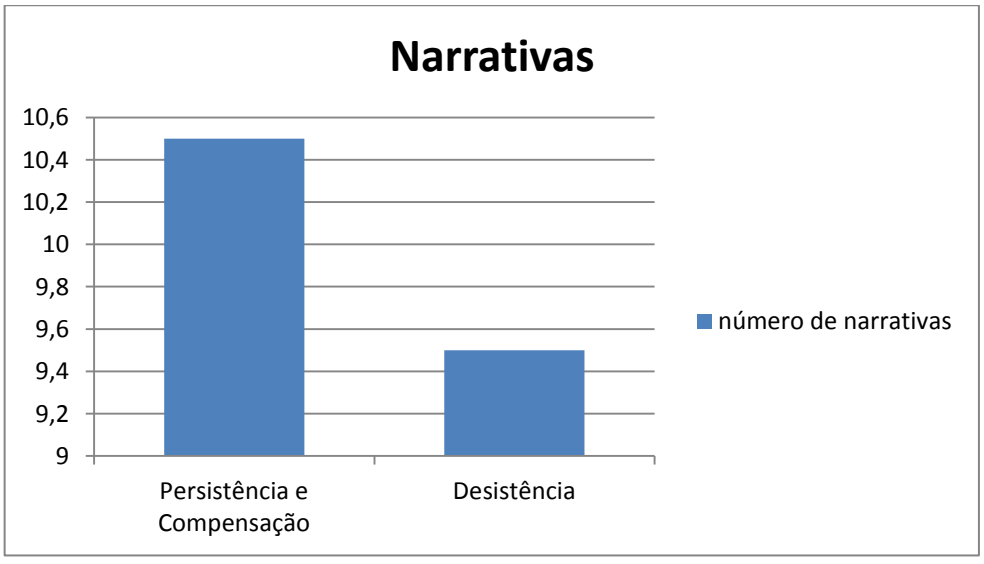
impulsionam a narrar sua própria história, isso mostra engajamento. Tejerina (2010, p. 85) reforça que ativistas que viveram de maneira mais intensa ou mais traumática determinadas situações tendem a um maior comprometimento com a causa e as consequências de suas lutas são mais duradouras, pois estão no núcleo do movimento social.

Nessa direção, as narrativas que mostram um sujeito rebelde contra o sistema patriarcal é também um grupo que busca apoio de seus pares e busca mudança, não só em sua história particular mas também uma mudança coletiva.

As narrativas em que o agressor tem maior visibilidade, seus processos, principalmente os materiais, são postos em destaque e são mais frequentes que os processos praticados e vividos pela vítima (“bebe”; “faz tudo de cara limpa”; “quebrou”; “bate”; “perfurou”; “quebrou”, dentre outros[18]).

Por meio dos processos relacionais (“é um típico psicopata”; “fui violentada”, exemplos de N2) e mentais (“sofro há 12 anos”, exemplo de N2; “já sofri agressão física varias vezes pelo meu marido”, exemplo de N8) vivenciadas pelas vítimas e nos processos materiais (“desta última semana perfurou meu tímpano e quebrou os ossos do ouvido”, exemplo de N2) praticados pelo agressor, podemos perceber que nas narrativas de desistências a vítima não consegue avançar nas hipóteses, ela estaciona na hipótese 5, na qual procura apenas aliviar suas tensões, exteriorizando-as. Dentre as narrativas analisadas, encontramos o seguinte gráfico de narrativas do “eu”:

Gráfico 1: Narrativas de desistência x narrativas de persistência e compensação



Fonte: a autora.

[18] Exemplos retirados da N2.

A maioria das narrativas é de persistência (11), comparadas as de desistência (9). Isso nos mostra que a maioria das mulheres que chegam à hipótese 5[19] e narram suas tensões, conseguem passar para a hipótese 8[20], na qual se tornam agentes de suas ações. Ainda assim, o número de vítimas que não conseguem passar da hipótese 5 é muito grande.

Nessas narrativas de desistência, temos um alto índice de apelo por ajuda, em alguns casos, mais diretos como em N2: "se eu merecer me ajudem"; ou de maneira mais indireta como em N6: "é uma situação muito difícil de sair"; N8: "acho que a lei deveria ser mais rigorosa pra que as mulheres tenham mais vontade pra fazer a denuncia e que tenham a certeza de que estarão seguras"; N10: "para este tipo de violência, a Justiça fecha olhos e ouvidos" e N11: "ainda tenho muito medo dele me fazer algum mal ou a minha filha".

Uma das categorias utilizadas no momento de análise crítica é a linguística. Como proposto no capítulo metodológico, trabalharemos o sistema de transitividade, que faz parte da metafunção ideacional, mais precisamente da experiencial, para dar conta da materialidade dos textos. Ressaltamos, contudo, como na análise crítica discursiva, as categorias linguísticas não são foco principal, elas servem de base para analisar o discurso.

Para começar a análise, precisamos das categorias linguísticas sob a perspectiva da GSF, nesse passo, precisamos retomar os conceitos que trabalhamos no capítulo teórico. Se voltarmos ao quadro 4 (p.54 desta dissertação), veremos que temos três componentes na oração: processos, participantes e circunstâncias, sendo o processo o elemento central da oração, sob o qual orbitam os demais elementos. Embora o processo seja o elemento central, os participantes e as circunstâncias são de suma importância na compreensão da análise, pois são as circunstâncias da violência que interagem diretamente na desconstrução identitária e os participantes são, como diz o próprio nome, os que participam dos processos diretamente na ação ou sendo afetados por ele.

Temos então o seguinte quadro analítico:

[19] Constituição da narrativa do sujeito: "O indivíduo constrói então uma narrativa do sujeito, pela qual ele explica para si mesmo o seu mal-estar identitário e projeta o que ele considera fazer para o aliviar." (BAJOIT, 2012)

[20] Redefinição da prática das relações sociais. "Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial!" (BAJOIT, 2012).

Quadro 8: Resumo dos elementos da oração

Processo	Participante	Circunstância
Ação, indicando a experiência se desdobrando através do tempo. Ex: SOFRO (N2)	Pessoas as quais levam à ocorrência do processo ou são afetadas por ele. Ex: "EU" DA VÍTIMA EM ELIPSE	O modo, o tempo, o lugar, a causa, o âmbito em que o processo se desdobra. Ex: HÁ 12 ANOS

Fonte: a autora.

Dito isso, passemos aos depoimentos presentes na ferramenta "comentário" dos sites visitados.

5.2 A dinâmica dos sujeitos: as esferas identitárias e as zonas de tensão

É necessário ressaltar que não há como analisar essa construção identitária sem entender, antes de tudo, que não se trata de um mapeamento de uma estrutura invariável; pois ao verificarmos, por meio da materialidade dos textos e das categorias linguísticas evidentes, percebemos que não há um sujeito estável, imutável, mas um sujeito fragmentado (MOITA LOPES, 2006). Isso posto, podemos analisar sem cair na falácia de engessar a identidade, categorizando-a, meramente.

Não se trata de simplesmente verificar o sujeito, retirá-lo do texto e colocá-lo em gavetas ilusórias, para suprir uma necessidade acadêmica de categorização, ou recair no erro de confundir o sujeito discursivo com o indivíduo empírico. Ao buscarmos apontar os sujeitos no discurso e as transformações que movem sua identidade, estamos também desnaturalizando o discurso da violência de gênero e mostrando que a identidade pode, e até certa instância deve, se mover.

Esse discurso de apologia à violência que ecoa ainda, perpetuado, mesmo que camufladamente, no seio de nossa sociedade é legitimado por diversas práticas sociais que o compõem. Temos músicas, propagandas, discursos políticos, dentre outros, que engendram e cristalizam essa "sociedade patriarcal". Para que haja uma mudança, é preciso dar voz aos oprimidos (FAIRCLOGH, 2001) e, mais que isso, é preciso fazê-los conscientes de seu papel como agentes de suas vidas.

Pesquisar sobre a dinâmica dos sujeitos nos depoimentos de vítimas de violência de gênero é mais que uma categorização, é um caminho de luta por mudança social. Não há uma pesquisa útil que não se revista de uma prática transformadora. Não há análise crítica útil que

se resuma a formalidade de dar resultados científicos aos pares. Nas palavras de Moita Lopes (2006), um dos mais influentes pesquisadores em LA, é crucial fazer pesquisa com a finalidade de apresentar propostas relevantes para os problemas sociais e não somente cumprir com a tradição de apresentar resultados, como forma de legitimá-los.

Não acreditamos que exista apenas uma identidade, mas grandes esferas que, por sua vez, formam conjuntos de possíveis identidades – como aponta o capítulo I desta dissertação. Eis a razão de termos chamado de 'esfera identitária' (desejada, atribuída e comprometida) (PEDROSA, 2012b), e não identidade desejada, identidade atribuída e identidade comprometida, assim como Bajoit o faz (2008, 2006, 2009). Por meio das zonas de tensões (capítulo I) que têm a função de precisar melhor, para nós, identidades mais pontuais, vemos a dinâmica de gestão dessas esferas.

Assim, não identificamos uma identidade especifica, mas várias identidades. Se atentarmos para a esfera desejada, por exemplo, veremos que existem múltiplas possibilidades; dependendo do que o sujeito deseja para si, assim, não teríamos uma identidade desejada, porém várias.

No momento que o indivíduo decide narrar sua história, ele demonstra que passa por tensões nas zonas identitárias, a "crise de identidade" (HALL, 2005). Essa crise, caso o indivíduo consiga chegar a hipótese 8, pode engendrar uma mudança. O processo mais amplo de mudança desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abala os quadros de referência, uma vez abalada essa estrutura, as zonas de conforto que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social também são abaladas, tornam-se "fluidas" (BAUMAN, 2005).

As narrativas mostram que nem sempre teremos uma consonância entre as esferas identitárias. Outro fato constatado é que nem sempre aparecem as três esferas identitárias. Em alguns casos, conseguimos apenas mapear as esferas comprometida e atribuída, ficando a esfera desejada apagada no discurso. Ou simplesmente, essas esferas se chocam criando sujeitos marginalizados.

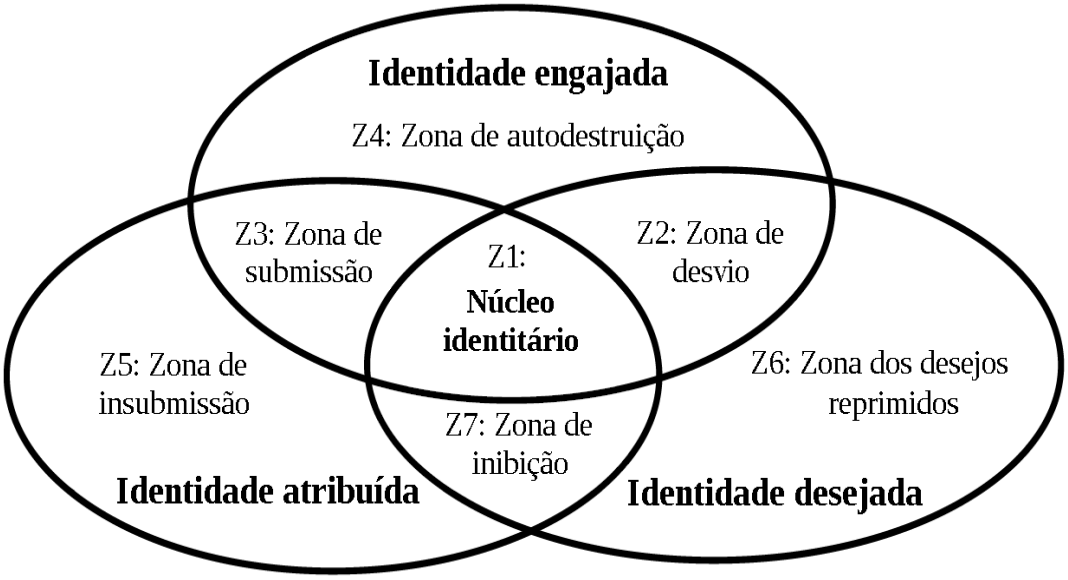
Bajoit (2009) mostra-nos que para ter uma identidade pessoal, o indivíduo busca uma estrutura de reconciliação entre as três esferas, a quem ele chama de desejos ou objetivos: desejo de realização pessoal (esfera desejada), desejo de reconhecimento social (esfera atribuída) e desejo de consonância existencial (esfera comprometida). Temos, então, a seguinte estrutura:

Figura 5: Articulações entre os objetivos do sujeito e as esferas identitárias

Fonte: retirada de Pedrosa, 2012c, p. 9.

Quando há concordância entre as esferas, ou seja, quando as três esferas identitárias apresentam pontos de inter-relação, parcialmente, elas se recobrem, temos a presença de mais de um sujeito que agem de forma harmônica. Essas esferas agem de acordo com as tensões criadas nas zonas, descritas no capitulo I. Vejamos novamente a figura 3:

Figura 3: Esferas identitárias e zonas de tensão



Fonte: BAJOIT, 2009, p. 14.

Em N1, por exemplo, temos trinta e oito processos diferentes, e vemos que as esferas identitárias agem concomitantemente. Talvez por ser a narrativa mais longa, podemos notar todas as esferas interagindo e vários sujeitos – expostos logo abaixo – aparecendo no momento do discurso.

N1:

Sou Farmaceutica – Bioquimica, e *fui violentada* pelo meu ex companheiro durante nove anos, a ultima agressão ele *quebrou* meu braço em Fevereiro deste ano, *não aguentava* mais e *tive* a coragem de denunciar, *pedi* apoio da minha família que nunca desistiu de mim e sempre me alertaram e não aceitavam essa relação.
Sofri tantas agressões que se eu *fosse relatar* todas talvez a noite seria curta para contar. Ele *foi preso* pela Lei Maria da Penha *pegou* 6 anos e 11 meses, *passou* 3 meses em regime fechado e hoje *tá* no semi-aberto e hoje *tenho* paz.
Quero dizer que a mulher quando *é* agredida ela *se recolhe* para sofrer e sofre calada é muito difícil aceitar o que *passamos*, *temos* vergonha, medo do agressor,
medo da repressão da família e de expor uma situação de fracasso para nós mesmas, é muito fácil para quem tá do lado de fora julgar e falar, mas como você que *é* uma mulher formada, bem estruturada finaceiramente *aguentou* tudo isso, *se envolveu* com um cara que *não tinha* nada para te *oferecer* só te *usou*, e te *espancou* todos estes anos, mas só nós que *sofremos* com eles é que *sabemos* que eles são doentes, e
nos *adoecem* juntos com eles e *acabamos vivendo* controladas, fracas eles *sugam* até nossas almas, tudo o que podem eles *tiram* de você, é um ciclo vicioso e quando você *se ver* longe de tudo isso você ainda *não consegue* se livrar das marcas que eles nos deixam, das feridas que *demoram* para sarar, é uma doença da alma e que *leva* tempo para curar, não *tem* um só dia que eu *não acordo* no meio da noite assustada,
mas *me ajoelho* e *oro* para Deus e *agradeço* por ter sido só meu braço e não minha vida.[21]

A primeira Esfera, Atribuída, é resgatada pelo destino social narrado pela vítima: "a mulher quando *é* agredida ela *se recolhe* para sofrer e sofre calada" (linha 8). Os processos matérias e relacionais, respectivamente, "se recolher" (linha 8) e "é agredida" (linha 8) apontam para a Esfera Atribuída, no qual a vítima mostra o sentimento de reconhecimento social, ou seja, "sofrer calada" (linha 8) é a única alternativa, pois se tem "vergonha, medo do

[21] Todos os processos em itálico ou negrito nesse e nos outros quadros das narrativas são grifos feitos pela autora.

agressor, medo da repressão da família e de expor uma situação de fracasso para nós mesmas" (linhas 9 -11), a vítima busca realizar o que ela pensa que a sociedade (os outros) espera dela, expor a violência é também expor o fracasso nos papéis de "esposa" e de "mulher". Temos, então, a presença de dois sujeitos: primeiro, um sujeito conformista, ou seja, ela aceita seu destino social, acredita que o que esperam dela é legítimo, ou que não vale a pena enfrentar as instituições; entretanto, no decorrer da narrativa, percebemos a presença do sujeito rebelde, ela chega à conclusão de que não é justa sua situação, e parte para a hipótese 8, passa ao ato, rebela-se contra o agressor, enfrenta seus medos e liberta-se. Nessa direção, o que seria uma narrativa de desistência, mostra-se uma narrativa de persistência.

Temos algumas zonas cruzando-se nessa esfera. A Z3[22], chamada Zona de submissão obrigada, seu próprio nome adverte de que nessa zona, o sujeito tem uma obrigação social, são projetos que o sujeito realiza contra sua vontade para atender às expectativas sociais como "sofrer calada". Outra zona que se manifesta é Z5[23], quando ela abre mão do "sofrer calada" e passa a denunciar o agressor, é a zona da insubmissão.

Por meio dos processos mentais e relacionais expostos nas narrativas, podemos resgatar a Esfera Desejada, que aponta para o sentimento de realização pessoal do indivíduo. Estamos na esfera dos desejos, da auto-realização. Diante de todas as tensões existenciais e do modelo cultural e social do qual o indivíduo faz parte, a vítima procura atender a seus projetos, "*não aguentava* mais e *tive* a coragem de denunciar", instaurando, assim, o sujeito autêntico. Vemos então as zonas Z2[24], zona de desvio, e Z7[25], zona de inibição, em confluência.

Na Z2, a vítima abre mão de um possível reconhecimento social por ser uma mulher "Amélia" em prol de sua realização pessoal, de sua libertação. Também temos a Z7 na tensão do sujeito, verbalizada no momento da narrativa, por ter renunciado seus projetos, "mas como você que *é* uma mulher formada, bem estruturada financeiramente *aguentou* tudo isso, *se envolveu* com um cara que *não tinha* nada para te *oferecer* só te *usou*, e te *espancou* todos estes anos", ela precisava quebrar o círculo.

---

[22] Z3 - "*do que o indivíduo se obriga a ser ou a fazer"* a fim de responder ao que os outros esperam dele, ou seja, o reconhecimento social.

[23] Z5- Opostamente, a tensão pode vir "*do que ele se recusa a ser ou a fazer"*, que responderia àquilo que ele acredita estaria atendendo às expectativas dos outros, no entanto ele sabe ser adverso aos seus desejos.

[24] Z2 - A tensão também pode ser suscitada a partir "*do que ele é ou faz para responder aos seus desejos"* de realização pessoal, embora ele saiba ser isto contrário ao que os outros esperam dele.

[25] Z7 - Contrariamente, a tensão pode ser resultado *do que ele não é ou não faz*, mesmo que isso estaria em conformidade com as expectativas dos outros e suas próprias expectativas de realização pessoal

Além das Esferas já mencionadas, temos também a Esfera Comprometida, que corresponde ao sentimento de consonância existencial. Nessa Esfera, o indivíduo busca conciliar o que ele deseja com o que ele julga que os outros esperam dele.

Além das Esferas já mencionadas, temos também a Esfera Comprometida, que corresponde ao sentimento de consonância existencial. Nessa Esfera, o indivíduo busca conciliar o que ele deseja com o que ele julga que os outros esperam dele.

Nessa Esfera temos a Z6[26], Zona de repressão ou de projetos renunciados, "é a zona de tensão em que o sujeito renuncia (consciente ou inconscientemente) seus projetos, mesmo sem ter tentado, pois foi vetado por outros (ou pelo mundo sociocultural)" (PEDROSA, 2012b). Temos, então, um sujeito inovador, pois começa do zero, quando a vítima afirma "HOJE tenho paz" (grifo nosso), ela diz que não tem mais a mesma vida, teve que refazê-la, mas que isso é bom, pois mudou sua vida para melhor. Outro fator que corrobora para o aparecimento de um sujeito inovador é que a vítima percebe que o projeto que elegeu para si anteriormente não é o que ela esperava, "nós que sofremos com eles é que sabemos que eles são doentes, e nos adoecem juntos com eles e acabamos vivendo controladas, fracas eles sugam até nossas almas, tudo o que podem eles tiram de você, é um ciclo vicioso". Nesse trecho, ela consegue ser autocrítica, isso ajuda a reconstruir, uma vez que não se deseja voltar para o fracasso anterior.

Em N7, também temos uma narrativa do "eu" de persistência, alcançando a hipótese 8.

N7:

Bom, infelizmente eu *sofri* violência verbal durante todo o tempo que *namorei* e depois de casada *vim a sofrer* agressão física. *Resolvi* dar um fim nesse sofrimento depois da 3ª vez que *apanhei*. *Estou* separada e *esperando* o divórcio sair. Meu casamento durou 3 meses, mas *não me arrependo* de ter tomado essa decisão. *Não nasci* para apanhar! *Nasci* pra ser feliz e amada! E sinceramente, *acredito* que é melhor estar só do que má acompanhada. Que Deus dê força para todas as mulheres que estão passando por isso. Eu *estou* sendo curada interiormente por Ele! Só Deus pode curar os nossos corações!

[26] Z6 - Quando a tensão vier *"do que ele desiste de ser ou fazer"* mesmo respondendo aos seus desejos (conscientes ou inconscientes), mas que ele acredita não atende às expectativas dos outros.

A maioria dos processos é relacional e mental: “resolvi”, “acredito”, “esperando”, ”estou”, “sofri”. Esses processos nos mostram claramente uma Esfera Desejada, a busca de realização pessoal. Temos um sujeito autêntico e, na lógica autotélica, a autorealização vem em primeiro lugar, “não nasci para apanhar! Nasci pra ser feliz e amada!”, e atender a paixão é o que o move.

A presença do processo material “apanhei”, sob a circunstância “pela 3ª vez” (linha 3), mostra que houve um espaço de tempo em que a vítima vivenciava um “destino social” (hipótese 1). Esse processo nos mostra a Esfera Atribuída, na qual, o sujeito era conformista, para logo em seguida, transformar-se em um sujeito rebelde, resgatamos esse dado por meio do processo mental “resolvi” e “não me arrependo”. Podemos verificar o mesmo trajeto em outras narrativas como em N4, N5, N12, N13, N17, N18, N19 e N20 (consulte quadro abaixo), todas narrativas de persistência.

O movimento entre as Esferas segue uma linearidade, todas que se transformaram em sujeito rebelde, começaram com um sujeito conformista na Esfera identitária Atribuída. Como mostra o quadro abaixo:

Quadro 9: Resumo da Esfera Atribuída e seus sujeitos nas narrativas do “eu” de mulheres vítimas de violência de gênero

Esfera Atribuída	
Sujeito conformista	Sujeito rebelde
N1: “durante nove anos, a ultima agressão ele quebrou meu braço em Fevereiro deste ano”.	N1: “não aguentava mais e tive a coragem de denunciar”
N4: “Sentimentos de culpa, humilhação, baixa auto-estima *tomavam* conta de mim.”	N4 “Depois de muito *refletir* e com a ajuda da minha família e uma grande amiga, *decedi* sair de casa. *Peguei* minha filha, alguns pertences e *saí* sem *olhar* para trás”.
N5: “Bom, vivi com meu companheiro há 12 anos, estes 12 anos sempre houve agressões, sempre ele prometia parar, não fazer mais, e sempre acabava fazendo novamente”	N5: “No dia seguinte fui diretamente a delegacia da mulher prestar queixa, fiz e pedi uma medida protetiva q foi liberada e cumprida, vieram tirar ele de casa”

N12: “Eu sou vitima de Agressão pro varias vezes mesmo estando gravida, pós parto, e até o meu filho, mesmo com muitas ameaças”	N12: “*denunciei* (...) Eu não confio nele de jeito nenhum. Hoje não amo, odeio”
N13: “Fui gravemente agredida por todos meus ex maridos e namorados, sempre fiz a linha medrosa, covarde, submissa”	N13: “Mas no ultimo denunciei 03 vezes ele está preso. Apanhei tanto que reagi.”
N17: “Quando me casei, larguei meu trabalho para ser secretária do meu marido”	N17: “depois de muito apanhar resolvi registrar queixa na Delegacia da Mulher. (...) Consegui na Justiça a separação de corpos”
N18: “Mas o fato é que desde o início do meu casamento volta e meia os desentendimentos terminavam em violência física. A gente se separava e depois voltava.”	N18: “No Carnaval, quando ele me bateu, acabei explodindo e expondo todo mundo exatamente da maneira que sempre lutei para evitar”
N19: “Agüentei esse tipo de coisa seis anos (...) Eu continuava achando que ele precisava de ajuda e que eu era a única pessoa que podia ajudá-lo”	N19: “No dia em que tive medo, saí de casa. Saí também da minha cidade, e só consegui voltar quase vinte anos depois. Foi tamanho o bloqueio que não conseguia lembrar das coisas ligadas ao casamento. A violência soterra lembranças, doçura, meiguice. Mas é possível se restaurar, juntar os cacos, sem ficar dura e empedernida para sempre.”
N20: “Durante seis meses minha vida foi muito boa. Depois ele passou a beber demais e começaram as agressões. Foram três (...) Depois pediu desculpas e eu dei mais uma chance”	N20: “Saí de casa e decidi dar queixa”

Fonte: a autora.

Também observamos que nem sempre o movimento é possível. Em algumas narrativas, os sujeitos conformistas se mantiveram, sem que houvesse um avanço para o

sujeito rebelde. Isso aconteceu nas narrativas: N3, N6, N7, N15. O movimento também não foi possível em narrativas cujo sujeito era adaptador, como é o caso de: N8, N11, N14, N18.

Em relação a essas mesmas narrativas, cujo sujeito se movimenta de conformista para rebelde, identificamos que na Esfera Desejada, temos os sujeitos: autêntico, consequente e o estrategista; por sua vez, na Esfera Comprometida, os sujeitos: inovador e o pragmático. Vejamos o quadro:

Quadro 10: Resumo dos tipos de sujeito das Esferas Desejada e Comprometida

Esfera Desejada	Esfera Comprometida
N4: "estou fazendo planos para o futuro e tentando superar as mágoas, porque, infelizmente, ainda dói muito. Não é fácil sair dessa situação, mas é possível, só precisamos acreditar." ***sujeito autêntico*** ***fazer planos para o futuro é uma característica do sujeito autêntico.***	N4: "Peguei minha filha, alguns pertences e saí sem olhar para trás. Hoje, estou fazendo tratamento psicológico e psiquiátrico e luto na justiça pela partilha dos bens, pois ele me proibiu de pisar na minha própria casa, a qual batalhei muito para construir. Com toda ajuda e carinho que tenho recebido, voltei a viver, trabalho em paz, cuido da minha filha" ***sujeito inovador*** ***A vítima começa do zero, característica de um sujeito inovador***
N5: "até agora ele ja me implorou para voltar, diz q vai mudar, q me ama, faz mil promessas, não vou negar gosto muito dele pois ele é o pai dos meus filhos, falo com ele ,nos vemos .mas não acredito q ele vá mudar" ***Sujeito estrategista*** ***A vítima mantém o contato porque lhe é conveniente, mas afirma que "não acredita" e nem volta para seu agressor. Conciliar é uma característica do sujeito estrategista***	N5: "apesar de gostar dele não tenho coragem de voltar a morar juntos" ***Sujeito pragmático*** ***Pragmática, a vítima reconhece que mesmo que goste ainda de seu ex, não pode voltar ao ciclo de violência***

N8: “Acredito que a mulher só se liberta se ela for embora. porque varios casos já foram mostrados de mulheres que foram agredidas, denunciam os companheiros e acabam mortas. acho que a lei deveria ser mais rigorosa pra que as mulheres tenham mais vontade pra fazer a denuncia e que tenham a certeza de que estarão seguras”. **Sujeito *estrategista*** ***A vítima, por acreditar que as mulheres que denunciam são mortas, não opta pela denuncia, mas cria estratégias para sair da situação de violência.***	N8: “ja sofri agressão fisíca varias vezes pelo meu marido, mas não o denuciei pelo fato de que as leis não vão resolver muita coisa. Acredito que a mulher só se liberta se ela for embora”. **Sujeito *pragmático*** ***Pragmática, a vítima reconhece que mesmo que não pode denunciar, mas também não pode continuar a sofrer, logo, a solução é ir embora.***

Fonte: a autora.

É interessante verificar que na Esfera Desejada não encontramos nenhum sujeito altruísta, ou seja, capaz de negar a si mesmo para viver uma vida de serviço em prol do outro, isso porque essas narrativas são progressivas, no sentido de que as vítimas entendem seu “destino social” e inicialmente se conformam a situação imposta a elas, pois preferem os valores tradicionais que acreditam ser seguros, elas buscam o reconhecimento social, serem vistas como “boas esposas”, “boas mães” que não desistiram facilmente de seus relacionamentos em prol da família. Contudo, não permanecem nessa linha de pensamento, logo se tornam sujeitos rebeldes.

Isso revela que na Esfera Identitária Desejada os sujeitos que movem são: estrategistas ou autênticos. Aquelas que tentam conciliar sua situação, entre o desejo de viver seus ideais de vida feliz e o serviço ao outro, como imposição que precisa ser vivida para ter o reconhecimento social, são sujeitos estrategistas, vive os dois extremos, agindo sempre “diplomaticamente”. Enquanto que as vítimas que se rebelam contra o sistema e decidem que o reconhecimento social não é tão importante quanto seu desejo de ficar em primeiro lugar em sua própria vida, dando aos seus projetos e seus ideais um lugar especial, elas procuram a realização pessoal, logo mostram um sujeito autêntico.

Vejamos mais alguns exemplos, no quadro seguinte:

Quadro 11: Resumo dos tipos de sujeito das Esferas Desejada e Comprometida

N11: "Fui agredida por quase dez anos pelo pai da minha filha, inclusive durante a gravidez, qdo pedi a separação ele me ameaçou de morte e colocou uma faca no meu pescoço, resolvi contar pra minha família que me ajudou e hj estamos separados a um ano" **Sujeito *estrategista*** ***A vítima, mesmo com medo do parceiro, vê que não pode continuar na violência, então opta por pedir ajuda à família.***	N11: "Sou completamente independente dele, mas vivo uma vida de cárcere privado dentro do meu mundo de medo". **Sujeito *pragmático*** ***A vítima reconhece que mesmo que independente, ainda tem medo, então concilia as duas situações, pois não pode continuar a sofrer de violência.***
N12: "Hoje não amo, odeio e o melhor que nós mulheres podemos fazer é procurar a policia é tudo que temos que confiar em DEUS. Porém e a violéncia não escolhe classe social nem cor, nem raça" ***Sujeito autêntico*** ***A vítima reconhece que precisa procurar e incita outras mulheres a fazerem o mesmo***	N12: "na verdade eu acho que ele é um psicopata ou algum assim. Eu não confio nele de jeito nenhum" ***Sujeito inovador*** ***A vítima, através do processo relacional, atribui ao agressor o status de "psicopata", ela opta por mudar sua história, sair do ciclo de violência, e começar do zero.***
N13: "Passei por isso 25 anos da minha vida e tenho 42 anos. Chega de violência." ***Sujeito autêntico*** ***A vítima diz "chega", verbaliza e passa para a mudança, configura-se como um sujeito autêntico***	N13: "Chega de violência" ***Sujeito inovador*** ***Ao dizer "chega" a vítima também está disposta a começar do zero, saindo da posição anterior de vítima.***
N14: "Agora eu pretendo levar adiante o processo sem pena, sem dor nem nada, porque ele não tem pena de mim." **Sujeito consequente**	N14: - *Não encontramos sujeito nessa esfera.*

A vítima assume um compromisso com suas escolhas, assim, arca com os resultados positivos ou negativos.	
N17: "Pedi a separação Ele não aceitou e começamos a ter brigas cada vez mais sérias" ***Sujeito autêntico*** ***A vítima pede a separação e enfrenta o seu agressor para manter sua decisão***	N17: "Consegui na Justiça a separação de corpos e em seguida ele levou todos os móveis da casa" ***Sujeito inovador*** ***Vítima capaz de começar do zero, não desiste de sua decisão.***
N18: "Numa situação de violência a auto-estima fica lá embaixo, você não consegue produzir nada, só uma fantasia de que aquilo tenha algum futuro. Acaba se prejudicando e também prejudica a família. No Carnaval, quando ele me bateu, acabei explodindo e expondo todo mundo exatamente da maneira que sempre lutei para evitar" ***Sujeito estrategista*** ***A vítima tenta conciliar, não expor seu agressor pois lhe é conveniente, mas ao mesmo tempo não consegue suprir seu desejo de liberdade***	N18: ". Eu não queria privar os meninos dessa convivência, mas hoje consigo enxergar que isso foi um erro" ***Sujeito pragmático*** ***A vítima tenta manter o agressor para não prejudicar seus filhos, mas percebe que é um erro privar-se de liberdade.***
N19: "A violência soterra lembranças, doçura, meiguice. Mas é possível se restaurar, juntar os cacos, sem ficar dura e empedernida para sempre." ***Sujeito autêntico*** ***Ao dizer que é possível restaurar-se, a vítima, mostra seu lado autêntico***	N19: "Saí também da minha cidade, e só consegui voltar quase vinte anos depois" ***Sujeito inovador*** ***Capaz de começar do zero***
N20: "Dei queixa mesmo assim. Ele me procurou dizendo que, se eu retirasse a queixa, ele voltaria para mim. Eu	N20: "Em novembro do ano passado, foi a gota d'água. Ele queria o meu cartão do banco. Recusei e levei vários chutes na

respondi: 'Entenda isso: não foi você que me largou, eu é que larguei você. Acabou'" ***Sujeito autêntico*** ***A vítima mostra que ela não deixará de viver sua realização pessoal.***	barriga. Dessa vez foi demais. Saí de casa e decidi dar queixa." ***Sujeito inovador*** ***Capaz de começar do zero***

Fonte: a autora.

Os sujeitos autênticos e inovador aparecem em cinco narrativas, em que vítima deixa de viver somente em prol do outro e decide seguir suas realizações pessoais, nesse caso, uma vida sem agressão, mais feliz, ao mesmo tempo em que ela toma essa decisão por seguir seus sonhos, não pode mais viver com o agressor, por isso precisa recriar sua vida do zero, tentar novos caminhos. Vimos nas narrativas que algumas vítimas saem de casa, outras mudam de cidade, de emprego, recomeçam em outro lugar, reconstroem sua identidade, deixam de ser vítima e redefinem mais ou menos suas relações sociais, mesmo que para isso paguem o preço da sua libertação sempre parcial, mesmo que seja o preço de se reinventar (chegam a hipótese 8).

Os sujeitos pragmático e estrategista aparecem em duas narrativas concomitantemente, isso porque essas vítimas tentam conciliar sua situação de violência apelando para estratégias que as deixem viver parcialmente sua realização, ao mesmo tempo em que tentam seguir o sistema. Para elas o mais importante é a segurança. Por esse motivo, também mostram um sujeito pragmático, isto é, práticos, se o sistema atual que mantém a situação de violência é doloroso, a incerteza de melhor também não é agradável. Esse sujeito não está conformado com a situação, ele buscará estratégias de fugir, mas optará sempre pelo previsível, o prático, o seguro, ousar pode levar a um lugar pior, então melhor só sair da zona de "conforto" se houver total certeza.

No entanto, nem sempre temos uma narrativa com todas as esferas explícitas e confluentes. Vejamos a N2:

N2: *Sofro* há 12 anos com meu marido, ele *não bebe* e *faz* tudo de cara limpa *é* um típico psicopata, *me bate* muito até desmaiar, desta última semana *perfurou* meu tímpano e *quebrou* os ossos do ouvido, *perdi* minha audição, se eu *merecer me ajudem* por favor por que *vou acabar morrendo*.

O escasso número de processos realizados pela vítima e os processos materiais realizados todos pelo agressor (ele *não bebe* e *faz* tudo de cara limpa *é* um típico psicopata, *me bate* muito até desmaiar/ *quebrou* os ossos do ouvido) apontam para a esfera atribuída e mostra uma tensão entre as demais esferas. Ao dizer "se eu *merecer me ajudem"*, a vítima esboça uma esfera desejada, ainda que frágil como demonstra a partícula de condição "se".

Nessa narrativa, diferentemente da anterior, não temos uma busca por convergência entre as esferas, nesse sentido, podemos dizer que a ausência de processos relacionais e mentais (tirando o processo "sofro"), que apontem para uma identidade desejada, mostra um sujeito com dificuldades em conciliar seus desejos e aquilo que esperam dela. Sendo assim, podemos dizer que temos um sujeito anômico.

> o individuo interiorizou expectativas culturais de realização, que sabe ou acredita serem incompatíveis com as expectativas dos outros e, portanto, com os constrangimentos sociais. E não consegue: nem fazer com que os outros aceitem suas expectativas, nem a aderir, a fazer seus os constrangimentos instituídos pelas normas sociais (BAJOIT, 2006, p. 178).

A ausência de desejos mina sua auto-confiança. A vítima fica totalmente a mercê do agressor e necessita apelar para participantes externos, "se eu merecer me ajudem por favor", um leitor anônimo. A esse a vítima delega a função de "salvador". Ela não se sente capaz de esboçar qualquer movimento, qualquer ação em prol de sua libertação, mesmo sabendo que sua situação é a pior possível, "vou acabar morrendo", ela não acredita que consiga, ou mesmo, que mereça sair do ciclo de violência, como mostra na oração, "se eu merecer". Nesse sentido, a vítima para na hipótese 5, incapaz de prosseguir para as demais hipóteses, não atinge a consonância existencial.

Também notamos a mesma desestabilidade entre as esferas em N9:

N9:

sou mais uma dentro das estatisticas por medo ou vergonha *nao denuncio, estou tentando* me separar ,mais ele *nao aceita, diz* q vai mudar mais eu *sei* q e so papo daqui ums dias ele *sai bebe e volta* a me bater y ainda *põe* a culpa em mim pois *alega* q me *convidou* pra ir junto e eu *nao quis* sair pra beber [sic].

Nessa narrativa, temos um choque entre as esferas desejada e comprometida. Sofre de uma denegação de realização pessoal. Não consegue conciliar a esferas identitárias

comprometida e desejada. “O indivíduo denega-se o direito de torna-se ele próprio, de realizar as expectativas identitárias que traz consigo” (BAJOIT, 2006, p. 177).

Notamos que a vítima em N9 nega seu direito de impor-se e coloca-se literalmente no rol das mulheres das “estatísticas”, denegando-se o direito de ser exigente e até mesmo egoísta. Os processos mentais, como “sofro”, e relacionais mostram um excesso de introversão, negando-se o direito de se exprimir, e, até certo ponto, uma indecisão, não sabendo o que quer, não consegue decidir-se, como mostra esse fragmento: “*estou tentando* me separar ,mais ele *nao aceita*”.

Como característica desse sujeito, temos ainda: excesso de desconfiança cumulativa pelas denegações anteriores, “por medo”; excesso de vulnerabilidade; excesso de culpabilidade, “por vergonha”, punindo-se por qualquer fracasso, “não denuncio”.

E em N16, outra narrativa que não temos uma convergência entre as esferas. Vejamos:

N16:
Acho que o motivo não é a falta de denuncias e sim a demora pra colocar estes homens na cadeia. Eu fiz uma denuncia em 2009, ele só comparece para as audiencias quando quer e até hoje nada aconteceu com ele, já teve tempo até pra me matar, se quisesse. Eu continuo doente, tomando antidepressivos, cuidando de meus filhos sozinha, sem dinheiro e sofrendo pela discriminação. No Piauí a justiça só existe pros ricos. Todo mundo que eu comento isso acha um absurdo e sem contar que eu é quem tenho que andar vigiando ele pra descobrir endereços. Triste isso. Pra que denunciar?

Diferente dos citados anteriormente, N16 mostra que um sujeito denegado. Esse sujeito sofre de uma denegação de reconhecimento social. Segundo Pedrosa (2012), com base em Bajoit (2012), o sujeito “não consegue conciliar as esferas identitárias comprometida e atribuída. Ele é negado pelos outros: à integridade física; a um tratamento igual (ele é excluído, discriminado, perdendo o respeito próprio); a um lugar na sociedade (marginalizado)” (2006, p. 175).

Na declaração: “ele só comparece para as audiencias quando quer e até hoje nada aconteceu com ele, já teve tempo até pra me matar, se quisesse. Eu continuo doente, tomando antidepressivos, cuidando de meus filhos sozinha, sem dinheiro e sofrendo pela discriminação”, é possível resgatar a falta de igualdade de tratamento, a descriminação e a negação da integridade física. Verificamos também que essa vítima escolheu viver suas

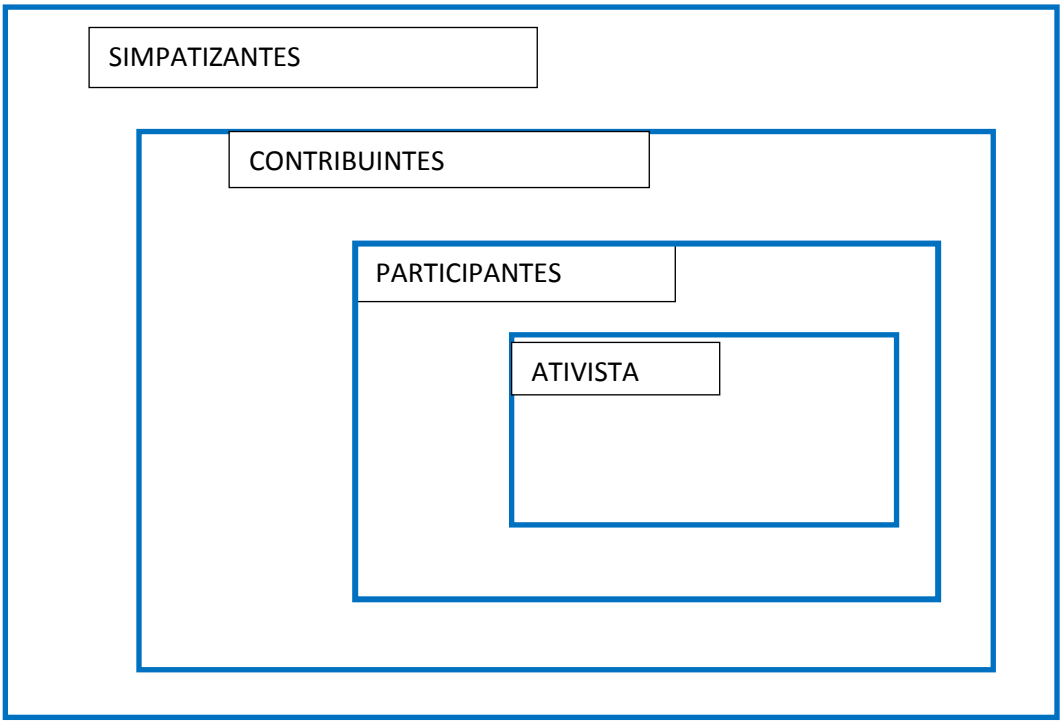
realizações pessoais, “Eu fiz uma denuncia em 2009”, no entanto, seu direito a paz e justiça foram negados, “No Piauí a justiça só existe pros ricos. Todo mundo que eu comento isso acha um absurdo e sem contar que eu é quem tenho que andar vigiando ele pra descobrir endereços. Triste isso. Pra que denunciar?”.

Essas narrativas foram as únicas que mostraram uma variação nas esferas identitárias. As demais, embora diferentes com relação ao tipo de narrativa (persistência e desistência), seguiram a convergência entre as esferas identitárias.

É interessante notar que, nos depoimentos, são narradas não apenas as ações das vítimas, como também de pessoas em seu entorno. A esses participantes demos o nome de externos. Dentre os externos presentes nas narrativas, encontramos amigos, familiares e o próprio agressor, são exemplos: “*pedi* apoio da minha família que nunca desistiu de mim e sempre me alertaram e não aceitavam essa relação” (N1, linha 3), e “a ajuda da minha família e uma grande amiga” (N4). Dentre os participantes externos, o que mais se destacou foi o agressor, por motivos óbvios, são as ações desse participante que resultam na ruptura com o ideal desejado pela vítima e trazendo sua realidade à tona.

Para Tejerina (2010), o quadro de participantes em um movimento social pode ser descrito da seguinte maneira:

Quadro 12: Movimento social



Fonte: baseado em Tejerina (2010, quadro I, p. 70).

Embora Tejerina (2010) tenha escrito originalmente sobre ativistas em situações de revolução política e social, historicamente situada em uma macrofísica do poder, entendemos que esse mesmo quadro pode servir para simbolizar a revolução travada nas microesferas cotidianas de poder, as revoluções silenciosas vividas pelas vítimas de agressão.

Baseado no quadro acima, podemos seguir a seguinte linha de raciocínio: as vítimas que passam para a narrativa de persistência são as "ativistas", estão no centro do problema, como "atoras" de suas vidas, no entanto, nesse movimento pela libertação, elas também contam com a participação positiva de amigos próximos, familiares, e com a participação negativa do agressor; os contribuintes por sua vez seriam os envolvidos no caso, polícia, advogados, médicos; por fim, os simpatizantes seriam os leitores anônimos das narrativas, que se solidarizam com a situação da vítima.

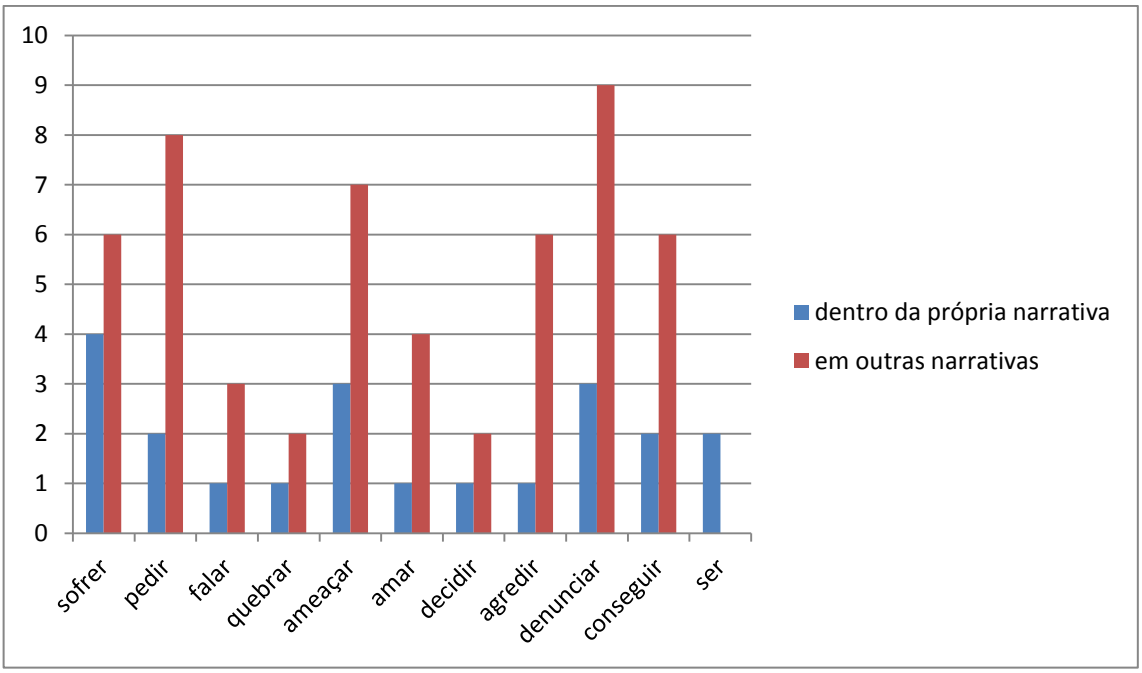
Pudemos verificar que nas narrativas em que o agressor está mais apagado e a vítima tem maior participação nos processos, temos narrativas persistentes e de compensação, as vítimas conseguem chegar à hipótese 8[27], e passam ao ato, elas conseguem enxergar uma possibilidade de mudança em seu destino social e trabalham nessa direção, mesmo que pagando o preço – como N19 que diz ter suas lembranças, meiguice, doçura soterradas – por sua libertação e sabendo que essa libertação é sempre parcial – N19 não pôde continuar em sua cidade, só depois de 20 anos voltou.

Os processos utilizados para pedir ajuda variam entre: os de dizer "pedir" (N1, N3, N4, N5, N11, N14, N17, N20), "implorar" (N5); os mentais "achar" (N6, N8, N12, N15, N16, N19), "preciso" (N4, N19), "fechar os olhos" (N10); e os relacionais "ter" (N1, N3, N4, N5, N6, N8, N9, N11, N13, N14, N16, N17, N18).

Olhando mais atentamente para os processos, podemos também chegar a uma constatação. Alguns processos atravessaram todas as narrativas, repetindo-se não somente em número de narrativas contendo o mesmo processo, como também repetiram-se dentro dos relatos, aparecendo mais de um vez em uma mesma narrativa. Fizemos um levantamento desses processos, como mostra o gráfico a seguir:

[27] Hipótese 8 - *Redefinição da prática das relações sociais. "Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial!"*

Gráfico 2: Resumo dos processos encontrados nas narrativas



Fonte: a autora.

O gráfico 2 mostra que existem processos que estão presentes em todas as narrativas. Dentre esses processos, o processo verbal "denunciar" é o que mais se repente (nove no total), seguido do processo "pedir", enquanto que o processo "sofrer" é o que mais se reproduz dentro de uma mesma narrativa (repetiu-se quatro vezes em uma única narrativa), seguido de "ameaçar" e "denunciar".

Um processo que também se repete é o relacional "ser". Ele aparece em todas as narrativas, em um total de oito vezes seguidas em uma mesma narrativa, porém nem sempre ligada à vítima ou ao agressor, por isso está na tabela em número menos.

A presença de processos relacionais nos mostra que as vítimas possuem a necessidade de serem incluídas, sentem a necessidade de estarem engajadas em algum grupo social, em uma identidade coletiva. Ao se colocarem como mulheres ("sou mulher", ou "sou vítima de vítima de agressão", exemplo retirado de N12), as vítimas estão buscando o pertencimento, uma vez dentro do grupo, começa interpelação para que os participantes do grupo ao qual pertencem compartilhem e se engajem em sua luta, como em N12 – *o melhor que nós mulheres podemos fazer é procurar a polícia.*

Já a alta incidência dos processos de dizer revela que as vítimas estão informadas, conhecem a lei e a necessidade de denunciar e que o ciclo de violência só pode ser extinto se houver uma verbalização, uma denúncia. Por serem os mais repetidos, também demonstram que existe uma necessidade de verbalizar a dor, seja por meio de "petições" feitas diretamente

ao agressor, sejam “pedidos” feitos ao interlocutor anônimo de sua narrativa, elas precisam de um alívio, uma explicação para seu mal-estar.

Vale comentarmos que ao mencionar a lei, as narrativas se dividem em contra e a favor dela, como veremos a seguir (quadro 13). Em algumas narrativas – o caso de N3, N8, N10, N14 e N16 –, acredita-se que a lei não ajudou a situação de violência no Brasil. Como podemos notar, as narrativas que não dão crédito a Lei Maria da Penha e que não confiam no sistema judiciário brasileiro são em sua maioria narrativas de desistência.

Quadro 13: Dados das narrativas contra e a favor da Lei Maria da Penha

Narrativas que se posicionam Contra a Lei Maria da Penha	Narrativas que se posicionam favoravelmente a Lei Maria da Penha
N3: “Eu *tenho* medo de procurar ajuda pq muitas vezes ela *demora* ou ate mesmo *falha”* N8: “não o denuciei pelo fato de que as leis não vão resolver muita coisa. Acredito que a mulher só se liberta se ela for embora. porque varios casos já foram mostrados de mulheres que foram agredidas, denunciam os companheiros e acabam mortas” N10: “A medida protetiva é uma grande ilusão. Não resolve, principalmente se o agressor for informado. Meu ex-marido é formado em Direito. Tem dinheiro. É Funcionário Público” N14: “disse que do jeito que fez comigo fazia na cara da delegada.” N16: “Acho que o motivo não é a falta de denuncias e sim a demora pra colocar estes homens na cadeia(...) Pra que denunciar?”	N1: “Ele foi preso pela Lei Maria da Penha pegou 6 anos e 11 meses, passou 3 meses em regime fechado e hoje tá no semi-aberto e hoje tenho paz.” N5: “No dia seguinte fui diretamente a delegacia da mulher prestar queixa, fiz e pedi uma medida protetiva q foi liberada e cumprida, vieram tirar ele de casa.” N12: “o melhor que nós mulheres podemos fazer é procurar a policia” N13: “quando eles derem o primeiro sinal de violência,denuncie.” N17: “resolvi registrar queixa na Delegacia da Mulher” N20: “Fui ameaçada, ele disse que não ia dar em nada porque é primário e tem primo delegado. Dei queixa mesmo assim”

Fonte: a autora.

Aparentemente, os agressores encontram brechas na lei. Ao encontrarem essas brechas, o agressor consegue sair impune, o que deixa a vítima ainda mais fragilizada de que quando entrou no processo. Algumas apontam essas falhas como extra-jurídica. Dão a entender que não é no regimento da lei o problema, mas no momento de cumprir a lei. N16, por exemplo, alerta para a desigualdade social presente na execução da lei. Essa desigualdade é uma forma de discriminação também, uma vez que a lei deveria ser a mesma para todos. Entretanto, ela denuncia que em seu Estado, Piauí, a lei em questão serve apenas para os menos favorecidos, aqueles com grandes latifúndios "os ricos" saem impunes de qualquer denuncia – N16: "a justiça só existe pros ricos".

Como mencionado no capítulo I, a lei foi elaborada refletindo a ideologia da segunda onda do feminismo, a qual colocava a mulher sempre em posição de vítima em dois sentidos: o primeiro, ela é vítima por não poder sair do ciclo sozinha, precisa de auxílio externo; o segundo, uma vez que a lei não consiga punir o agressor, a vítima passa a um estágio de pânico pior que o anterior, pois agora o agressor munido pela lei se achará no direito de repetir com requintes de crueldade suas ações desumanas.

No entanto, há narrativas que ainda acreditam na legitimidade da lei. Todas as narrativas de persistência creditam a ela uma melhoria, sentem-se mais seguras por existirem órgãos que as protejam e passaram a hipótese 8 no momento que decidiram denunciar seus agressores nas delegacias.

5.3 Identidades coletivas: processo de mudança

Baumam (2005) mostra que a "identidade" busca um "pertencimento" e que ambos não são sólidos. Não há uma garantia eterna, pois são (re)negociáveis, dependendo das decisões tomadas pelo indivíduo e suas ações. O autor é enfático ao afirmar que para ter uma "identidade", o "pertencimento" precisa deixar de ser o destino, precisa se tornar uma condição com alternativas.

Existe uma forte importância do "outro", das relações de intercâmbio e vínculos sociais para a formação dessa identidade. Para alcançar essa identidade, recorremos a alguns processos de socialização, como descrito no capítulo I, são eles: Cálculo, Habituação, Identificação e Convicção. Essa socialização, segundo Bajoit (2012), aponta-nos as seguintes identidades coletivas: Identidade orgulhosa; Identidade invejosa; Identidade vergonhosa e Identidade depreciante.

Pode-se ter uma identidade de orgulho de pertencer a um grupo com o qual compartilha traços comuns valorizados, como mulheres, por exemplo, que conseguiram sair da violência. Vejamos N12 e N13, respectivamente:

N12: o melhor que NÓS MULHERES podemos fazer é procurar a policia. (grifo nosso)

N13: Nao sinta medo, nao se intimide por gritos e ameaças, quando eles derem o primeiro sinal de violência, denuncie. Nao deixe o medo tomar conta de vc. Passei por isso 25 anos da minha vida e tenho 42 anos. Chega de violência

Essas vítimas se reconhecem como mulheres que sofreram de agressão, mas que não aceitam continuar como vítimas. Passaram pelo ciclo de violência, sobreviveram, lutaram e agora incitam outras mulheres a fazerem o mesmo. Por terem convicção de suas escolhas e lutas por mudança, sentem orgulho de pertencer ao grupo de "mulheres", as mulheres que gritam "chega de violência".

Temos também narrativas que demonstram ter uma identidade coletiva de inveja/vontade de pertencer a um grupo valorizado, mas do qual não possui os traços, como em N16:

N16: No Piauí a justiça só existe pros ricos.

A vítima mostra claramente que não está incluída no grupo favorecido, "os ricos", (mas ela não diz que quer pertencer) que, segundo ela, são os únicos que obtém justiça. Pertencer ao grupo valorizado é poder gozar dos direitos civis. A vítima almeja esses direitos, seu desejo é ter sua situação resolvida,.

No recorte da narrativa N17, abaixo, notamos uma terceira identidade coletiva, a depreciante, na qual, existe menosprezo por um grupo desvalorizado, do qual, a vítima acredita não possuir os traços. Ora, uma vez que ela conseguiu denunciar e se separar de seu agressor, seria natural que ela sentisse-se livre, entretanto a vítima sente que faz parte de um grupo (dos presos) que ela não aceita "depois de tudo".

N17: Depois de tudo, eu fui a única que ficou presa

A vítima, nesse caso, insere-se em um grupo que ela não gostaria de pertencer, ao grupo de “presos”, dos “injustiçados”. Na visão da vítima, o agressor que deveria está preso, goza da liberdade negada a ela. Na mesma narrativa, encontramos que socialmente ele pertence a um grupo mais favorecido, “ele é um arquiteto e urbanista, com pós-graduação”; para a sociedade ele “era um marido exemplar”. Ao destacar essas características do agressor, a vítima mostra que uma identidade coletiva vergonhosa também, pois não acredita pertencer a um grupo valorizado, sente vergonha de sua condição de humilhação social. Como a própria vítima aponta “larguei meu trabalho para ser secretária do meu marido”.

Em N15, também encontramos uma identidade vergonhosa.

N15: Meu ex olhava pra mim e me chamava de gorda pra baixo. Pq se eu acreditava que ele era muito pra mim eu não teria coragem de denuncia-lo e nem de deixa-lo.(...) Por fim vc começa a acreditar que é aquilo mesmo que vc merece e é o que te resta.

A vítima mostra, em sua narrativa, vergonha de ter as características de um grupo desvalorizado, um grupo inferior, não só por meio dos atributos a ela conferidos “de gorda pra baixo”, como também ao constatar que ela “merece” sofrer violência psicológica e física e que aquilo é o que lhe “resta”, ou seja, ela não tem opção ou escapatória, ela se insere em uma “classe” de pessoas que não são dignas de respeito, que “merecem” o sofrimento e a violência. Por mais que ela quisesse sair do ciclo de violência, não poderia, pois sua identidade é vergonhosa. Poderíamos ligar a identidade vergonhosa, nesse caso, ao tipo de sujeito anômico que não atinge a consonância existencial.

O mesmo acontece em N9, quando a vítima percebe-se no rol das mulheres agredidas:

N9: *sou* mais uma dentro das estatísticas

Não só por pertencer a um grupo desfavorecido, mas por ser “mais uma”, ou seja, sem importância nenhuma dentro do seu próprio grupo, a vítima mostra que tem vergonha de pertencer a esse grupo, então não esboça nenhuma tentativa de sair dele, sua narrativa de desistência aponta para a estabilidade de sua situação, ela não atingiu a hipótese 8, isto é, não tornou-se atora das ações em sua própria história, não alcançou a libertação.

Por fim, notamos, por meio da análise, que existe maior incidência de identidades coletivas de inveja e de vergonha entre as narrativas de desistência, enquanto que as narrativas de persistência apontam um maior índice de identidades orgulhosas e depreciante.

Confirme-se nos exemplos:

Quadro 14: Articulação entre tipos de identidades coletivas e narrativas

Articulação entre tipos de identidades coletivas e narrativas	
Identidades Invejosas e vergonhosas em narrativas de desistências:	Identidades orgulhosas e depreciantes em narrativas de persistência
N9: *sou* mais uma dentro das estatísticas	N12: o melhor que NÓS MULHERES podemos fazer é procurar a policia. (grifo nosso)
N10: “Na verdade, a maior violência que sofri é a psicológica. Por 8 anos ouvindo que sou burra, inútil, gorda, tantos outros adjetivos pejorativos que devastam a psicologia de qualquer um.”	N13: Nao sinta medo, nao se intimide por gritos e ameaças, quando eles derem o primeiro sinal de violência,denuncie. Nao deixe o medo tomar conta de vc. Passei por isso 25 anos da minha vida e tenho 42 anos. Chega de violência.
N11: “Nunca consegui denunciá-lo nem pedir pensão alimentícia para minha filha por receio de uma reação dele.”	N19: “Passei fiascos em público com cena de ciúme. Agüentei esse tipo de coisa seis anos.”
N15: Meu ex olhava pra mim e me chamava de gorda pra baixo. Pq se eu acreditava que ele era muito pra mim eu não teria coragem de denuncia-lo e nem de deixa-lo.(...) Por fim vc começa a acreditar que é aquilo mesmo que vc merece e é o que te resta.	N20: “'Entenda isso: não foi você que me largou, eu é que larguei você. Acabou'”

Fonte: a autora.

Entretanto, isso não é regra, em alguns casos, como é o da N17, temos uma identidade coletiva vergonhosa, porém a narrativa é de persistência, pois mesmo não

considerando seu grupo social “forte”, ela consegue romper com o ciclo e busca a libertação por meio de suas ações (hipótese 8).

5.4 Categorias Sociodiscursivas: tipos de violência e relações de poder

A terceira categoria analítica constitui-se de duas partes: Tipos de violência e Relações de poder. Como trabalhamos com uma perspectiva crítica, não poderíamos deixar de fora da análise o contexto sociocultural. Para Fairclough (2001), o uso da linguagem, enquanto prática social, não pode ser visto como mero modo de ação, mas um modo de ação historicamente situado, ou seja, numa dialética com seu contexto social.

Acreditamos que o objeto de estudo não pode ser descontextualizado, já é um truísmo entre os analistas do discurso. Entre os analistas críticos, esse contexto social é também um campo fecundo no momento de análise. Por isso, nossa segunda categoria, sociodiscursiva, aborda as relações de poder produzidas/perpetuadas pela e na sociedade, pois enxergamos o discurso, como prática social, situada no tempo e espaço (FAIRCLOUGH, 2001).

No próximo subtópico, teremos: (i) os tipos de violência, no qual faremos um levantamento daqueles mostrados nos depoimentos e como os estágios de violência influenciam na (re)(des)construção das identidades; e (ii) nas relações de poder, mostrando que elas funcionam como um jogo de "poder", a partir das lutas cotidianas. Dessa forma, percorreremos as estruturas de poder, como funciona a hegemonia do gênero masculino e o momento de ruptura com essa ideologia.

5.4.1 Tipos de violência x Relações de poder

Os tipos de violência mostrados no capítulo II são: psicológica, física, sexual, patrimonial e moral. Embora nem sempre todas aconteçam ao mesmo tempo, podemos dizer que elas interagem e, em alguns casos, aparecem simultaneamente.

Verificamos no *corpus* apresentado que a violência física e a psicológica agem sempre juntas, sendo impossível dissocia-las. Sempre que a violência física era praticada, deixava um rastro de traumas psicológicos: “você ainda *não consegue* se livrar das marcas que eles nos deixam, das feridas que *demoram* para sarar, é uma doença da alma e que *leva* tempo para curar, não *tem* um só dia que eu *não acordo* no meio da noite assustada” (N1).

Um fator interessante foi comprovado durante as análises das narrativas: maior incidência dos processos de dizer e dos processos mentais, diferentemente do esperado, que seria uma maioria de processos materiais, em se tratando de relatos de violência física. Notamos que os processos materiais agiram como coadjuvantes, na maioria das narrativas, principalmente as de persistência. Dados comprovados linguisticamente mostram essa evidência de que a violência psicológica está presente em todas as narrativas, seguida da violência física e moral.

Outro ponto importante, percebido nas análises, é a presença forte do agressor como maior "participante" nos processos relatados. Como se trata de um relato de violência, é normal a presença do agressor, afinal, a vítima está narrando a violência sofrida. Entretanto, algumas narrativas possuem maior número de processos praticados pelo agressor que outras. Veja o exemplo:

N2:

Sofro há 12 anos com meu marido,ele *não bebe* e *faz* tudo de cara limpa *é* um típico psicopata, *me bate* muito até desmaiar, desta última semana *perfurou* meu tímpano e *quebrou* os ossos do ouvido, *perdi* minha audição, se eu *merecer me ajudem* por favor por que *vou acabar morrendo*.

Nessa narrativa, vemos uma maior incidência de processos praticados pelo agressor, praticamente não há processos praticados pela vítima e seus processos se restringem aos processos mentais que são interiorizados. O agressor, por sua vez, é ator em todos os processos materiais e relacionais.

É interessante ressaltar que a vítima conclui seu depoimento reconhecendo que seu relacionamento é destrutivo, "vou acabar morrendo", um processo existencial, que a coloca como um sujeito conformado com a situação, conformado e que não se sente merecedor de ajuda, uma vez que coloca a cargo de seu leitor avaliar se ela merece ou não ser ajudada. A vítima não se sente capaz de sair do ciclo de violência, sendo totalmente dependente de que terceiros intervenham a seu favor.

Os processos estão todos no presente do indicativo, o que evidencia ainda mais sua dependência e incapacidade de sair do domínio que o outro exerce sobre ela. A vulnerabilidade é tão grande que mesmo o seu pedido de socorro é feito de maneira condicional, "se eu merecer".

Essa condição de merecer ou não reflete a ideologia de uma sociedade patriarcal, a vítima não acha que mereça ajuda, pois sente que de alguma maneira falhou com seu "papel de mulher", papel esse criado e legitimado socialmente. Ela acredita que a violência seja uma punição que de alguma forma ela merece, seja por não ser a mulher esperada pelo seu cônjuge, ou porque se sente fraca demais para sair do ciclo e por ser fraca não mereça ser "resgatada".

Dentre as relações de poder apontadas por Pedrosa (2012c), com base em Bajoit, destacamos uma:

> O poder-influência refere-se ao tipo de contrato social, relação social em que se estabelecem, se negociam e se garantem os compromissos, bem como a existência entre os diferentes grupos. Os atores sociais envolvidos são os grupos instalados e os grupos minoritários(PEDROSA, 2012c, p. 13).

O poder-influencia incute as regras sociais, estabelece o que é certo e errado e garante que essas regras sejam obedecidas. Nem sempre, esse poder é estabelecido pela força, às vezes, é de maneira sutil e quase imperceptível. Nesse caso, o patriarcado é instaurado, imposto e perpetuado a uma minoria de forma velada. A coletividade mais forte impõe a coletividade mais fraca seus interesses. Essa imposição não é do "dia para a noite", ela vem sendo administrada há anos.

Esse fenômeno também aparece em N9 :

N9:

sou mais uma dentro das estatisticas por medo ou vergonha *nao denuncio, estou tentando* me separar ,mais ele *nao aceita, diz* q vai mudar mais eu *sei* q e so papo daqui ums dias ele *sai bebe e volta* a me bater y ainda *põe* a culpa em mim pois *alega* q me *convidou* pra ir junto e eu *nao quis* sair pra beber.

E em N14:

N14:

O mês passado fui estuprada pelo meu ex marido mas fiquei com pena dele e tirei a queixa da delegacia, então ele voltou a praticar outros crimes comigo. Colocou água, gelo e açúcar numa camisinha cheia de esperma dele e me obrigou a tomar. Depois de

> eu vir de novo dar parte na delegacia, veio para mim chorando, pedindo que tirasse a queixa. Ele não é de Natal, é de Alagoas e está sozinho aqui, além do mais tem um bom emprego e tudo isso me deixou mais uma vez com pena dele, não queria prejudicá-lo nem sujar seu nome. Assim retirei a queixa outra vez e desisti de processá-lo. Então no domingo passado ele entrou na minha casa botando a porta para dentro, me agrediu, ainda estou com o corpo todo arranhado. Chegou a dizer que tinha falado aos amigos dele que não ia me matar mas ia trazer para eles uma orelha minha. Me atirou encima da cama, cuspiu na minha cara e disse que do jeito que fez comigo fazia na cara da delegada. Depois pegou um espeto de churrasco para me ferir, lutei com ele e ele furou minha mão, ainda tenho as marcas. Agora eu pretendo levar adiante o processo sem pena, sem dor nem nada, porque ele não tem pena de mim.

As mesmas relações de poder interagindo. Os processos materiais praticados pelos agressores em N14 – "botar", "estuprar", "praticar", "agredir", "atirar", "cuspir", "pegar", "ferir" – é notavelmente maior que os processos praticados pelas vítimas, aquilo que é praticado pelo agressor é vivenciado pela vítima, entretanto, por ser uma narrativa do "eu", nos processos materiais o sujeito deveria ser o ator desses. Por outro lado, por ser uma narrativa do "eu" inserida em contexto de agressão, a vítima acaba sendo a meta, ou seja, ela sofre os processos materiais impostos pelo agressor.

Em N14, também aparecem quatro dos seis tipos de violência: física, psicológica, moral, sexual. Elas são os instrumentos de legitimação do poder. A imagem do Círculo, ilustrada por Telles (2012), corrobora para entender a violência utilizada em N14, se a vítima não tivesse decidido sair do círculo, seria um caminho sem fim, onde o fim da estrada é voltar ao começo dela. Vemos claramente as fases bem definidas: tensão relacional, violência aberta, arrependimento/lua de mel (TELES, 2012).

O agressor não tinha a intenção de matá-la, mas de dominá-la, não eliminá-la fisicamente, antes, sua postura é de pura dominação. O poder precisa ser garantido por meio da humilhação psicológica, sexual, moral e física.

Em N9, o agressor é ator das ações e a vítima é sempre a meta. Essa inversão dos participantes[28] apontam para um fracasso na tentativa de chegar a hipótese 8. É negado a ela o direito sobre sua própria vida, como em N2, ela está presa à anuência de um poder "maior",

[28] Entendemos como uma inversão por acreditarmos que como narradora de sua história o participante central deveria ser a própria vítima e não um participante externo, a ela caberia ser o ator dos processos materiais e não a meta.

sua relação de poder é completamente desigual e ela não consegue se desvincular dele. Vemos, então, um Sujeito denegado, ou seja, indivíduo que não atinge o reconhecimento social, está em posição vitimísta, como aponta Saffioti (2001), frustrada e se sentindo incapaz de sair dessa posição.

Fazendo uso do poder-influência, seu agressor lhe oprime e ainda a faz acreditar que isso seja por sua própria culpa. Quando ela declara que "mais ele *nao aceita"* (N9), ela mostra que não é capaz de sair do julgo opressor, o fato do agressor não aceitar lhe basta para que se mantenha no mesmo lugar, sem expectativas de mudança.

Em N14, temos um número maior de processos materiais, noventa por cento praticados pelo agressor. Ao final de sua narrativa, a vítima não coloca sua liberdade como sendo um projeto de libertação seu; mas uma continuação dos processos do agressor, ou seja, "porque ele não tem pena de mim". Mesmo sua suposta decisão de sair do ciclo de violência é colocada em dúvida por meio do processo mental "pretender", o que dá a inferir que não é uma decisão concreta, mas ainda uma possibilidade.

Essa postura denota um apagamento do indivíduo, todas as suas ações são apenas "sombras" das ações de seu agressor. Assim como em N2, "*me ajudem* por favor", a vítima não se sente capaz de sair da zona de violência.

Mais uma vez notamos a presença do poder-influência e do poder-hegemonia. Ambos trabalhando na formação\constituição das esferas identitárias. Essas narrativas nos mostram que as relações de poder possuem sua origem em pilares culturais. Primeiramente, na crença de que a violência é necessária para manter o domínio de uma maioria sobre as minorias mais fracas. Em segundo lugar, na naturalização dos conceitos de que o gênero, seja ele biológico ou social, é determinante para impor quem deve estar no poder e quem deve ser dominado.

Vejamos mais um exemplo adiante:

N12:

Eu sou vitima de Agressão pro varias vezes mesmo estando gravida, pós parto, e até o meu filho, mesmo com muitas ameaças, denuciei a primeira vez, passei três meses fora e voltei. na segunda vez me separei e mantenho contato, com medo do que ele possa fazer alguma coisa com meus filhos mas na verdade eu acho que ele é um psicopata ou algum assim. Eu não confio nele de jeito nenhum. Hoje não amo, odeio e o melhor que nós mulheres podemos fazer é procurar a policia é tudo que temos que confiar em

DEUS. Porém e a violência não escolhe classe social, nem cor, nem raça.

Diferente da N2, N9 e N14, a N12 mostra uma maior incidência de processos vivenciados pela vítima. Praticamente não vemos processos atribuídos ao agressor, sendo apenas o processor relacional de atributo, "é um psicopata", ligado ao agressor. Os processos vivenciados pela vítima: "separei" e "mantenho", "não confio", "não amo", "odeio"; mostram-nos que a relação de poder continua desigual, ainda há medo na narrativa, ainda notamos a forte presença do poder-influência, entretanto, notamos que a vítima resiste a ele ("o melhor que nós mulheres podemos fazer é procurar a policia").

Magalhães (2001) mostra que a mudança é considerada possível por meio da resistência à dominação, e para isso é preciso que se denuncie. A vítima não pode se calar, além da decisão por expor seu agressor, ela incentiva outras a fazerem o mesmo. A resistência é o passo anterior à hipótese 8[29].

Nesse ponto, retomamos o que a ideologia feminista crítica diz a respeito do papel fundamental das mulheres em sua própria história. Para Freitas e Pinheiro (2013), embora os homens pratiquem a violência, as mulheres também a praticam e conferem significado à violência em específicos contextos socioculturais, ou seja, ambos participam na produção dos papéis sociais que legitimam a violência.

Notamos, ao ler os depoimentos, que, embora exista ainda uma forte influência da ideologia "patriarcal" e que as relações de poder ainda sejam desiguais, existe a possibilidade de mudança, uma vez que por meio da mudança individual podemos chegar à mudança coletiva. Por meio das "práticas conflitivas e cooperativas" (BAJOIT 2006), podemos chegar à mudanças socioculturais descritas por Bajoit (2006), mudança das identidades coletivas, mudanças das lógicas de gestão de si e mudanças das lógicas de ação; isto é, se não houver uma mudança que parta do pensamento individual, sendo cada vítima conscientizada de seu papel como agente, não podemos cogitar em uma mudança coletiva. Por outro lado, o indivíduo social, se não estiver respaldo na lei e na coletividade, não consegue sustentar uma mudança. Então é uma dialética, o social sustenta o individual, protege e o individual toma decisões para mudar.

As representações ideológicas podem ser identificadas em textos, segundo a ACD, conquanto a análise textual esteja em consonância com a análise social que considera o *corpus* dos textos nos termos de seus efeitos nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2013).

[29] Na Hipótese 6 - Explicitação das razões do sujeito: motivações e resistências. "Ele constrói as razões do sujeito: as suas motivações para passar ao ato e as resistências que se lhe opõem."

Portanto, é perceptível a ideologia patriarcal dentro dos depoimentos. Thompson (2002, p. 112) ressalva que "o surgimento e a queda de ideologias são etapas de um drama histórico que se tem representado no cenário simbólico das sociedades modernas".

Não se busca aqui um "essencialismo" biológico ou social (SAFFIOTI, 2001), ou seja, não podemos manter a ideologia vitimísta de que a mulher não possa sair do ciclo de violência por ser fraca biologicamente ou socialmente, sendo incapaz de ser "agente" em sua própria história. Mas o que se busca é outros caminhos, no plural, em que a mulher possa decidir sua própria história.

Segundo Bajoit (2008), na hipótese 5, que é a etapa em que o indivíduo verbaliza seu mal-estar, é crucial, pois se a vítima consegue sair da hipótese 5, ela consegue caminhar até chegar a hipótese 8. A mudança, então, começa a partir da narrativização do mal-estar, perpassa pela hipótese 6, na qual, a vítima reconhece e cria as razões necessárias para mudar seu destino social, passa a mentalizar essas mudanças, hipótese 7, e chega a mudança propriamente dita, as ações, hipótese 8.

Se a vítima consegue chegar a hipótese 8, ela gera a mudança não só em sua vida como também na vida das pessoas que estão em seu entorno; amigos, familiares e o próprio agressor têm suas vidas afetadas pelas ações da vítima, agora consciente e agente de suas ações.

Essa possibilidade de mudar uma microesfera social, como o núcleo familiar, abre a oportunidade de uma mudança na macroesfera social, nesse sentido, existe um esforço individual ou coletivo, formal ou informal, uma procura por uma "revolução" cultural que redefina a posição da mulher no contexto social (CASTELLS, 2013). Mas não é tão simples mudar o entorno, existe um sistema sólido que precisa ser derretido, um tipo de poder que se refere ao modelo de integração social, o poder-autoridade. Pedrosa (2012), com base em Bajoit (2008), explica:

> Esse modelo dá conta da socialização dos membros da coletividade de acordo com as regras adotadas para o corpo social, tais como: prescrever e incutir as regras, garantir a autoridade da hierarquia, avaliar as condutas dos dirigidos e castigar o desvio social. Os atores sociais são as hierarquias e os dirigidos (PEDROSA, 2012, p. 13).

Esse poder dá conta das leis e de como elas são postas em prática. Infelizmente, como apontado no subtópico sobre as identidades coletivas, nem sempre a Lei Maria da Penha, aquela que seria a executora da justiça contra os agressores e protetora das vítimas, exerce seu papel. Além de perpetuar a ideia "essencialista" que Saffioti (2001) critica, ela

ainda não alcançou o prestígio devido entre as mulheres, por ter em sua estrutura a possibilidade de impunidade para os agressores, se esses conhecerem bem seus mecanismos.

Para conhecer tais mecanismos, o indivíduo pertence a uma determinada classe, uma classe favorecida, capaz de ler e deturpar os conceitos ao ponto de usar a lei ao seu favor. Geralmente, esses agressores que conseguem sair ilesos são das classes dominantes, mais abastadas. Vejamos a narrativa abaixo:

> N16:
> Acho que o motivo não é a falta de denuncias e sim a demora pra colocar estes homens na cadeia. Eu fiz uma denuncia em 2009, ele só comparece para as audiencias quando quer e até hoje nada aconteceu com ele, já teve tempo até pra me matar, se quisesse. Eu continuo doente, tomando antidepressivos, cuidando de meus filhos sozinha, sem dinheiro e sofrendo pela discriminação. No Piauí a justiça só existe pros ricos. Todo mundo que eu comento isso acha um absurdo e sem contar que eu é quem tenho que andar vigiando ele pra descobrir endereços. Triste isso. Pra que denunciar?

A narrativa acima mostra uma desigualdade social, um desequilíbrio de poder. As leis, então, não são feitas em prol da sociedade, mas em prol de um grupo seleto de cidadãos. Em N16, vemos, claramente, uma denúncia a esse padrão de justiça praticada no Brasil, principalmente no estado mencionado, Piauí.

A vítima deixa uma pergunta retórica ao final de sua narração, “pra que denunciar?”. Essa interrogação repousa sobre a cabeça de muitas vítimas de violência de gênero, uma vez que seu estado é fragilizado pelas violências sofridas, não lhe é aceitável ter que passar por mais uma violência, a violência moral, na qual ela é privada de seus direitos enquanto cidadã.

O poder-autoridade age concomitantemente ao poder-hegemonia. Em muitos casos, ambos trabalham para manutenção do sistema vigente. Aquiescer com o domínio do mais forte/opressor sob o mais fraco/oprimido.

Em N16, a vítima descreve seu processo de frustração quando “em 2009” faz sua queixa, a reportagem é de 2011 e o comentário posterior a reportagem, isso dá uma margem de três anos de apatia por parte do poder público em relação ao problema de violência vivenciado por N16.

N16 não vê alternativa para sua situação, por isso é um sujeito denegado, foram-lhe negados os direitos mais básicos, o de ser vista como cidadã e tratada com igualdade perante a lei.

Para que haja efetivamente uma mudança social, é preciso que se superem relações assimétricas de poder, parcialmente sustentadas pelo discurso (RAMALHO&RESENDE, 2006). Por isso é preciso mostrar o abuso de poder e controle, visto na forma como elas se manifestam por meio da linguagem. Para Sztompka (2005), há quatro requisitos para se falar em mudança social, ela precisa ser transformadora, no sentido de mudar a organização dos padrões de pensamento e comportamento ao longo do tempo. Ou seja, a mudança precisa ser modificadora da organização que vigora na sociedade, ela precisa está ligada às variações das relações entre indivíduos, grupos, organizações, culturas e sociedade; e, por fim, ela precisa ser uma alteração dos padrões de comportamento, relações, instituições e estrutura social.

Finalizando esta seção, foi possível verificar que os processos, participantes e circunstâncias (categorias linguísticas) podem ajudar a verificar a lógica dos sujeitos, assim como as esferas identitárias individuais.

5.5 Fechando a seção

Esta seção serviu para refletir sobre as identidades que de maneira fluídas se desconstruíram para voltar a se construir por meio do discurso, mais precisamente das narrativas do "eu" (hipótese 5) que mostram uma ruptura entre o que a vítima de violência de gênero acreditava ser o seu destino social (hipótese 1) e a realidade (hipótese 2).

Também foi possível verificar que as narrativas de desistência são aquelas que não conseguem chegar à hipótese 8[30], estacionando na hipótese 5[31] e que esse tipo de narrativa não produz mudança individual ou coletiva. Ao passo que as narrativas de persistência produzem mudanças sociais, pois os agentes (hipótese 8) não apenas mudam sua vida, como a dos participantes que estão em seu entorno.

Encontramos nas análises a presença de todas as esferas e de sujeitos movimentando-se no discurso, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 15: Resumo dos sujeitos encontrados na pesquisa

ESFERA IDENTITÁRIA ATRIBUÍDA (EIA)	ESFERA IDENTITÁRIA COMPROMETIDA (EIC)	ESFERA IDENTITÁRIA DESEJADA (EID)
Sujeito conformista	Sujeito consequente	Sujeito altruísta

[30] Hipótese 8 - *Redefinição da prática das relações sociais. "Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial!"*

[31] Hipótese 5 - *Constituição da narrativa do sujeito. "O indivíduo constrói então uma narrativa do sujeito, pela qual ele explica para si mesmo o seu mal-estar identitário e projeta o que ele considera fazer para o aliviar."*

N1, N3, N6, N7, N14, N15	N14	-
Sujeito adaptador N8, N11, N18	Sujeito pragmático N5, N8, N11, N18	Sujeito estrategista N5, N8, N11, N18
Sujeito rebelde N1, N4, N5, N10, N12, N13, N17, N18, N19 e N20	Sujeito inovador N4, N6, N12, N13, N17, N19 e N20	Sujeito autêntico N4, N6, N12, N13, N17, N19 e N20

Fonte: a autora.

A aparição dos sujeitos denegado (em N9 e N16) e anômico (em N2 e N15) também foram notadas. Essas quatro narrativas mostram vítimas que e se não atingiram a consonância existencial (N2 e N15), estão sempre a mercê do outro, seja ele o agressor ou uma ajuda externa, acreditamos estar constrangidas pelo sistema, refém das expectativas do sistema social em que vivem; ou não atingem o reconhecimento social (N9 e N16), a frustação por não saber como, ou não poder sair da situação em que se encontram as deixam paralisadas.

Por fim, ressaltamos que as vítimas que conseguem chegar a hipótese 8 e produzem mudanças sociais, procuram romper com as cadeias de poder que as oprimem (poder-influencia, poder-hegemonia), criando novos mecanismos de relacionamento, entretanto esse processo é demorado e custoso e vem sempre parcial (hipótese 8).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desta pesquisa mostraram a dinâmica da violência de gênero praticada contra as mulheres e possibilitaram o aprofundamento sobre questões importantes da (des)(re)construção identitária de mulheres vítimas dessa violência. Para tanto, utilizamos as categorias de análises evidenciadas no capítulo três desta dissertação. Essas categorias, aliadas aos conceitos oriundos da ASCD, foram aplicados no intuito de responder aos questionamentos feitos no decorrer da pesquisa e entender como as identidades fluidas se descontruíram para voltar a se construir, em movimentos de idas e vindas dos sujeitos em suas respectivas esferas identitárias.

Reconhecemos que estudar essas identidades é também estudar o discurso, pois formam uma prática social, tornando-se indissociáveis. Quando nos propusemos a analisar os discursos de vítimas de violência de gênero, por conta de nossas inquietações ante esse fenômeno que se perpetua na história da humanidade, produto dela e os posicionamentos das vítimas, sabíamos que o caminho e os espaços de diálogos teóricos para esse fim seriam complexos. Mesmo assim, julgamos pertinente continuarmos o desafio.

Assim, esta conclusão pretende apresentar os resultados a que chegamos nos capítulos e tópicos desta dissertação.

Diálogos teóricos...

O tratamento de questões sociais comunga com a perspectiva da LA que não se detém a trabalhar um objeto "purificado" (SIGNORINI, 1998), pois procura o residual, o que foi esquecido ou deixado para trás, considerado sem valor.

Nossa pesquisa em LA está intrinsicamente ligada à mudança social. Por meio dos estudos em LA, procuramos gerar uma prática social transformadora. Nesse sentido, "isso significa dizer que a resolução do problema gerará conhecimento útil para participantes do mundo social e que seus interesses e suas perspectivas são considerados na investigação" (MOITA LOPES, 1998, P106).

Adotamos a ACD como disciplina chave por ser um modelo teórico-metodológico aberto, que entende e estuda a linguagem a partir de um prisma funcionalista, seu foco na análise do discurso e do texto busca identificar o papel da linguagem dentro da estruturação das relações de poder na sociedade.

A ACD fomenta um diálogo com outras teorias e articula perspectivas diferentes em relação ao estudo do discurso, com relação à materialidade linguística, faz parceria com a GSF. Nesta dissertação, escolhemos o sistema de transitividade como categoria linguística.

Dentro da linha de pesquisa em ACD, temos a ASCD. Um dos suportes teóricos utilizados pela ASCD é a construção identitária e a lógica dos sujeitos presentes na obra do sociólogo Guy Bajoit (2008). Foi com o auxílio dessa abordagem que fizemos o levantamos das categorias sociodiscursivas.

Trabalhos metodológicos...

No que concerne ao contexto metodológico da pesquisa, a escolha do método qualitativo-interpretativista possibilitou-nos fazer a interpretação das narrativas do "eu", um estudo que nos permitiu observar tendências, comportamentos, atitudes. Ajudando a levantar hipóteses e produzir informações, por meio das indagações feitas ao *corpus*.

Os resultados analíticos...

Quanto aos questionamentos e objetivos ligados a esses, conduziremos essas considerações por blocos de questionamentos geradores da pesquisa e unidos pela ordem temática de objetivos ligados e esses. Para contemplar esses questionamentos, objetivamos contextualizar a pesquisa acerca das violências de gênero contra a mulher como instrumento dos processos de naturalização de ideologias machistas, oriundas do regime patriarcal que ainda sobrevive em nossa sociedade. Mesmo após lutas e manifestações mundiais e nacionais, ainda temos uma estrutura arcaica, os mesmos padrões, volta-se a mesma forma. Isso implica na cristalização da ideologia que, dessa forma, mantem o poder do homem sobre a mulher.

Propusemo-nos a apresentar um *corpus* de 20 narrativas do "eu" de mulheres que sofreram algum tipo de violência para que as nossas análises fossem guiadas dentro de uma contextualização ampla sobre a (des)(re)construção identitária.

Nossa principal questão de análise e problemática desse estudo foi: Como se dá a (des)(re)construção identitária de mulheres que sofreram algum tipo de violência de gênero? Ao procurar responder essa pergunta, levantamos alguns questionamentos.

A seguir, refletindo as questões de pesquisa e os objetivos traçados, são apresentadas as considerações.

1. Quais sujeitos se movimentam no discurso?

Feitas as análises críticas pelos processos e circunstâncias apresentados nas narrativas do “eu”, vimos que sempre temos as três esferas identitárias presentes, e que isso provoca o aparecimento de mais de um sujeito em uma única narrativa.

O sujeito conformista aparece em seis das vinte narrativas como em N1 (Quero dizer que a mulher quando é agredida ela se recolhe para sofrer e sofre calada é muito difícil aceitar o que passamos, temos vergonha, medo do agressor, medo da repressão da família e de expor uma situação de fracasso para nós mesmas) e em N3 (Sempre me ameaça de morte e que vai me bater Eu tenho medo de procurar ajuda pq muitas vezes ela demora ou ate mesmo falha e vivo assim sobre ameaças dele e de mãos atadas), assim como em N6, N7, N14, N15; nessas narrativas as vítimas estavam supostamente do lado oposto do rebelde, entretanto, esse sujeito parece está ainda no primeiro estágio de uma evolução, antes de o indivíduo conseguir chegar a sua liberdade, ele ainda está preso à dogmas, pois esse prefere os valores tradicionais (valores religiosos, étnicos, nacionais, familiares, dentre outros), por serem seguros com reconhecimento social. Aqueles que conseguem chegar a hipótese 6 (Explicitação das razões do sujeito: motivações e resistências), evoluem ou para o sujeito adaptador, os que chegam a hipótese 8 (Redefinição da prática das relações sociais), evoluem para o sujeito rebelde.

O sujeito rebelde, por sua vez, foi encontrado em dez das vinte narrativas. Em alguns casos, como em N1 e N4, ele evolui de um sujeito conformista para o rebelde. Em N5 (No dia seguinte fui diretamente a delegacia da mulher prestar queixa, fiz e pedi uma medida protetiva q foi liberada e cumprida) e N10 (Fiz várias ocorrências, mas não consegui a separação de corpos para ele sair da minha casa, então tive eu que sair, com três filhas, senão ele me mataria lá e faria parecer que foi acidente), assim como em N12, N13, N17, N18, N19 e N20. Essas vítimas conseguiram ascender as normas estabelecidas por outros, sua luta está naquilo que considera legítimo, sem se intimidar com a possibilidade de uma desaprovação social.

O Sujeito adaptador aparece em três das vinte narrativas; em N8 (porque vários casos já foram mostrados de mulheres que foram agredidas, denunciam os companheiros e acabam mortas. acho que a lei deveria ser mais rigorosa pra que as mulheres tenham mais vontade pra fazer a denuncia e que tenham a certeza de que estarão seguras), N11 (Nunca consegui denunciá-lo nem pedir pensão alimentícia para minha filha por receio de uma reação dele. Sou completamente independente dele, mas vivo uma vida de cárcere privado dentro do meu mundo de medo.) e N18 (Passei muito tempo evitando enxergar, acreditando no amor, tentando preservar a família), nas quais a preocupação está no "equilíbrio", ou seja, a vítima

acredita que é melhor se situar no "intermediário", assim pode-se atender atendendo as expectativas das instituições, dos pais, sem, contudo, deixar de "viver" o que ele deseja para si mesmo.

Também temos a presença do Sujeito consequente em N14 (lutei com ele e ele furou minha mão, ainda tenho as marcas. Agora eu pretendo levar adiante o processo sem pena, sem dor nem nada, porque ele não tem pena de mim.), na qual a vítima assume suas escolhas e, consequentemente, com os resultados positivos ou negativos (ainda que extremos) daquilo que decidiu. O Sujeito inovador em seis das vinte narrativas; como podemos ver em N4 (decedi sair de casa. Peguei minha filha, alguns pertences e saí sem olhar para trás) e N12 (mesmo com muitas ameaças, denuciei a primeira vez, passei três meses fora e voltei), assim como em N13, N17, N19 e N20, essas narrativas mostram flexibilidade das vítimas frente à situação de violência, estão dispostas a inovar, e até mesmo renovar seus projetos, partindo de um ponto zero.

Por sua vez, o Sujeito pragmático aparece em quatro das vinte narrativas em N5 (até agora ele ja me implorou para voltar, diz q vai mudar, q me ama, faz mil promessas, não vou negar gosto muito dele pois ele é o pai dos meus filhos, falo com ele ,nos vemos .mas não acredito q ele vá mudar,), N8 (ja sofri agressão fisíca varias vezes pelo meu marido, mas não o denuciei pelo fato de que as leis não vão resolver muita coisa. Acredito que a mulher só se liberta se ela for embora. porque varios casos já foram mostrados de mulheres que foram agredidas, denunciam os companheiros e acabam mortas), N11 (resolvi contar pra minha família que me ajudou e hj estamos separados a um ano, mas ainda tenho muito medo dele me fazer algum mal ou a minha filha.) e N18 (Mas o fato é que desde o início do meu casamento volta e meia os desentendimentos terminavam em violência física). A gente se separava e depois voltava. Passei muito tempo evitando enxergar, acreditando no amor, tentando preservar a família. (), mesmo fiel as suas primeiras decisões, orienta-se pelas circunstâncias, pelas oportunidades ou mesmo obstáculos, na tentativa de equilibrar sua "fidelidade" às decisões anteriores e as suas próprias vocações, vive uma vida dupla, aproveitando as “horas vagas”.

Não foi encontrado sujeito altruísta. Entretanto, encontramos o Sujeito autêntico em sete das vinte narrativas, como em N17 (Pedi a separação. Ele não aceitou e começamos a ter brigas cada vez mais sérias, até o dia em que ele me derrubou com um tapa. Como foi a primeira vez, fiquei calada. Mas aí começou uma fase de violência física constante, e depois de muito apanhar resolvi registrar queixa na Delegacia da Mulher) e N19 (Saí também da minha cidade, e só consegui voltar quase vinte anos depois. Foi tamanho o bloqueio que não

conseguia lembrar das coisas ligadas ao casamento), todas são narrativas de persistência, elas escolhem tirar o agressor do primeiro lugar e dar este lugar para seus projetos e seus ideais. Por fim, temos o Sujeito estrategista em quatro narrativas, como N18 (Eu não queria privar os meninos dessa convivência, mas hoje consigo enxergar que isso foi um erro. Numa situação de violência a auto-estima fica lá embaixo, você não consegue produzir nada, só uma fantasia de que aquilo tenha algum futuro) e N11 (Nunca consegui denunciá-lo nem pedir pensão alimentícia para minha filha por receio de uma reação dele. Sou completamente independente dele, mas vivo uma vida de cárcere privado dentro do meu mundo de medo.), que tenta a conciliação, ou seja, não consegue abandonar seus ideais, mas também não consegue se por em primeiro lugar em sua vida.

Entretanto, percebemos que, quando não há uma equidade entre as esferas, as zonas se chocam e podemos ter a presença de um único sujeito, quando o indivíduo não consegue conciliar as Esferas: atribuída, deseja e comprometida. Surge, então, a possibilidade de o indivíduo não atingir o reconhecimento social, ou seja, esse sujeito apresenta-se como denegado; o que não consegue alcançar a realização pessoal, sujeito dividido; e o que não atinge a consonância existencial, sujeito anômico. Em nossa pesquisa, encontramos o sujeitos denegado (em N9 e N16) e anômico (em N2 e N15).

Nas narrativas também vimos que as zonas de tensão, oriundas das narrativas do sujeito sobre suas tensões (BAJOIT, 2009), constrói uma identidade pessoal que, por sua vez, é constituída de três esferas: identidade atribuída, identidade desejada e identidade engajada/comprometida, gerando mais de um sujeito em uma única narrativa do "eu".

2. Como são (des)(re)construídas as identidades?

A fim de responder ao questionamento diretamente voltado a como são (des)(re)construídas as identidades, partiremos primeiro da premissa de que a reconstrução só e possível quando surge de uma desconstrução. Bauman (2001) aponta para o caráter fluído da modernidade em que vivemos. Essa mesma fluidez também se reflete nas identidades, que, como menciona Hall (2006), está em "crise" e não é facilmente mapeada, por isso, não tem uma forma fixa. Uma vez que as identidades estão em seu formato líquido, fragmentadas ao ponto de não ter uma desenho traçado, ela pode se moldar a diversas formas sociais, isso nos daria uma imensidade de possibilidades.

Entretanto, vimos que a sociedade tem a capacidade de, mesmo se derretendo, voltar a sua forma anterior, solidificando-se e cristalizando velhas ideologias, um ciclo difícil de ser

quebrado. Mesmo que consigamos fragmentar, derreter essa identidade, ela pode voltar ao mesmo sistema patriarcal de antes. Nessa perspectiva, as esferas identitárias das vítimas são, não somente desconstruídas durante o evento da violência, mas como também reconstruídas por meio dele e após ele.

A reconstrução pode ser uma volta ao estado anterior, se a vítima consegue a ruptura que leva a narração, hipótese 5, mas não chega a hipótese 8, a reconstrução não gera mudança social.

Para que uma ideologia possa ser alterada e uma mudança social possa existir, precisamos mudar radicalmente, no sentido de ir à raiz do problema. Essa não é uma tarefa fácil. Thompson (2002) reinteira que a queda de uma ideologia é um "drama histórico" e vem sendo representado há bastante tempo nas sociedades modernas.

Para que as mulheres vítimas de violência de gênero possam ser ouvidas, essas "vozes do sul" (MOITA LOPES 2006) precisam chegar até o norte e serem ouvidas por eles. Sztompka (2005) corrobora com Thompson (2002) quando mostra a dificuldade em se obter uma mudança, ele insiste que não há como chegar à mudança sem que haja uma transformação no indivíduo, uma modificação social e cultural e uma reorganização nas relações dos indivíduos.

O quadro de Tejerina (2010) sobre os participantes de mudanças sociais (p. 111 desta dissertação) se coaduna com o pensamento de Sztompka (2005) quando defende que a identidade pessoal está intimamente ligada a identidade coletiva, participar de um grupo e lutar pelas mudanças é diferente de apenas simpatizar com as reivindicações.

Dessa forma, a identidade dessas mulheres construídas por um sistema patriarcal repressor é descontruída no momento em que seu grito do sul ecoa pelo norte, buscando o pertencimento, galgando novos espaços, liquefazendo-se para tomar uma nova forma. Elas buscam apoio no grupo menor de mulheres vítimas como elas de violência de gênero, mas também alcançam um grupo maior, ela pertencem ao grupo de mulheres, que durante toda a história foram discriminadas com base em um único critério, o gênero a que faziam parte.

3. Que relações de poder envolvem e constituem essas mulheres agredidas?

Chegamos, por fim, ao último questionamento: que relações de poder envolvem e constituem essas mulheres agredidas? E para responder a essa pergunta, precisamos entender que esse poder provém da crença de um gênero ser mais importante que o outro e por esse motivo poder subjugar o mais fraco.

Ao compreender o gênero, também podemos entender a identidade feminina criada e delimitada pela e na sociedade, precisamente, a identidade social da mulher. A sociedade específica os campos em que a mulher pode ou não operar e atuar, ou seja, à mulher cabe os cuidados com a casa, ao homem o trabalho "pesado". Dessa forma, é notório que a "vida de mulher" varia segundo sua classe social. Se uma mulher possui algum bem material substancial, pode dar-se ao luxo de não trabalhar nos afazeres domésticos, entretanto, a ela ainda competem os cuidados da prole, e o comportamento crido como "decente". As mulheres que não possuem o mesmo poder aquisitivo, mesmo que trabalhem fora de casa para sustentar a família, ainda está à mercê dos ditames sociais para seu gênero. A ela delega-se a função de cuidar da casa e dos filhos, logo, se a família não está bem, ela é a culpada (SAFFIOT, 1987).

Existe ainda um investimento maciço de alguns setores da sociedade para que essa prática seja naturalizada. Não convém que a mulher tenha sua identidade alterada, e qualquer tentativa de mudança deve ser refreada. Na busca por colocar a mulher "em seu lugar", muitos homens usam a estratégia psicológica atraindo-as para a armadilha "rainha do lar", isto é, um pseudoelogio que só camufla a verdadeira face, o certo seria chama-la de "prisioneira do lar". Aqueles que não conseguem essa feita, buscam a força física para lembra-las de que não se pode mexer no curso "natural" das coisas.

O homem dominou a mulher pela força física, nos primórdios da história humana. O uso da força física ainda é para muitos homens a garantia mais segura de que a mulher continue a ser Amélia, "mulher de verdade".

Essa identidade vinculada ao gênero é reforçada e legitimada na maioria das religiões e atravessa todas as classes sociais. Em nosso sistema social, a grande influência advém da ideologia judaico-cristã, uma interpretação distorcida de passagens bíblicas sobre a submissão feminina. Como todo sistema de dominação, é pleno de discriminação e de exploração. Nessa mesma linha, se não há uma mudança na origem do problema, fica praticamente impossível procurar qualquer outra mudança.

É notório que em todos os casos de agressão praticados contra a mulher identificados nos depoimentos que fazem parte de nosso *corpus*, verificamos não houve falta de informação, o que houve foi uma perpetuação, uma cristalização dessa identidade forjada de que para ser "mulher de verdade" e suportar tudo calada, acreditando que a mudança do agressor viria milagrosamente, ou ainda por medo não só do agressor como de não ser a mulher que a sociedade espera, ou seja, com uma submissão distorcida e cega. Uma vez que ela venha a se desvirtuar desse perfil, a sociedade precisará dar um jeito de coloca-la "na linha". Esse processo de conscientização da mulher como abaixo da autoridade do homem,

vem de milênios sob as estruturas do patriarcalismo (CASTELLS, 2013). Muitas mulheres acreditam que podem ser capazes de mudar o comportamento de seus maridos depois de casarem. Parece extraordinário, mas essa conduta é muito mais comum do que parece. Algumas vítimas sofrem agressões ainda na época do namoro e decidem casar mesmo assim, sob a utopia de que o tempo, o afeto, ou mesmo um auxílio divino poderão surtir mudanças no comportamento violento de seus companheiros.

Segundo Castells (2013), nos últimos anos, a mulher conseguiu mais espaço no mercado de trabalho, entretanto ainda há segmentação por gênero, consequentemente, existe um controle gerencial, no qual os homens lucram mais e possuem mais cargos executivos, enquanto as mulheres atuam mais em serviços de cunho pessoal e ganham menos – mesmo em cargos similares exercidos pelos os homens.

Como vimos no capítulo teórico, esse comportamento reforça o domínio e a violência do agressor. Para sair do ciclo, a vítima precisa ser "agente" de sua própria história. Esse passo é chegar à hipótese 8: redefinição da prática das relações sociais. "Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial!" (BAJOIT, 2008).

Refletindo...

O trajeto de uma investigação que envolve contextos diversos é um celeiro para questionamentos e posteriores reflexões. Uma pesquisa nunca está acabada, não existe um fim, procuramos responder algumas perguntas, mas sempre surgem outras a cada momento que nos debruçamos sobre o objeto.

Os resultados revelam que ao usar a linguagem, participamos ativamente na construção de significados e é pelo discurso que podemos resistir e subverter esses significados. A busca pelo papel de sujeito ativo e transformador é evidenciada pelos estudos que procuram mostrar e questionar a maneira como a imagem da mulher é construída no âmbito da cultura. O papel que a mulher desempenha na sociedade é marcado e reforçado pelas instâncias de poder, elas ajudam a moldar esse papel, transmitindo ideologias e contribuindo para a manutenção de certas relações hegemônicas.

Observamos que os sujeitos se movimentam dentro das esferas identitárias e que existe uma relação entre alguns sujeitos. No momento da análise, percebemos que os mesmos sujeitos que se caracterizavam como conformistas, ao chegar na desconstrução identitária se reconstruíram como rebeldes. Também constatamos que os mesmos sujeitos estrategistas,

podem assumir em um instante seguinte as características de sujeitos pragmáticos, assim como acontece com os sujeitos autênticos e inovadores, isto é, eles não são um e outro, eles mudam segundo a narrativa e o posicionamento que assumem na narrativa ao dar uma interpretação de si.

Nossas constatações não podem ser generalizadas a outras mulheres em diferentes âmbitos geográficos e sócio culturais. Outros contextos, outras narrativas podem demonstrar outros tipos de relações de poder, assim como outros sujeitos podem aparecer, uma vez que trabalhamos apenas com narrativas do "eu" de mulheres vítimas de violência de gênero contra a mulher, expostas em um site de domínio público, G1.com.

Outro ponto importante foi que aquilo relatado nas narrativas está protegido pelo anonimato, a face da vítima não pode ser revelada e isso lhe dá o domínio sobre a verbalização de sua experiência. Não temos como saber como a narrativa seria se houvesse a obrigação de identificação, pois é o anonimato que dar forças para que as mulheres, mesmo ainda sob o julgo da violência, possam narrar, chegando a hipótese 5.

Por fim, gostaríamos de destacar que as investigações realizadas nesta pesquisa são extremamente necessárias e podem potencializar as leituras sobre os discursos dos sujeitos, a (des)(re)construção das identidades e as relações de poder que estão imbuídas no discurso.

REFERÊNCIAS

ALIMENA, C. M. **A tentativa do (Im) possível: feminismo e Criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BAJOIT, Guy. **Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporáneas**. Ed. Unijuí: RS, Brasil, 2006.

_____. **El cambio social, análisis sociológico del cambio social y cultural enlas sociedades contemporáneas.** Madrid: Siglo, 2008.

_____. **La tiraníadel "grand ISA".** Rev Cultura y representações sociales. Ano 3, No 6, março de 2009, p. 9-24. Disponível :< www.culturayrs.org.mx/revista/.../Bajoit.HTML>. Acessado em: 05 jan. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**, vol. 1 e vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena. Kühner. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014)

BUTLER, J. P.. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renati Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. SP, Brasil: Paz e Terra, 2013.

CELANI, Maria Antonieta Alba. **A relevância da Linguística Aplicada na Formação de uma Política Educacional Brasileir**a. In: FORTKAMP, M.B.M. Aspectos da Linguística Aplicada. Florianópolis: Insular, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CORTEZ, I. R. Direito. In:__ **Nova História das Mulheres no Brasil**. (org) PINSKY, C.B., PEDRO, J.M.. São Paulo: Contexto, 2012. 260-285.

CROCE, Benedetto. **La storia come pensiero e come azione**. B.Croce: edizione nazionale delle oper: 2002, p. 412.

CUNHA, M. Angélica Furtado; SOUZA, M. **Medianeira de. Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, D.; PEDROSA, C.E.F. **A Construção do Ethos no Curriculo Lattes: A Influência do Gênero nas Práticas de Ensino.** Disponível em**:** <http://www.ascd.com.br>. Acessado em: 19 nov. 2012.

DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. **Sujeitos e Atores Sociais nas Representações Discursivas de Docentes da Rede Estadual de Ensino em Sergipe: uma análise crítica em tempos de Ideb**. 2013. 210 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Liguagem, 2013.

DE CONTI, L. **O Estudo das Narrativas Biográficas em Psicologia e suas Implicações Metodológicas**. Disponível em : <http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Luciane%20De%20Conti%20(UFPE).pdf>. Acessado em: 14 set. 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001[1992].

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse Textual: Analisys For Social Research**. Tradução do grupo ASCD. London: ROUTLEDGE, 2003.

_____. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E.R. (Org). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.

_____. **Language and globalization**. London; New York: Routledge, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado.Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Lúcia; PINHEIRO, Veralúcia. **Violência de Gênero, Linguagem e Direito: Análise Crítica em Processos na Lei Maria da Penha**. Jundiaí, Paco Editorial:2013

HABERMAS, J. **Erkenntnis und interesse**. Frankfurt: Suhrkamp, 1977

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Edição. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP e A, 2006.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. 3rd ed. Revised by Christian M. I. M. London: Matthiessen Arnould, 2004.

LAKOFF, R. **Linguagem e Lugar da Mulher**. In:_ Linguagem, Gênero, Sexualidade. Org. Ana C. Ostermann e Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola, 2010.

LEEUWEN, Theo Van. A representação dos actores sociais. In:___**Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Org. PEDRO, Emília Ribeiro. Lisboa: Editora Caminho, 1997.p. 169-222.

MAGALHÃES, I. **Análise do discurso publicitário**. Revista da ABRALIN. Belo Horizonte, v. 4, n. 1 e 2, p. 231-255, dez.. 2005. Semestral. ISSN 1678-1805.

MEYER, Michael. Entre la teoria, el método y la politica: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo de. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo de. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. Identidades Fragmentadas. In: AUTORES. **A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: festschift para Antonieta Celani.** Org. Luiz Paulo da Moita Lopes. São Paulo: Parábola, 2013.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Proposta teórica da Análise Crítica do Discurso: contribuição dos estudiosos na área**. CD-Room do Seminário de Análise de Discurso Crítica, UFC: Fortaleza, 2010, p. 78- 95

_____. **Análise Crítica do Discurso: introdução teórica e perspectivas de análise**. IN:_____. Análise Crítica do Discurso uma Proposta para a Análise Crítica da Linguagem. www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm, acessado em 07/09/2011

_____. **Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): contribuição aos estudos das identidades e dos sujeitos**. Disponível em: <www.ascd.com.br>. Acessado em: 19 nov. 2012.

_____. **Proposta da abordagem sociológica e comunicacional do discurso** (ASCD). Disponível em: <http://www.ascd.com.br>. Acessado em: 19 nov. 2012.

_____. **Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD) e posicionamento acerca do sujeito**. Disponível em: <http://www.ascd.com.br>. Acessado em: 19 out. 2012.

_____. **Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD) e o quadro identitário.** Disponível em: <http://www.asdc.com.br>. Acessado em 19 nov. 2012.

_____. **Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): por uma definição dos conceitos e categorias**. Encontro do Grupo de Pesquisa GETED, linha: Análise Crítica do Discurso, UFRN, 29 de Fevereiro de 2012 e.

PEDROSA, Cleide et al,. **Caminhos teóricos e práticos em análise crítica do discurso**. Minicurso apresentado no XIV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, UERJ, Rio de Janeiro, 23-27 de agosto de 2010. Disponível em <www.filologia.org.br>. Acessado em: 04 jan. 2015.

PEDROSA, Cleide E. F; DAMACENO, Taysa Mércia dos S. S. **Diálogo entre a Análise Crítica do Discurso e a sócio-análise para um estudo do sujeito e suas tensões identitárias**. X Congresso Internacional da ALED (Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso). Puebla/México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 28 – 31 de outubro de 2013.

PERINI, Mário A. **Sobre língua, linguagem e Linguística: uma entrevista com Mário A. Perini**. ReVEL. Vol. 8, n. 14, 2010. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

Portal G1.com, Profissão Repórter – Mulheres denunciam casos de agressão dentro do próprio lar. Disponível em: < http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2011/07/mulheres-denunciam-casos-de-agressao-dentro-do-proprio-lar.html>. Último acesso em: 19 out. 2014.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M.. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a crítica):** o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

RICOUER, Paul. **A identidade narrativa**. Tradução comentada de Carlos João Correia. Disponivel em: <http://metafisica.no.sapo.pt/ricoeur.html>. Acesso em: 4 set. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Disponível em :<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acessado em: 10 dez. 2013.

SIGNORINI, I. **Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Lingüística Aplicada**. In:_____ I.Signorini e M.Cavalcanti (orgs) , Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SOIBERT, R**.. Movimento de Mulheres**. In:__ Nova História das Mulheres no Brasil. (org) PINSKY, C.B., PEDRO, J.M.. São Paulo: Contexto, 2012. 218-217.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Tradução Pedro Jorgensen Jr; 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TEJERINA, Benjamín. **La sociedad: Movimentos Sociales y cambio cultural en España imaginada**. Madri: Trotta, 2010.

TELES, M. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

THOMPSON, J.B. **Ideología y Cultura Morderna: Teoría Crítica Social en la era de la comunicacíon de masas**. Traduccíon: Gilda Fantinati Caviedes. Cidad del México, 2002.

Van DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Hoffnagel, J.; Falcone, K. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

Van LEEUWEN, T. **Genre and field in critical discourse analysis**. Discourse & society, v. 4,n. 2, p. 193-223, 1993.

VIAN jr, O. **Avaliatividade, Engajamento e Valoração**. Revista D.E.L.T.A., 28:1, 2012 (105-128).

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. **Pequenos insultos: estudo sobre interrupções em conversas entre pessoas desconhecidas e de diferentes sexos**. In:_ Linguagem, Gênero, Sexualidade. Org. Ana C. Ostermann e Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola, 2010.

ANEXOS A

Narrativas do "eu" retiradas do site G1.com

N1:

Sou Farmaceutica – Bioquimica, e *fui violentada* pelo meu ex companheiro durante nove anos, a ultima agressão ele *quebrou* meu braço em Fevereiro deste ano, *não aguentava* mais e *tive* a coragem de denunciar, *pedi* apoio da minha família que nunca desistiu de mim e sempre me alertaram e não aceitavam essa relação. *Sofri* tantas agressões que se eu *fosse relatar* todas talvez a noite seria curta para contar. Ele *foi preso* pela Lei Maria da Penha *pegou* 6 anos e 11 meses, *passou* 3 meses em regime fechado e hoje *tá* no semi-aberto e hoje *tenho* paz.

Quero dizer que a mulher quando *é* agredida ela *se recolhe* para sofrer e sofre calada é muito difícil aceitar o que *passamos, temos* vergonha, medo do agressor, medo da repressão da família e de expor uma situação de fracasso para nós mesmas, é muito fácil para quem tá do lado de fora julgar e falar, mas como você que *é* uma mulher formada, bem estruturada finaceiramente *aguentou* tudo isso, *se envolveu* com um cara que *não tinha* nada para te *oferecer* só te *usou*, e te *espancou* todos estes anos, mas só nós que *sofremos* com eles é que *sabemos* que eles são doentes, e nos *adoecem* juntos com eles e *acabamos vivendo* controladas, fracas eles *sugam* até nossas almas, tudo o que podem eles *tiram* de você, é um ciclo vicioso e quando você *se ver* longe de tudo isso você ainda *não consegue* se livrar das marcas que eles nos deixam, das feridas que *demoram* para sarar, é uma doença da alma e que *leva* tempo para curar, não *tem* um só dia que eu *não acordo* no meio da noite assustada, mas *me ajoelho* e *oro* para Deus e *agradeço* por ter sido só meu braço e não minha vida.

N2:

Sofro há 12 anos com meu marido,ele *não bebe* e *faz* tudo de cara limpa *é* um típico psicopata, *me bate* muito até desmaiar, desta última semana *perfurou* meu tímpano e *quebrou* os ossos do ouvido, *perdi* minha audição, se eu *merecer me ajudem* por favor por que *vou acabar morrendo*.

N3:

Minha historia é com meu ex-marido o pai da minha filha hoje em dia ele é casado novamente..!! Sempre *me ameaça* de morte e que vai *me bater* Eu *tenho* medo de procurar ajuda pq muitas vezes ela *demora* ou ate mesmo *falha* e *vivo* assim sobre ameaças dele e de mãos atadas. É ameaça por tudo, se eu *pedir* pensão, se eu *arrumar* um namorado e outras coisas… *Tenho* medo não por mim e sim pela minha filha que tem apenas 2 anos, *temo* pela vida dela se algo um dia *acontecer* comigo

N4:

Vivi com um homem por 14 anos, *tivemos* uma filha linda que, hoje, tem 12 anos. Esse homem, eu o *amava* muito, mas ele nunca me *respeitou,* me *agrediu* fisicamente por mais de dez vezes. Era um ciclo, ele *bebia*, me *batia* por motivos torpes; em seguida, *pedia* perdão e *jurava* que nunca me bateria; *passava* então a ser carinhoso, dedicado, romântico até a próxima agressão. Nunca *tive* coragem de denunciá-lo, mas *não consegui* superar a última surra que ocorreu em janeiro de 2009. Sentimentos de culpa, humilhação, baixa auto-estima *tomavam* conta de mim. Depois de muito *refletir* e com a ajuda da minha família e uma grande amiga, *decedi* sair de casa. *Peguei* minha filha, alguns pertences e *saí* sem *olhar* para trás. Hoje, *estou* fazendo tratamento psicológico e psiquiátrico e *luto* na justiça pela partilha dos bens, pois ele me *proibiu* de pisar na minha própria casa, a qual *batalhei* muito para construir. Com toda ajuda e carinho que *tenho* recebido, *voltei a viver*, *trabalho* em paz, *cuido* da minha filha, *estou fazendo* planos para o futuro e *tentando superar* as mágoas, porque, infelizmente, ainda *dói* muito. *Não é* fácil sair dessa situação, mas *é* possível, só *precisamos acreditar*.

N5:

Bom, *vivi* com meu companheiro há 12 anos, estes 12 anos sempre *houve* agressões, sempre ele *prometia* parar, *não fazer* mais, e sempre *acabava fazendo* novamente. mas no ultimo dia 08 de maio ele *voltou* a repetir a agressão, desta vez eu *estando* gestante de 4 meses, e a agressão *ocorreu* na frente da nossa filha mas velha de 9 anos. Ele não *respeitou* nada. No dia seguinte *fui* diretamente a delegacia da mulher *prestar* queixa, *fiz* e *pedi* uma medida protetiva q foi liberada e cumprida, *vieram* tirar ele de casa. até

agora ele ja me *implorou* para voltar, *diz* q vai mudar, q me *ama*, *faz* mil promessas, *não vou negar gosto* muito dele pois ele é o pai dos meus filhos, *falo* com ele ,nos *vemos* .mas não *acredito* q ele *vá mudar*, apesar de *gostar* dele não *tenho* coragem de *voltar* a morar juntos. As vezes até me *vem* na cabeça alguma possibilidade de poder voltar, mas ai eu *penso*, ele *vai fazer* de novo.

N6:

Oi, meu nome e XX e tenho 23 anos *sou* estudante de direito e *namoro* há 5 anos com um rapaz. Ele *começou* com a agressão verbal depois *puxava* e *machucava* meu braço houve um tempo que eu *vivia* sempre som os braços rôxos, depois *partiu* para a agressão física de todo tipo, chutes, pontapés, tapas de toda sorte. Ele *não aceita* o fim do namoro eu já *tentei terminar* várias vezes já *ameacei* ir a polícia *denuncia*-lo mais no fundo *não tenho* coragem, *acho* que ele *sabe* disso, ele sempre *diz* que *vai mudar* que *não vai fazer* mais isso, mais *é* só ficar nervoso que ele me *agride* depois diz que a culpa foi minha que eu o *provoquei*, mais isso não é verdade. enfim é isso, infelizmente violência contra mulher é mais comum do que muita gente imagina e uma situação muito difícil de *sair*.

N7:

Bom, infelizmente eu *sofri* violência verbal durante todo o tempo que *namorei* e depois de casada *vim a sofrer* agressão física. *Resolvi* dar um fim nesse sofrimento depois da 3• vez que *apanhei*. *Estou* separada e *esperando* o divórcio sair. Meu casamento durou 3 meses, mas *não me arrependo* de ter tomado essa decisão. *Não nasci* para apanhar! *Nasci* pra ser feliz e amada! E sinceramente, *acredito* que é melhor estar só do que má acompanhada. Que Deus dê força para todas as mulheres que estão passando por isso. Eu *estou* sendo curada interiormente por Ele! Só Deus pode curar os nossos corações!

N8:

ja *sofri* agressão fisíca varias vezes pelo meu marido, mas *não o denuciei* pelo fato de que as leis não vão resolver muita coisa. *Acredito* que a mulher só se liberta se ela for embora. porque varios casos já foram mostrados de mulheres que foram agredidas,

denunciam os companheiros e *acabam mortas*. *acho* que a lei deveria ser mais rigorosa pra que as mulheres *tenham* mais vontade pra fazer a denuncia e que tenham a certeza de que *estarão* seguras.
N9: *sou* mais uma dentro das estatisticas por medo ou vergonha *nao denuncio*, *estou tentando* me separar ,mais ele *nao aceita, diz* q vai mudar mais eu *sei* q e so papo daqui ums dias ele *sai bebe e volta* a me bater y ainda *põe* a culpa em mim pois *alega* q me *convidou* pra ir junto e eu *nao quis* sair pra beber.

N10: *Sou* uma destas vítimas. *Sofri* agressões e ameaças. *Fiz* várias ocorrências, mas *não consegui* a separação de corpos para ele *sair* da minha casa, então *tive* eu que sair, com três filhas, senão ele *me mataria* lá e faria parecer que foi acidente… como ele mesmo *me disse* varias vezes. Hoje, *pago* aluguel e ele *vive* numa boa na casa que passei 10 anos *construindo*… *Enterrei* 10 anos em um relacionamento… *saí* com uma mão na frente e outra atras… e ainda hoje, ele *vem buscar* as filhas para as visitas e ele *me ameaça*. *Me ameaça* pelo telefone sempre que *pode*. A medida protetiva *é* uma grande ilusão. *Não resolve*, principalmente se o agressor *for informado*. Meu ex-marido *é* formado em Direito. *Tem* dinheiro. *É* Funcionário Público. *Bebe, usa* drogas, *manipula* as pessoas. Na verdade, a maior violência que *sofri* é a psicológica. Por 8 anos *ouvindo* que sou burra, inutil, gorda, tantos outros adjetivos pejorativos que *devastam* a psicologia de qualquer um. E para este tipo de violência, a Justiça *fecha* olhos e ouvidos… Pois as marcas *não aparecem* no laudo do iml…

N11: *Fui agredida* por quase dez anos pelo pai da minha filha, inclusive durante a gravidez, qdo *pedi* a separação ele *me ameaçou* de morte e *colocou* uma faca no meu pescoço, *resolvi* contar pra minha família que me *ajudou* e hj *estamos* separados a um ano, mas ainda *tenho* muito medo dele me fazer algum mal ou a minha filha. Nunca *consegui* denunciá-lo nem pedir pensão alimentícia para minha filha por receio de uma reação dele. Sou completamente independente dele, mas vivo uma vida de cárcere privado dentro do meu mundo de medo.

N12:

Eu sou vitima de Agressão pro varias vezes mesmo estando gravida, pós parto, e até o meu filho, mesmo com muitas ameaças, denuciei a primeira vez, passei três meses fora e voltei. na segunda vez me separei e mantenho contato, com medo do que ele possa fazer alguma coisa com meus filhos mas na verdade eu acho que ele é um psicopata ou algum assim. Eu não confio nele de jeito nenhum. Hoje não amo, odeio e o melhor que nós mulheres podemos fazer é procurar a policia é tudo que temos que confiar em DEUS. Porém e a violéncia não escolhe classe social nem cor, nem raça.

N13:

Fui gravemente agredida por todos meus ex maridos e namorados, sempre fiz a linha medrosa, covarde, submissa. Mas no ultimo denunciei 03 vezes ele está preso. Apanhei tanto que reagi. Nao sinta medo, nao se intimide por gritos e ameaças, quando eles derem o primeiro sinal de violência,denuncie. Nao deixe o medo tomar conta de vc. Passei por isso 25 anos da minha vida e tenho 42 anos. Chega de violência.

N14:

O mês passado fui estuprada pelo meu ex marido mas fiquei com pena dele e tirei a queixa da delegacia, então ele voltou a praticar outros crimes comigo. Colocou água, gelo e açúcar numa camisinha cheia de esperma dele e me obrigou a tomar. Depois de eu vir de novo dar parte na delegacia, veio para mim chorando, pedindo que tirasse a queixa. Ele não é de Natal, é de Alagoas e está sozinho aqui, além do mais tem um bom emprego e tudo isso me deixou mais uma vez com pena dele, não queria prejudicá-lo nem sujar seu nome. Assim retirei a queixa outra vez e desisti de processá-lo. Então no domingo passado ele entrou na minha casa botando a porta para dentro, me agrediu, ainda estou com o corpo todo arranhado. Chegou a dizer que tinha falado aos amigos dele que não ia me matar mas ia trazer para eles uma orelha minha. Me atirou encima da cama, cuspiu na minha cara e disse que do jeito que fez comigo fazia na cara da delegada. Depois pegou um espeto de churrasco para me ferir, lutei com ele e ele furou minha mão, ainda tenho as marcas. Agora eu pretendo levar adiante o processo sem pena, sem dor nem nada, porque ele não tem pena de mim.

N15:

Já fui vitima de violência doméstica, e antes de passar por isso tbm achava que mulher que aceitava apanhar era sem vergonha.Mas depois de passar por isso vc vê que não é bem assim.Os covardes que fazem isso eles vão minando o psicológico da gente.Minando a auto-estima. Meu ex olhava pra mim e me chamava de gorda pra baixo.Pq se eu acreditava que ele era muito pra mim eu não teria coragem de denuncia-lo e nem de deixa-lo.E quando eu ameaçava ir embora,me batia mais ainda, ameaçava matar meu filho.Por fim vc começa a acreditar que é aquilo mesmo que vc merece e é o que te resta.

N16:

Acho que o motivo não é a falta de denuncias e sim a demora pra colocar estes homens na cadeia. Eu fiz uma denuncia em 2009, ele só comparece para as audiencias quando quer e até hoje nada aconteceu com ele, já teve tempo até pra me matar, se quisesse. Eu continuo doente, tomando antidepressivos, cuidando de meus filhos sozinha, sem dinheiro e sofrendo pela discriminação. No Piauí a justiça só existe pros ricos. Todo mundo que eu comento isso acha um absurdo e sem contar que eu é quem tenho que andar vigiando ele pra descobrir endereços. Triste isso. Pra que denunciar?

N17:

Quando me casei, larguei meu trabalho para ser secretária do meu marido. Em 2004, depois de dez anos de casada, descobri que ele tinha um caso com uma garota de 16 anos. Pedi a separação. Ele não aceitou e começamos a ter brigas cada vez mais sérias, até o dia em que ele me derrubou com um tapa. Como foi a primeira vez, fiquei calada. Mas aí começou uma fase de violência física constante, e depois de muito apanhar resolvi registrar queixa na Delegacia da Mulher. O mais triste foi quando minha filha (de outro casamento) revelou que meu marido a molestava. Consegui na Justiça a separação de corpos e em seguida ele levou todos os móveis da casa. Depois de tudo, eu fui a única que ficou presa. Tenho medo de sair de casa e de que aconteça algo comigo e com minha filha. O mais chocante é que ele é um arquiteto e urbanista, com pós-graduação, que não fumava, não bebia, não se drogava. Era um marido exemplar

N18:

Eu tinha só 14 anos quando a gente se conheceu e ele sempre teve muito ciúme. É até engraçado, porque o famoso e bonitão era ele. Mas o fato é que desde o início do meu casamento volta e meia os desentendimentos terminavam em violência física. A gente se separava e depois voltava. Passei muito tempo evitando enxergar, acreditando no amor, tentando preservar a família. O Kadu é um ótimo pai, do tipo que acorda cedo para fazer vitamina para as crianças, ajuda a fazer o dever de casa. Eu não queria privar os meninos dessa convivência, mas hoje consigo enxergar que isso foi um erro. Numa situação de violência a auto-estima fica lá embaixo, você não consegue produzir nada, só uma fantasia de que aquilo tenha algum futuro. Acaba se prejudicando e também prejudica a família. No Carnaval, quando ele me bateu, acabei explodindo e expondo todo mundo exatamente da maneira que sempre lutei para evitar

N19:

Casei com 19 anos e não imaginava que existisse nada parecido com o que aconteceu comigo. A primeira atitude de violência foi um mês depois, por causa de um armário que comprei sem avisar, para fazer uma surpresa. Ele me deu um soco no queixo que me deixou com problema no maxilar para o resto da vida. Passei fiascos em público com cena de ciúme. Agüentei esse tipo de coisa seis anos. Ele me batia, me esgoelava, me punha arma na cabeça. Eu continuava achando que ele precisava de ajuda e que eu era a única pessoa que podia ajudá-lo. Não tinha medo. No dia em que tive medo, saí de casa. Saí também da minha cidade, e só consegui voltar quase vinte anos depois. Foi tamanho o bloqueio que não conseguia lembrar das coisas ligadas ao casamento. A violência soterra lembranças, doçura, meiguice. Mas é possível se restaurar, juntar os cacos, sem ficar dura e empedernida para sempre.

N20:

Estava separada do pai dos meus filhos quando conheci um homem doze anos mais novo e me apaixonei. Isso foi há dois anos. Durante seis meses minha vida foi muito boa. Depois ele passou a beber demais e começaram as agressões. Foram três. A primeira, por ciúme de um primo meu. Ele me chamou de p... e me bateu no rosto. Avisei que não fizesse de novo. A segunda vez foi porque eu cheguei tarde da casa dos meus pais. Esperou no ponto do ônibus e me deu um tapão ali mesmo. Depois pediu

desculpas e eu dei mais uma chance. Em novembro do ano passado, foi a gota d'água. Ele queria o meu cartão do banco. Recusei e levei vários chutes na barriga. Dessa vez foi demais. Saí de casa e decidi dar queixa. Fui ameaçada, ele disse que não ia dar em nada porque é primário e tem primo delegado. Dei queixa mesmo assim. Ele me procurou dizendo que, se eu retirasse a queixa, ele voltaria para mim. Eu respondi: 'Entenda isso: não foi você que me largou, eu é que larguei você. Acabou'